

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	16
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	183
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	185
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	188
---	-----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	189
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	190
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	191
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	254.107
Preferenciais	93.397
Total	347.504
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	40.167.252	39.900.361
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.154.710	6.110.556
1.01.01	Caixa	194.133	167.921
1.01.02	Aplicações de Liquidez	4.960.577	5.942.635
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	4.758.578	5.425.636
1.01.02.02	Aplicações Voluntárias no Banco Central	201.999	516.999
1.02	Ativos Financeiros	32.863.282	31.804.206
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	1.109.121	1.233.345
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.109.121	1.233.345
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	435.289	484.359
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	435.289	484.359
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	16.611.537	15.056.398
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	16.611.537	15.056.398
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	14.707.335	15.030.104
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	339.456	328.325
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.894.225	2.360.043
1.02.04.04	Operações de Crédito	11.734.011	11.589.507
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	739.643	752.229
1.03	Tributos	404.998	383.019
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	404.998	383.019
1.04	Outros Ativos	672.512	550.422
1.04.03	Outros	672.512	550.422
1.05	Investimentos	494.351	464.113
1.05.03	Participações em Controladas	494.351	464.113
1.06	Imobilizado	198.235	204.051
1.06.01	Imobilizado de Uso	276.980	280.097
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	128.201	124.094
1.06.03	Depreciação Acumulada	-206.946	-200.140
1.07	Intangível	379.164	383.994
1.07.01	Intangíveis	697.341	680.960
1.07.03	Amortização Acumulada	-318.177	-296.966
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-318.177	-296.966

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	40.167.252	39.900.361
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	36.828.935	36.426.325
2.02.01	Depósitos	25.040.625	24.445.167
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	9.317.052	9.664.118
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	1.440.887	1.284.761
2.02.03.01	Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Créditos, de Débitos e Similares	1.440.887	1.284.761
2.02.04	Outras Captações	1.030.371	1.032.279
2.02.04.01	Relações Interfinanceiras	620.351	639.023
2.02.04.03	Obrigações por Repasses no País - Instituições Oficiais	384.973	370.747
2.02.04.04	Outros Passivos Financeiros	25.047	22.509
2.03	Provisões	175.965	176.215
2.04	Passivos Fiscais	21.665	20.979
2.05	Outros Passivos	700.750	865.145
2.05.01	Outros Passivos	700.750	865.145
2.07	Patrimônio Líquido	2.439.937	2.411.697
2.07.01	Capital Social Realizado	1.900.000	1.900.000
2.07.03	Reservas de Reavaliação	762	767
2.07.04	Reservas de Lucros	532.301	532.301
2.07.04.01	Reserva Legal	73.141	73.141
2.07.04.02	Reserva Estatutária	459.160	459.160
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	34.826	0
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-27.952	-21.371

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.405.197	1.220.442
3.01.01	Operações de Crédito	540.072	480.885
3.01.03	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliário	846.777	722.210
3.01.05	Resultados das Aplicações Compulsórias	18.348	17.347
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.123.967	-941.441
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-1.015.237	-874.199
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-7.955	-4.081
3.02.03	Provisão p/ Perdas Op. Crédito, Ar. Mercantil e Outros Créditos c/ Carac. Conc. Crédito	-100.775	-63.161
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	281.230	279.001
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-184.053	-204.784
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	74.603	72.178
3.04.03	Despesas com Pessoal	-121.765	-136.201
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-118.076	-99.008
3.04.05	Despesas Tributárias	-25.243	-22.691
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	7.285	9.578
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-30.603	-51.253
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	29.746	22.613
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	97.177	74.217
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.895	-11.946
3.06.01	Corrente	-14.283	-27.994
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes	-7.837	-15.229
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes	-6.446	-12.765
3.06.02	Diferido	16.178	16.048
3.06.02.01	Provisão para Imposto de Renda - Valores Diferidos	-383	-332
3.06.02.02	Provisão para Contribuição Social - Valores Diferidos	-306	-265
3.06.02.03	Ativo Fiscal Diferido - Imposto de Renda	9.371	9.247
3.06.02.04	Ativo Fiscal Diferido - Contribuição Social	7.496	7.398
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	99.072	62.271
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	99.072	62.271
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-8.369	-7.729
3.10.01	Participações	-8.369	-7.729
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	90.703	54.542
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,26	0,17
3.99.01.02	PN	0,26	0,17
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,26	0,17
3.99.02.02	PN	0,26	0,17

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	90.703	54.542
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-6.248	11.250
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-6.248	11.250
4.02.01.01	Ganho(Perda) Não realizado em Ativos Fin. Disp. Venda - liq.impostos	-6.248	11.250
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	-333	112
4.03.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-333	112
4.03.01.01	Ganho(Perda) Não realizado em Ativos Fin. Disp. Venda - liq.impostos-Controladas	-333	112
4.04	Resultado Abrangente do Período	84.122	65.904

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-431.683	236.163
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	-389.983	-378.121
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	88.808	66.488
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-478.791	-444.609
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-41.700	614.284
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-11.136	-32.973
6.01.02.02	(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	12.002	-77.217
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	124.223	-17.483
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	-19.672	-24.154
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Operações de Crédito e Arrend. Mercantil Financeiro	-238.700	-458.911
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	6.509	-3.651
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Outros Ativos	-132.550	21.731
6.01.02.08	(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	7.902	-28
6.01.02.10	Aumento (Redução) em Depósitos	595.458	-57.074
6.01.02.11	Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	-347.066	1.150.282
6.01.02.12	Aumento (Redução) em Recursos por Emissões de Títulos	156.126	179.818
6.01.02.13	Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	14.225	17.647
6.01.02.14	Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros	3.677	-9.879
6.01.02.15	Aumento (Redução) em Outros Passivos	-194.283	-43.808
6.01.02.16	Aumento (Redução) em Provisões	-4.128	-2.017
6.01.02.17	Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais Diferidas	-4	-5
6.01.02.19	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-14.283	-27.994
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-495.913	3.079.268
6.02.01	Aquisição de T.V.M - Disponíveis para Venda	-6.666.254	-19.516
6.02.02	Alienação/Vencimento/Amortizações T.V.M. - Disponíveis para Venda	5.583.415	3.242.854
6.02.03	Vencimento/Amortizações T.V.M. - Mantidos até o Vencimento	620.520	97.840
6.02.04	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	2.694	1.616
6.02.05	Alienação de Imobilizado de Uso	54	1
6.02.06	Aquisição de Imobilizado de Uso	-5.895	-58.819
6.02.07	Aplicações no Intangível	-16.389	-36.458
6.02.08	Aquisição de T.V.M - Mantidos até o Vencimento	-120.900	-227.483
6.02.10	Juros Recebidos	107.667	79.207
6.02.12	Alienação/Baixa de Outros Investimentos	0	26
6.02.13	Investimento em Controlada	-825	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-28.250	-22.200
6.03.01	Juros sobre o Capital Próprio Pago	-28.250	-22.200
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-955.846	3.293.231
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.110.556	4.396.252
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.154.710	7.689.483

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.900.000	0	533.068	-21.371	0	0	2.411.697
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.900.000	0	533.068	-21.371	0	0	2.411.697
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-55.882	0	-55.882
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-55.882	0	-55.882
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.581	90.703	0	84.122
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	90.703	0	90.703
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-6.581	0	0	-6.581
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-6.581	0	0	-6.581
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5	0	5	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-5	0	5	0	0
5.07	Saldos Finais	1.900.000	0	533.063	-27.952	34.826	0	2.439.937

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.600.000	0	788.643	-31.429	0	0	2.357.214
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-128.666	0	-128.666
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.600.000	0	788.643	-31.429	-128.666	0	2.228.548
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-22.500	0	-22.500
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-22.500	0	-22.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.362	54.542	0	65.904
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	54.542	0	54.542
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	11.362	0	0	11.362
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	11.250	0	0	11.250
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas e Controladas	0	0	0	112	0	0	112
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-6	0	6	0	0
5.07	Saldos Finais	1.600.000	0	788.637	-20.067	-96.618	0	2.271.952

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	1.385.811	1.237.617
7.01.01	Intermediação Financeira	1.405.197	1.220.442
7.01.02	Prestação de Serviços	74.603	72.178
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-100.775	-63.161
7.01.04	Outras	6.786	8.158
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.023.192	-878.280
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-115.185	-122.124
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-82.303	-89.516
7.03.02	Serviços de Terceiros	-32.882	-32.608
7.04	Valor Adicionado Bruto	247.434	237.213
7.05	Retenções	-32.898	-25.133
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.898	-25.133
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	214.536	212.080
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	29.746	22.613
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	29.746	22.613
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	244.282	234.693
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	244.282	234.693
7.09.01	Pessoal	112.355	126.483
7.09.01.01	Remuneração Direta	80.581	97.491
7.09.01.02	Benefícios	27.621	23.798
7.09.01.03	F.G.T.S.	4.153	5.194
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	41.127	52.084
7.09.02.01	Federais	36.886	48.063
7.09.02.02	Estaduais	7	35
7.09.02.03	Municipais	4.234	3.986
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	97	1.584
7.09.03.01	Aluguéis	97	1.584
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	90.703	54.542
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	55.882	22.500
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	34.821	32.042

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	39.929.821	39.684.811
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.972.116	5.595.399
1.01.01	Caixa	194.142	167.962
1.01.02	Aplicações de Liquidez	4.777.974	5.427.437
1.02	Ativos Financeiros	33.091.884	32.352.637
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	1.311.120	1.750.344
1.02.01.01	Reservas no Banco Central	1.311.120	1.750.344
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	467.460	513.268
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	467.460	513.268
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	16.677.699	15.131.579
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	16.677.699	15.131.579
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	14.635.605	14.957.446
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	337.217	328.325
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.944.054	2.408.350
1.02.04.04	Operações de Crédito	12.354.334	12.220.771
1.03	Tributos	400.587	383.425
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	400.587	383.425
1.04	Outros Ativos	850.585	728.982
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	46.697	48.243
1.04.03	Outros	803.888	680.739
1.06	Imobilizado	213.026	219.409
1.06.01	Imobilizado de Uso	291.210	294.348
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	134.724	130.619
1.06.03	Depreciação Acumulada	-212.908	-205.558
1.07	Intangível	401.623	404.959
1.07.01	Intangíveis	726.282	708.145
1.07.03	Amortização Acumulada	-324.659	-303.186
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-324.659	-303.186

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	39.929.821	39.684.811
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	35.769.575	35.378.373
2.02.01	Depósitos	24.568.660	24.069.386
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	9.075.764	9.430.737
2.02.04	Outras Captações	2.125.151	1.878.250
2.02.04.01	Relações Interfinanceiras	299.292	222.742
2.02.04.03	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	384.972	370.747
2.02.04.04	Outros Passivos Financeiros	1.440.887	1.284.761
2.03	Provisões	180.235	178.665
2.04	Passivos Fiscais	34.001	28.007
2.04.01	Passivos Fiscais Correntes	10.345	5.070
2.04.02	Passivos Fiscais Diferidos	23.656	22.937
2.05	Outros Passivos	1.487.386	1.676.535
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	2.458.624	2.423.231
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	2.458.624	2.423.231
2.07.01.01	Capital Social Realizado	1.900.000	1.900.000
2.07.01.04	Reservas de Lucros	544.597	544.602
2.07.01.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	41.979	0
2.07.01.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-27.952	-21.371

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	1.423.330	1.223.205
3.01.01	Receita com Juros de Similares	1.394.758	1.208.780
3.01.02	Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	28.572	14.425
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.016.083	-863.385
3.02.01	Despesas com Juros de Similares	-1.016.083	-863.385
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	407.247	359.820
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-288.470	-171.999
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	98.699	85.002
3.04.03	Despesas com Pessoal	-140.529	-154.038
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-116.192	-93.390
3.04.05	Despesas Tributárias	-33.229	-30.098
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	63.467	55.854
3.04.06.01	Resultado de Seguros e Previdência	50.432	39.085
3.04.06.02	Outras Receitas Operacionais - Valor Líq. do ganho de capital	7.262	9.023
3.04.06.03	Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedades para Investimento	5.773	7.746
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-160.686	-35.329
3.04.07.01	Perda Líquida de Impairment em Ativos Financeiros	-98.320	43.581
3.04.07.03	Resultado Líquido com Provisões	-5.856	-12.571
3.04.07.04	Despesas com Serviços e Comissões	-40.498	-38.799
3.04.07.05	Outras Despesas Operacionais	-16.012	-27.540
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	118.777	187.821
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.921	-76.166
3.06.01	Corrente	-32.033	-43.895
3.06.02	Diferido	11.112	-32.271
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	97.856	111.655
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	97.856	111.655
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	97.856	111.655
3.11.02	Atribuído aos Sócios não Controladores	0	1.072
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,2816	0,35344
3.99.01.02	PN	0,2816	0,35344
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,2816	0,35344
3.99.02.02	PN	0,2816	0,35344

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	97.856	111.655
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-6.914	11.522
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-6.914	11.522
4.02.01.01	Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda Líquido dos Impostos	-8.514	20.766
4.02.01.02	Ganho (Perda) Transferido ao Resultado por Alienação	-3.513	0
4.02.01.03	Efeito dos Impostos	5.113	-9.244
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	333	-112
4.03.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	333	-112
4.03.01.01	Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda Líquido dos Impostos	333	-112
4.04	Resultado Abrangente do Período	91.275	123.065
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	91.275	123.065

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-402.655	245.626
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	-352.449	-340.493
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	97.856	111.655
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	-450.305	-452.148
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-50.206	586.119
6.01.02.01	Créditos a instituição financeira, ao Custo Amortizado	-8.586	-32.974
6.01.02.02	Reservas no Banco Central	124.223	-17.483
6.01.02.04	Instrumento de Dívida	43.533	-77.905
6.01.02.05	Empréstimos e Recebíveis	-222.953	-448.297
6.01.02.06	Operações de Seguros	-62	-60
6.01.02.07	Outros Ativos	-123.088	99.712
6.01.02.08	Depósitos de Clientes	499.247	-167.274
6.01.02.09	Recursos de Instituições Financeiras	-264.171	1.260.506
6.01.02.10	Títulos de Dívida Emitidos	156.126	179.817
6.01.02.11	Passivos de Impostos Diferidos	-32.089	-124.345
6.01.02.12	Passivos de Operações de Seguros	1	-3.203
6.01.02.14	Passivo de Arrendamento	-5.024	16.435
6.01.02.15	Outros Passivos e Provisões	-206.564	-99.696
6.01.02.16	Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	-3.723	11.100
6.01.02.17	Passivos para Sinistros Ocorridos	-7.076	-10.214
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-507.378	3.069.719
6.02.01	Aquisição de Instrumento de Dívida e Patrimônio - VJORA	-6.714.454	-47.750
6.02.02	Aquisição de Instrumento de Dívida e Patrimônio - VJR	0	-34
6.02.03	Aquisição de Instrumento de Dívida e Patrimônio - Custo Amortizado	-120.900	-227.483
6.02.04	Venc./Amort. de Instrumento de Dívida - Custo Amortizado	620.520	97.839
6.02.05	Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	-6.099	-8.318
6.02.06	Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	4.454	3.658
6.02.07	Aquisição de Ativos Imobilizados	-15.526	-49.723
6.02.08	Baixa de Ativos Imobilizados	14.104	12.627
6.02.09	Aquisição de Ativos Intangíveis	-18.145	-37.728
6.02.10	Baixa de Ativos Intangíveis	0	17
6.02.11	Aquisição de Ativos de Arrendamento	-4.418	-22.213
6.02.12	Baixa de Ativos de Arrendamento	0	-2.712
6.02.13	Juros Recebidos	108.898	80.385
6.02.15	Venc./Amort. de Instrumentos de Dívida - VJORA	5.624.188	3.271.154
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-28.250	-22.200
6.03.02	Juros Sobre o Capital Próprio Pagos	-28.250	-22.200
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-938.283	3.293.145
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.112.398	4.396.353
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.174.115	7.689.498

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.900.000	0	544.602	-21.371	0	0	2.423.231	0	2.423.231
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.900.000	0	544.602	-21.371	0	0	2.423.231	0	2.423.231
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-55.882	0	-55.882	0	-55.882
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-55.882	0	-55.882	0	-55.882
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.581	97.856	0	91.275	0	91.275
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	97.856	0	97.856	0	97.856
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-6.581	0	0	-6.581	0	-6.581
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	-12.027	0	0	-12.027	0	-12.027
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	5.113	0	0	5.113	0	5.113
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	333	0	0	333	0	333
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5	0	5	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-5	0	5	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.900.000	0	544.597	-27.952	41.979	0	2.458.624	0	2.458.624

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.600.000	0	745.022	-31.477	0	0	2.313.545	0	2.313.545
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.600.000	0	745.022	-31.477	0	0	2.313.545	0	2.313.545
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-22.500	0	-22.500	0	-22.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.410	111.655	0	123.065	0	123.065
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	111.655	0	111.655	0	111.655
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	11.410	0	0	11.410	0	11.410
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	-128.710	0	-128.710	0	-128.710
5.07	Saldos Finais	1.600.000	0	745.022	-20.067	-39.555	0	2.285.400	0	2.285.400

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	1.535.857	1.449.860
7.01.01	Intermediação Financeira	1.423.330	1.223.205
7.01.02	Prestação de Serviços	98.699	85.003
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	-98.320	43.581
7.01.04	Outras	112.148	98.071
7.01.04.01	Operações de Seguros	99.113	81.301
7.01.04.02	Outras	13.035	16.770
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.055.249	-900.893
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-154.248	-149.525
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-76.581	-80.955
7.03.02	Serviços de Terceiros	-28.986	-26.354
7.03.04	Outros	-48.681	-42.216
7.03.04.01	Operações de Seguros	-48.681	-42.216
7.04	Valor Adicionado Bruto	326.360	399.442
7.05	Retenções	-33.704	-25.892
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.704	-25.892
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	292.656	373.550
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	292.656	373.550
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	292.656	373.550
7.09.01	Pessoal	121.155	135.562
7.09.01.01	Remuneração Direta	87.388	105.025
7.09.01.02	Benefícios	29.035	25.023
7.09.01.03	F.G.T.S.	4.732	5.514
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	73.525	124.739
7.09.02.01	Federais	68.095	119.649
7.09.02.02	Estaduais	8	36
7.09.02.03	Municipais	5.422	5.054
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	120	1.594
7.09.03.01	Aluguéis	120	1.594
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	97.856	111.655
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	55.882	22.500
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	41.974	89.155

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º TRIMESTRE DE 2026

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES (SFB), relativos ao período encerrado em 31 de março de 2026, de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. COMENTÁRIO ECONÔMICO

O primeiro trimestre de 2026 consolidou a resiliência da economia brasileira frente a um PIB mundial que manteve crescimento de 3,1%, apesar do acirramento das tensões no Oriente Médio. O PIB nacional, projetado em 1,9% pelo Fundo Monetário Internacional - FMI, foi impulsionado pelo papel do país como exportador de energia, embora esse vigor tenha convivido com a aceleração inflacionária do IPCA, que acumulou 1,92% no trimestre e interrompeu a desinflação de 2025. Esse cenário exigiu cautela do Banco Central, que iniciou uma flexibilização monetária gradual, reduzindo a Selic para 14,75% em março para equilibrar a atividade econômica e o controle de preços.

Regionalmente, o Espírito Santo espelhou o desempenho nacional com projeção de crescimento de 1,9%, superando a média do país e caminhando para seu quarto ano de expansão ancorado em commodities e minérios. Contudo, a economia capixaba também enfrentou desafios, com o IPCA local acumulando alta de 1,90% devido aos custos logísticos e de combustíveis. Assim, o estado encerrou o período em posição estratégica, buscando sustentar seu ritmo industrial e aproveitar o cenário favorável das exportações, enquanto monitora os impactos da inflação persistente sobre o consumo e o custo de vida regional.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

O BANESTES reafirma sua solidez e compromisso com o desenvolvimento do Espírito Santo, pautando sua atuação na integração entre eficiência operacional, inovação tecnológica e responsabilidade socioambiental. No primeiro trimestre de 2026, a Instituição avançou na modernização de sua infraestrutura e no fortalecimento de sua função social, apoiando a sociedade capixaba com soluções financeiras personalizadas.

Os principais indicadores do período estão detalhados abaixo:

✓ **Lucro Líquido:** O resultado líquido do período atingiu R\$ 91 milhões, o que representa uma expansão de 66,3% em relação ao 1T25, correspondendo a um lucro por ação de R\$ 0,26. Na comparação trimestral imediata (4T25), observou-se um decréscimo de 16,8%. Nesse trimestre, não houve nenhum evento não recorrente. O Retorno sobre o Patrimônio

Comentário do Desempenho

Líquido médio (ROE)¹ situou-se em 19,1%, refletindo a capacidade de geração de valor para o acionista, enquanto o Retorno sobre o Ativo Total médio (ROA)² manteve-se em 1,1%, demonstrando a estabilidade da instituição;

✓ O Faturamento³ do 1T2026 atingiu R\$ 1,6 bilhão, um crescimento de 13,1% comparado ao mesmo período do ano anterior e uma retração de 2,9% frente ao trimestre anterior. A Margem Financeira Líquida⁴ alcançou R\$ 301 milhões no trimestre (+2,3% em 12 meses e -17,7% em 3 meses). Na mesma comparação, o Resultado Operacional atingiu R\$ 116 milhões (+29,7% em 12 meses e -39,8% em 3 meses); o Índice de Eficiência Operacional⁵ foi de 51,1% e a Eficiência Operacional Ajustada ao Risco⁶ atingiu 64,0%;

✓ Foram destinados aos acionistas R\$ 56 milhões a título de Juros sobre Capital Próprio (JCP) e dividendos no 1T2026, o que representa um *payout* de 61,5% do lucro líquido do período. Desse valor R\$ 52 milhões foram destinados ao Governo do Estado do Espírito Santo, o acionista controlador;

✓ O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 2,4 bilhões, aumento de 7,4% comparado ao mesmo período do ano anterior e de 1,2% comparado ao final do exercício de 2025. A relação Patrimônio Líquido e Ativo Total foi de 6,1%. O Índice de Basileia alcançou 14,0%, composto integralmente de capital nível I;

✓ Os Recursos de Terceiros Captados e Administrados totalizaram R\$ 44,8 bilhões, consolidando uma expansão de 5,8% em doze meses e +1,3% contra o trimestre anterior. Esse crescimento ratifica a solidez institucional e a eficiência das estratégias de captação, com destaque para o avanço expressivo em depósitos judiciais (+22,2% em 12 meses), fundos de investimento (+10,5% em 12 meses) e depósitos a prazo⁷ (+7,8% em 12 meses);

✓ Os Recursos Aplicados (Ativo Total) encerraram o período em R\$ 40,0 bilhões, uma expansão de 4,8% em doze meses e 0,6% contra o trimestre anterior. Esse crescimento é reflexo direto da performance positiva das operações de crédito⁸ que avançaram 6,9% em doze meses somada a estratégia de liquidez que elevou os recursos em tesouraria em 2,8% no mesmo período;

✓ A Carteira de Crédito Ampliada⁹ encerrou março de 2026 em R\$ 15,2 bilhões, registrando estabilidade com uma variação de +0,6% em doze meses e +0,4% em três meses. Os destaques ficaram por conta da carteira de crédito comercial que cresceu 3,9% e da carteira de crédito pessoal que avançou 8,1% no mesmo período. O desempenho reflete a estratégia da Instituição de priorizar ativos de menor risco e manter uma política de concessão rigorosa;

¹ Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos patrimônios líquidos de março de 2026 e de março de 2025.

² Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos ativos totais de março de 2026 e de março de 2025.

³ Total das receitas com a intermediação financeira, com a prestação de serviços e tarifas e com prêmios retidos de seguros, previdência e capitalização.

⁴ Refere-se ao resultado bruto da intermediação financeira.

⁵ Relação entre o total de despesas administrativas (pessoal e outras) e o somatório das receitas com serviços e tarifas e o resultado bruto da intermediação financeira (excluído provisão para créditos de liquidação duvidosa).

⁶ Relação entre o total de despesas administrativas (pessoal e outras) e o somatório das receitas com serviços e tarifas e o resultado bruto da intermediação financeira.

⁷ Total de depósitos a prazo e depósitos extrajudiciais.

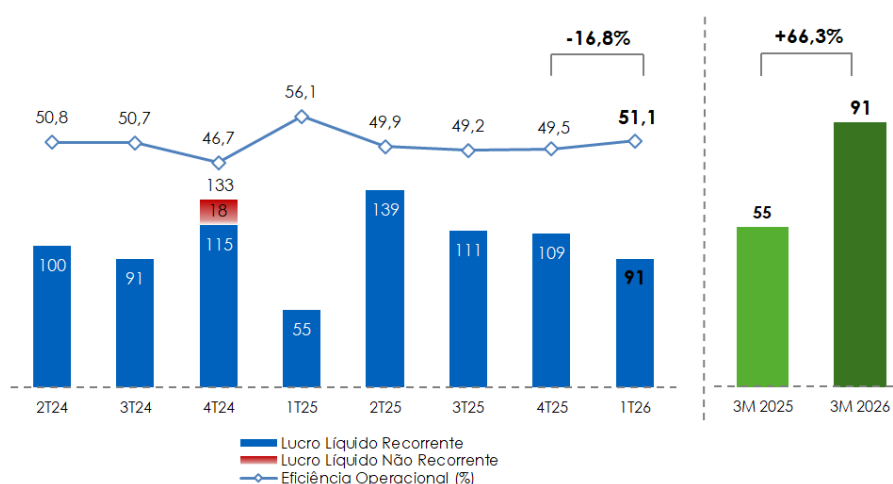
⁸ Total da operação de crédito mensurado a custo amortizado - líquido de provisão para perdas.

⁹ Trata-se do total dos saldos da carteira de crédito (conceito BACEN), de TVM privado (debêntures, notas promissórias/comerciais, letras financeiras, CRIs - certificado de recebíveis imobiliários, letras de crédito do agronegócio, letras de crédito imobiliário e FIDCs - fundos de investimento em direitos creditórios) e garantias prestadas (avais e fianças).

Comentário do Desempenho

- ✓ O Índice de Inadimplência (atrasos acima de 90 dias) da carteira de crédito comercial atingiu 2,4%, uma leve elevação, com uma variação de +0,1 p.p. contra o final do exercício anterior e +0,3 p.p. contra o primeiro trimestre de 2025. Esse valor, segue aderente as expectativas do mercado bancário e financeiro. No conceito Ampliado, o índice foi de 2,0%;
- ✓ A solidez financeira do BANESTES é atestada pelas principais agências globais de classificação de risco. A Fitch Ratings reafirmou o rating nacional de longo prazo do Banco em 'AA+(br)', com perspectiva estável, destacando o perfil de negócios resiliente e a sólida capitalização. Simultaneamente, a Moody's Local Brasil atribuiu ao Banestes o rating de emissor 'AA.br', com perspectiva positiva, fundamentada na qualidade dos ativos, na robusta estrutura de liquidez e na importância estratégica da instituição no cenário regional;
- ✓ As receitas com Prestação de Serviços e Tarifas alcançaram R\$ 100 milhões no 1T2026 um avanço de 10,6% em doze meses, o que é reflexo do aumento das receitas com gestão e administração de fundos (+39,2% em 12 meses) e com Comissões em Comercialização e Serviços de Seguros, Previdência e Capitalização (+62,2% em 12 meses). Adicionalmente vale ressaltar o crescimento das receitas com cartões no período que atingiram 4,8%; e
- ✓ A Base de Relacionamento BANESTES encerrou o 1T2026 com uma expansão de 2,6% frente ao mesmo período no ano anterior, alcançando o marco de 1.459.060 clientes. Esse crescimento é sustentado pelo avanço de 2,5% no segmento de pessoas físicas (1.373.953) e pela evolução de 4,1% no segmento de pessoas jurídicas (85.107). Paralelamente, o número de contas correntes subiu 4,0%, atingindo 1.088.585 contas, enquanto as contas de poupança registraram um incremento moderado de 0,9%, totalizando 658.586 contas no período.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO



No 1T2026, o BANESTES registrou Lucro Líquido de R\$ 91 milhões, apresentando uma expressiva expansão de 66,3% frente ao mesmo período de 2025, embora tenha recuado 16,8% em relação ao trimestre anterior. O resultado foi impulsionado pela robustez das receitas de intermediação financeira, com destaque para o desempenho de títulos e valores mobiliários (+17,2% em 12 meses) e operações de crédito (+12,3% em 12 meses); além da eficiência no controle de despesas administrativas (pessoal e outras), que elevaram-se 2,1% sendo inferior ao índice do IPCA acumulado de doze meses (4,14%).

Comentário do Desempenho

Contudo, a lucratividade no trimestre foi pressionada pelo expressivo salto nas despesas de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) em relação ao 1T2025 (+59,6%) e ao 4T2025 (+109,0%), refletindo o aprimoramento dos modelos de perda esperada conforme a Resolução CMN nº 4.966/21. Adicionalmente, o resultado da operação de seguridade¹⁰ apresentou uma retração de 6,5% em doze meses e 16,0% em três meses, contribuindo para a compressão das margens operacionais no período.

O Faturamento no 1T2026 alcançou R\$ 1,6 bilhão, registrando uma expansão de 13,1% em doze meses, embora tenha apresentado queda de 2,9% em relação ao trimestre anterior. Esse desempenho quando comparado ao mesmo período no ano anterior foi impulsionado pelo crescimento das receitas de operações de crédito (+12,3%), do resultado de títulos e valores mobiliários (+17,2%) e das receitas de prestação de serviços (+10,6%). A margem financeira líquida atingiu R\$ 301 milhões no trimestre, o que representa uma elevação de 2,3% em comparação ao 1T2025. O resultado operacional do período totalizou R\$ 116 milhões, um avanço expressivo de 29,7% na base anual, apesar do recuo trimestral de 38,9%. Tais indicadores refletem a resiliência do BANESTES em manter sua trajetória de crescimento e rentabilidade consolidada, mesmo diante de um cenário de ajustes preventivos em provisões de crédito.

O BANESTES impulsionou seu desempenho operacional e rentabilidade no trimestre por meio de medidas estratégicas de alta eficiência. A alocação otimizada de ativos, com foco no crescimento das receitas de títulos e valores mobiliários, e a expansão seletiva da carteira de crédito comercial foram pilares centrais. Além disso, o rigoroso controle das despesas de despesas administrativas (pessoal e outras), aliado à gestão prudencial do risco com o reforço preventivo das provisões (PCLD), demonstram o compromisso com a estabilidade institucional.

No segmento de seguros, previdência e capitalização, o resultado do 1T2026 atingiu R\$ 42 milhões, registrando um recuo de 6,5% em doze meses e de 16,0% em relação ao trimestre anterior. Esse desempenho foi influenciado por um ambiente de mercado mais pressionado e maior concorrência em ramos específicos, como automóvel e residencial.

As despesas administrativas (pessoal e outras) registraram R\$ 256 milhões no 1T2026, apresentando uma elevação de 2,1% em doze meses e estabilidade de 0,2% em relação ao trimestre anterior. Esse resultado foi influenciado pelo controle rigoroso das despesas com suporte e *backoffice*, aliado à maturação de novas metodologias de trabalho e investimentos em tecnologia, sendo determinantes para a manutenção da eficiência administrativa da instituição. As outras despesas administrativas somaram R\$ 125 milhões, representando uma elevação de 18,5% em doze meses. Em contrapartida, as despesas com pessoal demonstraram eficiência ao somar R\$ 132 milhões, o que reflete um recuo de 9,8% na comparação anual e estabilidade de 0,3% frente ao trimestre anterior.

As despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa (PDD) somaram R\$ 101 milhões no 1T2026, apresentando uma elevação de 59,6% em doze meses e um salto de 109,0% em relação ao trimestre anterior. Esse incremento reflete o aprimoramento contínuo dos modelos de perda de crédito estimada, conforme as diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/2021. O foco prospectivo dessa metodologia visa aumentar a acurácia nas estimativas de risco e otimizar a gestão de capital. Dessa forma, a Instituição mantém níveis de provisão adequados para assegurar a cobertura de riscos e a solidez

¹⁰ Trata-se do total dos prêmios retidos, das variações de provisões técnicas, dos sinistros retidos, das despesas de comercialização de seguros e do resultado líquido de resseguro.

Comentário do Desempenho

do balanço diante de eventuais oscilações nos ciclos/safras de crédito.

Em suma, a eficiência operacional orgânica do BANESTES mantém-se impulsionada pela diversificação de suas receitas, levando a atingir um índice de cobertura geral¹¹ de 38,9%. Esse desempenho reflete uma estrutura administrativa otimizada, na qual a geração de receitas acessórias sustenta de forma crescente o custeio operacional, fortalecendo o foco de atuação corporativa na margem financeira líquida da Instituição.

Como reflexo desse desempenho, o BANESTES manteve métricas sólidas de produtividade: o índice de eficiência operacional atingiu 51,1%. Ainda mais relevante foi o índice de eficiência operacional ajustado ao risco, que se fixou em 64,0% no trimestre. Embora o indicador tenha sido impactado pelo reforço preventivo nas provisões de crédito para adequação à Resolução CMN nº 4.966/21, a Instituição mantém o êxito na estratégia de otimização de alocação de ativos aliada ao rigoroso controle de riscos.

Neste cenário de transição normativa e volatilidade de mercado, o BANESTES priorizou a disciplina de capital e a excelência operacional no início de 2026. A aceleração da transformação digital, exemplificada pelo uso de inteligência artificial e modernização de infraestrutura em nuvem, consolidou-se como o motor de otimização de custos, despesas e melhoria da experiência do cliente. Sob rigorosos padrões de governança, a Instituição reafirma seu compromisso com a geração de valor sustentável e com seu papel estratégico de desenvolvimento regional, garantindo a perenidade dos resultados.

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

O BANESTES alcançou um Patrimônio Líquido de R\$ 2,4 bilhões em 31/03/2026, uma evolução de 1,2% em comparação ao fechamento de 2025; já contra o 1T2025 houve avanço de 7,4%. No trimestre, foram destinados aos acionistas, a título de juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos, o valor de R\$ 56 milhões, o que representa 61,5% do Lucro Líquido do período. O Índice de Basileia apurado foi de 14,0%, mantendo-se em patamar sólido e acima dos limites regulatórios. Os indicadores de rentabilidade, ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido médio) e ROA (Retorno sobre o Ativo Total médio), registraram 19,1% e 1,1%, respectivamente, refletindo a resiliência do capital e a manutenção da atratividade para os investidores.

Os recursos de terceiros captados e administrados somaram R\$ 44,8 bilhões no período, elevação de 5,8% em relação à posição de 31/03/2025, distribuídos, principalmente em:

- R\$ 14,0 bilhões em depósitos a prazo¹² (+7,8% em 12 meses e +3,0% em 3 meses);
- R\$ 9,1 bilhões em captação no mercado aberto (-7,7% em 12 meses e -3,8% em 3 meses);
- R\$ 9,0 bilhões em fundos administrados (+10,5% em 12 meses e +2,1% em 3 meses);
- R\$ 5,0 bilhões em depósitos judiciais (+22,2% em 12 meses e +3,4% em 3 meses);
- R\$ 4,7 bilhões em depósitos de poupança (+0,9% em 12 meses e -1,1% em 3 meses);

¹¹ Relação entre o total das receitas de serviços e tarifas e o total de despesas administrativas (pessoal e outras).

¹² Total de depósito a prazo e depósito extrajudicial.

Comentário do Desempenho

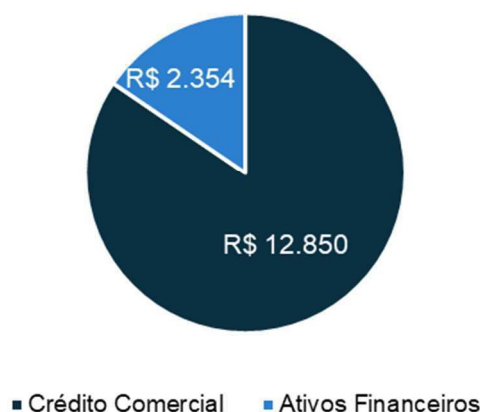
- R\$ 1,4 bilhão em recursos de aceites e emissão de títulos (+10,4% em 12 meses e 12,2% em 3 meses); e
- R\$ 936 milhões em depósitos à vista (-7,6% em 12 meses e -1,6% em 3 meses).

Os recursos aplicados (Total do Ativo) contabilizaram R\$ 40,0 bilhões em 31/03/2026, elevação de 4,8% sobre a posição do mesmo período de 2025 e +0,6% sobre a posição de 31/12/2025, compostos principalmente por:

- R\$ 19,1 bilhões em títulos e valores mobiliários¹³ (+21,4% em 12 meses e +5,7% em 3 meses);
- R\$ 11,7 bilhões em operações de crédito (+6,9% em 12 meses e +1,2% em 3 meses); e
- R\$ 5,0 bilhões em caixa e agregados de caixa¹⁴ (-35,1% em 12 meses e -11,2% em 3 meses).

A Carteira de Crédito Ampliada atingiu R\$ 15,2 bilhões no 1T2026, apresentando estabilidade frente ao mesmo período do ano anterior (+0,6%) e frente ao trimestre anterior (+0,4%). Esse desempenho consolida a política de concessão seletiva do Banco, mantendo a trajetória de crescimento orgânico e a robustez do portfólio mesmo em um cenário de mercado mais conservador.

Carteira de Crédito Ampliada | R\$ Milhões



A carteira de crédito comercial encerrou o período com saldo de R\$ 12,9 bilhões, registrando sólida expansão de 6,1% em doze meses e +1,1% em três meses. O segmento de pessoa física permanece como o principal propulsor da carteira, representando 68,9% do total (R\$ 8,9 bilhões), com crescimento anual de 5,7%. Paralelamente, o segmento de pessoa jurídica somou R\$ 4,0 bilhões (+6,8% em 12 meses), evidenciando a capacidade do Banco em apoiar o setor produtivo. Com 90,5% da exposição concentrada em pessoa física e MPMEs¹⁵ (R\$ 11,6 bilhões), a Instituição privilegia ativos de alta colateralização — notadamente crédito consignado, rural e imobiliário — garantindo um perfil de risco defensivo e resiliente.

Dentro do portfólio corporativo, destaca-se o foco estratégico em Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), que detêm 69,4% das concessões PJ. Por outro lado, o segmento de Grandes Empresas apresentou o crescimento mais

¹³ Refere-se ao total das posições em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - líquidos de provisão de perdas e em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado - líquidos de provisão de perdas: títulos e valores mobiliários.

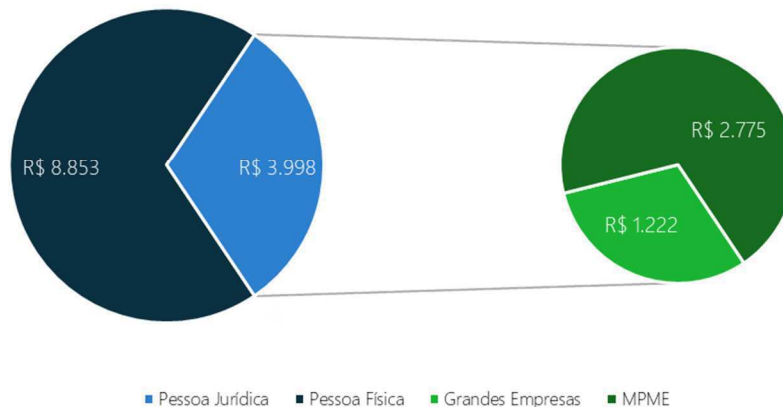
¹⁴ Refere-se à posição em disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez - posição bancada.

¹⁵ Micro, pequenas e médias empresas conforme Lei Complementar nº 139/11.

Comentário do Desempenho

acelerado do período, com alta de 12,0% em doze meses.

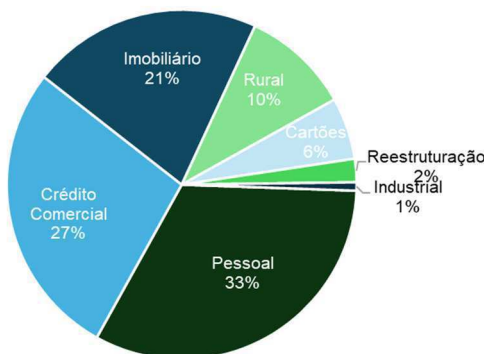
Crédito Comercial | Perfil | R\$ Milhões



O BANESTES adota critérios rigorosos de segurança e de avaliação dos processos de concessão de crédito, de forma a manter o equilíbrio entre a expansão da carteira e a inadimplência. Abaixo, a posição do Crédito Comercial em 31/03/2026, distribuído nas principais modalidades:

- R\$ 4,2 bilhões em pessoal (+8,1% em 12 meses e +2,3% no ano);
- R\$ 3,5 bilhões em comercial (+3,9% em 12 meses e +1,3% no ano);
- R\$ 2,7 bilhões em imobiliário (-6,2% em 12 meses e -1,4% no ano);
- R\$ 1,3 bilhão em rural (+36,7% em 12 meses e +3,5% no ano); e
- R\$ 735 milhões em cartões (+6,7% em 12 meses e -1,0% no ano).

Modalidades Carteira de Crédito | R\$ Milhões



Comentário do Desempenho

5. ESTÁGIOS, INADIMPLÊNCIA E REESTRUTURAÇÃO DE DÍVIDA

A eficácia da seletividade reflete-se nos índices de inadimplência (atrasos acima de 90 dias), mantidos em patamares saudáveis tanto na carteira comercial quanto no conceito ampliado. Em linha com as normas do CMN, a gestão foca na robustez das garantias e na eficiência da recuperação de ativos, assegurando uma governança de risco rigorosa e alinhada às metas de rentabilidade. Operando sob o conceito de perdas esperadas estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21, a Instituição classifica suas operações em três estágios, permitindo uma mensuração de risco dinâmica e antecipatória.

Os estágios das operações que compõem a carteira de crédito se posicionaram da seguinte forma em 31/03/2026:



A qualidade dos ativos manteve-se resiliente, com o índice de inadimplência (>90 dias) da carteira comercial em 2,4% e da carteira ampliada em 2,0%. No detalhamento por segmento, a estabilidade também é percebida tanto na pessoa física, com índice de 1,8%, quanto no segmento de pessoa jurídica que registrou 3,7%, refletindo um incremento pontual de +0,1 p.p., em ambos, quando comparado ao trimestre anterior. Este comportamento é reflexo direto da estratégia de seletividade na concessão e do foco em modalidades de crédito com garantias robustas, estando integralmente aderente ao apetite de risco da Instituição e mitigado pelo modelo de provisionamento por perdas esperadas.

A trajetória de recuperação de prejuízo em 2026 demonstra uma sólida e consistente aceleração mensal, culminando em um resultado histórico para o mês de março (R\$ 6 milhões). Este desempenho representa um avanço expressivo de 21,3% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O encerramento do primeiro trimestre com R\$ 13 milhões recuperados ratifica a eficácia das novas diretrizes de gestão de ativos, consolidando um patamar de eficiência operacional superior.

6. IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ENCARGOS SOCIAIS

No 1T2026, o BANESTES destinou R\$ 89 milhões a impostos, contribuições e encargos sociais, representando um recuo de 8,8% frente ao mesmo período de 2025. Esse movimento foi concentrado nas linhas de IR e CSLL (-27,0%), refletindo o impacto do aumento da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) na base tributária, o que viabilizou o aproveitamento estratégico de benefícios fiscais para otimizar o resultado líquido no trimestre.

Em contrapartida, os tributos sobre o faturamento apresentaram expansão, com o COFINS e PIS/PASEP crescendo 10,6%

Comentário do Desempenho

acompanhando a evolução das receitas de serviços. Já os encargos sociais mantiveram-se estáveis em R\$ 24 milhões (+0,5%), evidenciando o controle rigoroso das despesas com pessoal e a manutenção da estrutura operacional da Instituição.

7. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O Banestes reafirma seu compromisso com a excelência operacional ao consolidar a convergência entre os modelos físico e digital, estratégia essencial para atender aos diversos perfis de clientes e garantir a estabilidade institucional. No primeiro trimestre de 2026, a preferência dos usuários pelos meios remotos seguiu evidente, com o Aplicativo Banestes consolidando sua relevância ao registrar mais de 47 milhões de transações. Simultaneamente, as transações financeiras nos canais digitais apresentaram uma expansão de 4,2% em relação ao mesmo período de 2025, superando a marca de 19 milhões de operações. Essa maturidade digital é suportada por uma rede de atendimento física estratégica, que assegura a capilaridade em todo o estado do Espírito Santo por meio de 730 pontos de atendimento, sendo 148 agências e postos, 268 unidades eletrônicas e 314 correspondentes.

No campo da Tecnologia da Informação e Comunicação, a Instituição deu continuidade ao robusto plano de investimento que totalizou R\$ 14,3 milhões em CAPEX no primeiro trimestre de 2026. Esse aporte estratégico viabilizou a parcerias importantes, estabelecendo uma infraestrutura de ponta para *BI*, *Analytics* e Inteligência Artificial. Paralelamente, a Instituição promoveu a modernização de seu ambiente de virtualização *VMware*, assegurando alta disponibilidade para serviços críticos como *Pix* e *Internet Banking*, além de avançar em eficiência energética. Como resultado direto da maturação de novas metodologias de trabalho e da capacitação das equipes, o Banco alcançou uma redução expressiva de 39,0% no tempo de entrega de soluções digitais, fortalecendo sua agilidade frente às demandas do mercado.

No campo dos novos negócios e expansão de portfólio, o período foi marcado pelo lançamento da "Conta Global" em parceria com o BS2, facilitando transações internacionais diretamente pelo aplicativo. A estratégia de crédito também foi fortalecida com a digitalização da oferta de consignado INSS no aplicativo e a implementação de automações contábeis que otimizaram processos internos. Essa evolução sistêmica incluiu a migração de APIs para *Openshift 4* e o avanço no plano de descomissionamento do *mainframe*, consolidando a transição para arquiteturas mais modernas e escaláveis.

O Bizi, banco digital do Banestes, apresentou crescimento robusto no 1T2026, com foco em eficiência operacional e escalabilidade. Em comparação ao primeiro trimestre do ano anterior, o banco digital registrou expansão de 224,8% no saldo da carteira de crédito consignado e um aumento de 194,0% no número de clientes ativos.

Paralelamente, a agenda de sustentabilidade (*ESG*) foi fortalecida com a parceria com o Instituto RecicleMais para o descarte de resíduos perigosos, atendendo a uma demanda de sustentabilidade interna gerada pela modernização de periféricos sem fio.

A estratégia da área de Cartões no primeiro trimestre de 2026 concentrou-se na convergência entre segurança digital e alta sofisticação, consolidando a transição da base para o Banescard Visa. O grande marco do período foi o lançamento do Cartão Virtual, entrega estratégica que visa blindar a base contra fraudes em *e-commerce* e facilitar a ativação imediata do

Comentário do Desempenho

uso, permitindo transações antes mesmo da entrega do plástico físico. O investimento nessa frente responde à demanda por segurança e busca reduzir custos com contestações de compras e emissão de segundas vias através do uso de cartões dinâmicos.

O Banco fortaleceu seu portfólio para o segmento de alta renda com o início efetivo das emissões e entregas do Banescard Visa Infinite Absoluto. Este movimento consolida a Instituição no mercado de luxo, capturando valor de um público que busca exclusividade e benefícios como acesso a salas VIP e pontuação diferenciada. Considerando o incremento gerado pelo faturamento digital, com a disponibilização do Cartão Virtual, bem como do faturamento incremental gerado pelo Cartão Absoluto, o faturamento consolidado dos cartões atingiu R\$ 1,4 bilhão no 1T26, um crescimento de 2,5% em comparação ao mesmo período de 2025. Esse desempenho é sustentado pela migração eficiente da base e pelo fortalecimento do programa de fidelidade, que agora integra soluções digitais de ponta à tradição de confiança da marca Banestes.

No pilar de Gente e Gestão, o primeiro trimestre de 2026 foi marcado pela expansão do quadro funcional e pelo fortalecimento do cuidado integral com o colaborador. A Instituição realizou 66 novas admissões via concurso público para cargos estratégicos e técnicos, além de retomar o processo de Seleção Interna, com a oferta de 51 vagas de liderança e suporte, fomentando a mobilidade e a inovação interna.

O Programa Cuidar 360º consolidou-se como o projeto de maior impacto institucional, registrando 264 atendimentos especializados (psicológicos, psiquiátricos e de serviço social) e expandindo sua capilaridade através de visitas presenciais às agências e rodas de conversa sobre saúde mental e Comunicação Não Violenta (CNV). O pilar de saúde financeira foi potencializado com o início das consultorias individuais e palestras estratégicas sobre planejamento e liberdade financeira.

No âmbito da responsabilidade socioambiental e bem-estar, o projeto Gerando Cuidado, em parceria com a *startup Affetic Baby*, registrou 19 novos cadastros, fortalecendo a rede de apoio à parentalidade. A agenda de conscientização foi intensificada com seis campanhas temáticas e a realização da SIPAT, focada em saúde preventiva e vitalidade. Complementarmente, o investimento em segurança do trabalho incluiu a entrega de equipamentos ergonômicos e avaliações de postos, reafirmando o compromisso do Banestes com um ambiente de trabalho humano, seguro e produtivo.

Em observância às diretrizes de transparência estabelecidas pela Lei nº 15.177/2025, o Sistema Financeiro Banestes apresenta o consolidado dos seus indicadores de equidade de gênero. O quadro funcional encerrou o período com 2.325 colaboradores, dos quais 911 são mulheres, representando 39,2% da força de trabalho total. (tabela abaixo alterada)

Nível Hierárquico	Mulheres	Total	Proporção Feminina
Diretoria	3	17	17,6%
Conselho	7	27	25,9%
Superintendentes e Gerente Geral	87	235	37,0%
Coordenador e Gerente Administrativo	162	343	47,2%
Operacional	652	1703	38,3%
Total Geral	911	2325	39,2%

No que tange à Administração e Conselhos (Administrativo, Fiscal e Auditoria), a representatividade feminina é de 25,9%, com 7 mulheres entre os 27 membros totais. Quanto à paridade salarial, o relatório demonstra conformidade robusta: (tabela abaixo alterada)

Comentário do Desempenho

Nível Hierárquico	Média Renda (Feminino)	Média Renda (Masculino)	Ratio
Diretoria	36.406,37	37.107,20	98,1%
Conselho	7.104,81	8.776,53	81,0%
Superintendentes e Gerente Geral	16.281,61	16.813,77	96,8%
Coordenador e Gerente Administrativo	11.583,91	12.083,16	95,9%
Operacional	8.685,91	7.835,26	110,9%

No que tange à força de trabalho, o SFB apresenta um quadro consolidado de 911 mulheres em sua estrutura atual. Contudo, é fundamental destacar o avanço qualitativo na estrutura de liderança, onde a participação feminina nos níveis de Gerência e Superintendência totaliza 87 colaboradoras. No pilar de remuneração, especificamente no nível de Diretoria, a média salarial das mulheres posiciona-se em R\$ 36.406,37, refletindo a atual composição do corpo diretivo e de conselheiros. Quanto à representação nos Conselhos (Administrativo, Fiscal e de Auditoria), a bancada feminina é composta por 7 integrantes, reforçando a participação das mulheres nas esferas de decisão estratégica do SFB neste exercício.

O primeiro trimestre de 2026 consolidou as estratégias de comunicação do Banestes com foco na visibilidade e no fortalecimento do posicionamento de marca. As atividades buscaram equilibrar a solidez institucional com a inovação, reafirmando vínculos regionais por meio de peças exclusivas para a Festa da Penha e ações em São José do Rio Preto (SP). Na frente comercial, a comunicação deu suporte ao Crédito Rural e desenvolveu campanhas para produtos como o Cartão Absoluto e o Crédito Imobiliário, além de manter a atuação digital via plataforma BIZI.

No âmbito da transparência, o período foi marcado pela apresentação anual de resultados e produção de vídeo institucional para o relacionamento com o mercado. O Banco esteve presente em 24 eventos, destacando-se o Investor Day Banestes 2026, em São Paulo, e o Carnaval Capixaba, além de manter patrocínios ao futebol e promover experiências para clientes de alta renda. Paralelamente, a Instituição investiu na padronização e manutenção da sinalização visual em diversas agências, assegurando a uniformidade da imagem corporativa em suas unidades de atendimento.

8. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O Banestes mantém uma estrutura sólida de governança, gestão de riscos e controles internos, desenvolvida para otimizar o capital dos acionistas e reduzir a exposição a riscos operacionais e estratégicos. A gestão de riscos é centralizada em uma diretoria que se reporta diretamente à Presidência do Banco, com unidades dedicadas à avaliação de riscos de crédito, mercado e liquidez, continuidade de negócios e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FTP). Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, a Instituição adota uma gestão integrada de riscos sob a responsabilidade de um Diretor de Riscos e Controle para todo o Conglomerado Prudencial, assessorado pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital em decisões estratégicas. No primeiro trimestre de 2026, em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco avançou no aprimoramento do modelo de Perda Esperada de Crédito (ECL), focando na construção de novos modelos estatísticos que incorporam variáveis preditivas e projeções macroeconômicas recentes, o que resulta em maior acurácia nas estimativas de perda recuperável e na otimização da gestão de capital.

Paralelamente, o Banco fortaleceu o seu Programa de Integridade, pautado em procedimentos normatizados de combate à corrupção e ética corporativa, mantendo canais de denúncia seguros e independentes. De forma distinta, as políticas de PLD/FTP seguem aplicadas de modo a garantir a plena aderência aos sistemas de monitoramento e reporte de operações

Comentário do Desempenho

suspeitas. Atuando como terceira linha estratégica, a Auditoria Interna dedicou o período à ampliação e ao aprofundamento das análises sobre os ciclos de Crédito e Seguridade. Esse movimento posiciona a área como garantidora da qualidade do crescimento institucional, assegurando que a expansão da carteira e o impulsionamento das vendas de seguros ocorram sob rigorosos padrões de controle e apetite de risco, permitindo a antecipação de vulnerabilidades. No âmbito da Proteção de Dados e Segurança Cibernética, a Instituição assegura a conformidade de sua infraestrutura com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) por meio da revisão contínua de contratos e da manutenção de canais oficiais de comunicação. O fortalecimento da resiliência digital é sustentado por serviços gerenciados de segurança para monitoramento e resposta a incidentes, além da execução do plano de conscientização 2025/2026, que utiliza trilhas de conhecimento para mitigar riscos cibernéticos no fator humano desde o *onboarding* até reciclagens periódicas.

9. EMPRESAS COLIGADAS E CONTROLADAS

No primeiro trimestre de 2026, o Sistema Financeiro Banestes (SFB) segue demonstrando solidez por meio de suas empresas controladas e coligadas, cujos resultados refletem a eficiência operacional e o foco contínuo em inovação tecnológica e governança.

A Banestes Seguros (Banseg) registrou lucro líquido de R\$ 12,9 milhões no 1T2026, consolidando o maior resultado para um primeiro trimestre na série histórica da Seguradora, com um crescimento de 80,3% em relação ao mesmo período de 2025. Esse desempenho resultou em um ROE de 20,8%. O prêmio ganho total evoluiu 5,5% comparado ao 1T2025, impulsionado pela carteira de pessoas, que cresceu 11,0%. Tais números são fruto de uma política de subscrição¹⁶ rigorosa, gestão eficiente de despesas administrativas e investimentos estratégicos em infraestrutura de TI, incluindo a modernização do sistema de gestão para viabilizar novas parcerias em resseguros e cosseguros. Adicionalmente, a companhia avançou na agenda ESG através da aprovação de sua Matriz de Materialidade.

A Banestes Corretora (Banescor) apurou lucro líquido de R\$ 12,8 milhões no 1T2026, valor 13,8% superior ao 1T2025. O desempenho reflete uma atuação mais estratégica e disciplinada, com foco em produtos de maior rentabilidade, como o Seguro Prestamista, que atingiu R\$ 10,3 milhões em produção (+80,9%). A carteira de Vida também apresentou evolução, somando R\$ 14,9 milhões (+9,9%). Destaca-se ainda o crescimento de 689,7% nos planos odontológicos, evidenciando a capacidade de captura de escala em produtos acessíveis. A despeito de retrações pontuais em consórcios e seguros patrimoniais devido à maior concorrência e seletividade de mercado, a Corretora sustentou seus resultados através de campanhas de engajamento, treinamentos técnicos e intensificação de visitas consultivas à rede de agências.

A Banestes Asset manteve sua trajetória de crescimento, encerrando o 1T2026 com R\$ 9,54 bilhões sob gestão, uma expansão de 2,1% em relação ao trimestre anterior e de 9,2% em comparação ao 1T2025. O lucro líquido da unidade atingiu R\$ 4,5 milhões, superando em 14,7% o resultado do 4T2025 e em 1,2% o do 1T2025. O foco da gestão permanece na manutenção da performance e na otimização de rotinas operacionais para redução de custos. A unidade segue administrando um portfólio diversificado de fundos de renda fixa, multimercados e ações, além do FII Banestes Recebíveis

¹⁶ Subscrição de seguros é o processo de análise, avaliação e aceitação ou recusa de riscos por uma seguradora.


Comentário do Desempenho

Imobiliários (BCRI11), que conta com aproximadamente 42 mil cotistas.

A Banestes Loteria, subsidiária integral constituída para explorar o serviço público de loterias no Espírito Santo, permanece em estágio pré-operacional. A companhia opera sob uma estrutura enxuta de *back office* compartilhado com o controlador para mitigar custos fixos e manter a liquidez. A gestão foca atualmente na prospecção de um parceiro estratégico para viabilizar a transição para a fase de geração de resultados.

10. GUIDANCE

O *Guidance*¹⁷ BANESTES contém declarações prospectivas as quais estão sujeitas a riscos e incertezas, pois foram baseadas em expectativas e premissas da Administração e em informações disponíveis no mercado até a presente data.

 INDICADOR	2026	
	Guidance Projeção (%)	1º Trim. Real (%)
Carteira de Crédito Comercial¹	4 - 8	6,1
Depósito Total²	5 - 9	9,0
Margem Financeira Líquida³	6 - 10	2,3
Despesas Operacionais⁴	7 - 11	2,1
Serviços e Seguridade⁵	5 - 9	4,9

¹ Trata-se do total dos saldos da carteira de crédito (conceito Bacen).

² Trata-se do total dos saldos de depósitos à vista, poupança, a prazo, interfinanceiros e outros depósitos.

³ Trata-se do total da receita da intermediação financeira descontado as despesas da intermediação financeira e a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

⁴ Trata-se do total das despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

⁵ Trata-se do total das receitas com serviços e tarifas, de prêmios retidos, variações das provisões técnicas, sinistros retidos, despesas de comercialização de seguros e resultado líquido de resseguro.

Obs: As variações estão baseadas em 12 meses.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do Banestes, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao primeiro trimestre de 2026.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 01/04/2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o Banestes se submete por ser sociedade de economia

¹⁷ As informações não são objeto de auditoria.

Comentário do Desempenho

mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no primeiro trimestre de 2026.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES expressa sua gratidão aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros pelo empenho contínuo e pela confiança depositada na Instituição. Juntos, fortalecemos cada vez mais o Banco, construindo uma organização sólida e rentável, em sintonia com as expectativas da sociedade capixaba.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º TRIMESTRE DE 2026

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES - SFB, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2026, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

1. COMENTÁRIO ECONÔMICO

O primeiro trimestre de 2026 consolidou a resiliência da economia brasileira frente a um PIB mundial que manteve crescimento de 3,1%, apesar do acirramento das tensões no Oriente Médio. O PIB nacional, projetado em 1,9% pelo Fundo Monetário Internacional - FMI, foi impulsionado pelo papel do país como exportador de energia, embora esse vigor tenha convivido com a aceleração inflacionária do IPCA, que acumulou 1,92% no trimestre e interrompeu a desinflação de 2025. Esse cenário exigiu cautela do Banco Central, que iniciou uma flexibilização monetária gradual, reduzindo a Selic para 14,75% em março para equilibrar a atividade econômica e o controle de preços.

Regionalmente, o Espírito Santo espelhou o desempenho nacional com projeção de crescimento de 1,90%, superando a média do país e caminhando para seu quarto ano de expansão ancorado em *commodities* e minérios. Contudo, a economia capixaba também enfrentou desafios, com o IPCA local acumulando alta de 1,90% devido aos custos logísticos e de combustíveis. Assim, o estado encerrou o período em posição estratégica, buscando sustentar seu ritmo industrial e aproveitar o cenário favorável das exportações, enquanto monitora os impactos da inflação persistente sobre o consumo e o custo de vida regional.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

Consolidado como um pilar da economia capixaba, o BANESTES reafirma em 2026 sua trajetória de crescimento sustentável.

✓ O Banco registrou um faturamento de R\$ 1,6 bilhão no 1T2026 (+16,7% em 12 meses e -2,4% em 3 meses), impulsionado pelo dinamismo das receitas oriundas de Tesouraria¹ (+16,8% em 12 meses) e das receitas de Empréstimos e Recebíveis (+14,3% em 12 meses). No primeiro trimestre, o Lucro Líquido atingiu R\$ 98 milhões; o resultado, embora impactado pelo cenário de juros (Selic) que elevou as despesas financeiras (+17,7% em 12 meses e -2,1% em 3 meses), reflete uma postura prudencial. Este período foi marcado pelo fortalecimento das provisões de *impairment* (R\$ 98 milhões), visando a perenidade da companhia diante da atualização de modelos de risco de ativos financeiros. A eficiência

¹ Somatório das receitas com caixa e equivalentes de caixa, crédito a instituições financeiras e títulos de investimento.

Comentário do Desempenho

operacional do período foi de 50,6% (62,8% ajustado ao risco), patamares que reforçam o compromisso com uma gestão austera e voltada à sustentabilidade do negócio;

✓ A robustez da estrutura de capital refletiu-se em um Patrimônio Líquido de R\$ 2,5 bilhões, registrando uma expansão anual de 7,6% e trimestral de 1,5%. Este fortalecimento é evidenciado pela manutenção de índices de solvência superiores aos requisitos regulatórios, com o Capital Social atingindo R\$ 1,9 bilhão (+18,8% em 12 meses) e com o índice de basileia fixando-se em 14,0%. No âmbito da rentabilidade, o 1T2026 entregou um ROE² de 13,7% e um ROA³ de 0,8%, reafirmando a capacidade de gerar retornos consistentes. Reforçando o compromisso com a geração de valor, o resultado por ação no trimestre foi de R\$ 0,26;

✓ O encerramento do trimestre confirmou a solidez institucional, com o Ativo Total expandindo 4,8% em doze meses e se mantendo estável em três meses (+0,6%), chegando a R\$ 39,9 bilhões, sustentado pela robusta posição financeira dos recursos em Tesouraria⁴ com R\$ 24,2 bilhões (+2,8% em 12 meses e +1,7% em 3 meses). A gestão ativa da Tesouraria permitiu que o Caixa e Equivalentes totalizassem R\$ 5,2 bilhões, um aumento anual de 3,5%. A posição financeira de Empréstimos e Recebíveis alcançou R\$ 12,4 bilhões crescente 6,9% em doze meses e +1,1% contra o trimestre anterior, demonstrando a importância da operação do BANESTES no cenário local.

✓ A Carteira de Crédito a Clientes encerrou o exercício com o saldo sólido de R\$ 12,9 bilhões (+6,1% em 12 meses e +1,1% em 3 meses), refletindo o dinamismo comercial em todos os segmentos. O crédito para pessoa física atingiu R\$ 8,9 bilhões (68,9%), enquanto o segmento corporativo somou R\$ 4,0 bilhões (31,1%), Com 90,5% da exposição concentrada em pessoa física e MPMEs⁵ (R\$ 11,6 bilhões), a Instituição privilegia ativos de alta colateralização, garantindo um perfil de risco defensivo. Em sua visão ampliada, que inclui títulos privados e garantias, o saldo alcançou R\$ 15,2 bilhões, evidenciando a escala da operação bancária. O Banco mantém foco rigoroso na sofisticação de suas políticas de concessão de crédito, priorizando garantias de alta qualidade e a eficiência na recuperação de ativos;

✓ A qualidade dos ativos manteve-se resiliente, com o índice de inadimplência (>90 dias) da carteira comercial em 2,4% e da carteira ampliada em 2,0%. No detalhamento por segmento, a estabilidade também é percebida tanto na pessoa física, com índice de 1,8%, quanto no segmento de pessoa jurídica que registrou 3,7%, refletindo um incremento pontual de +0,1 p.p., em ambos, quando comparado ao trimestre anterior. Este comportamento é reflexo direto da estratégia de seletividade na concessão e do foco em modalidades de crédito com garantias robustas, estando integralmente aderente ao apetite de risco da Instituição e mitigado pelo modelo de provisionamento por perdas esperadas;

✓ A confiança do mercado refletiu-se no desempenho da captação, com os depósitos de clientes atingindo um saldo de R\$ 24,6 bilhões (+8,4% em 12 meses e +2,1% em 3 meses). Este avanço foi sustentado pela expansão dos depósitos a

² Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos patrimônios líquidos de março de 2026 e de março de 2025.

³ Relação entre o lucro líquido dos últimos doze meses e a média dos ativos totais de março de 2026 e de março de 2025.

⁴ Total dos saldos com ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: instrumentos de dívida e patrimônio, ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: instrumentos de dívidas, ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: créditos a instituições financeiras e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: créditos a instituições financeiras.

⁵ Micro, pequenas e médias empresas conforme Lei Complementar nº 139/11.

Comentário do Desempenho

prazo que atingiram R\$ 19,0 bilhões (+11,3% em 12 meses e +3,1% em 3 meses). Estrategicamente, o Banco mantém fontes diversificadas de financiamento, com recursos de instituições financeiras totalizando R\$ 9,8 bilhões, além de uma forte posição financeira com recursos captados em poupança de R\$ 4,7 bilhões. A base de relacionamento segue sólida, consolidando a posição do Banco como o gestor de ativos preferencial em sua área de atuação;

✓ As despesas de pessoal somaram R\$ 141 milhões no trimestre, refletindo uma redução de 8,8% em 12 meses e de 38,4% em 3 meses decorrente de ajustes estruturais. O controle rigoroso das despesas administrativas e o investimento planejado em tecnologia e infraestrutura visam a racionalização de custos sem abdicar da excelência no atendimento. As outras despesas administrativas totalizaram R\$ 116 milhões, uma expansão de 21,2% em doze meses e +1,1% em três meses. O índice de cobertura geral de 38,5% evidencia que os esforços de otimização caminham em paralelo ao fortalecimento operacional;

✓ A estratégia de diversificação apresentou resultados expressivos, com o resultado de serviços e comissões atingindo R\$ 58 milhões (+26,0% em 12 meses e +1,9% em 3 meses). O desempenho foi impulsionado pela corretagem de seguros (+62,2% em 12 meses e +7,5% em 3 meses), pela administração de fundos (+39,2% em 12 meses e +141,7% em 3 meses) e cartões de crédito/débito (+5,3% em 12 meses e -4,1% em 3 meses) mesmo ao revés de despesa crescente com corretagem e comercialização de plano de seguros, previdência e capitalização (+62,9% em 12 meses e +15,2% em 3 meses);

✓ No 1T2026, o BANESTES destinou R\$ 89 milhões a impostos, contribuições e encargos sociais, representando um recuo de 8,8% frente ao mesmo período de 2025. Esse movimento foi concentrado nas linhas de IR e CSLL (-27,0%), refletindo o impacto do aumento da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) na base tributária, o que viabilizou o aproveitamento estratégico de benefícios fiscais para otimizar o resultado líquido no trimestre. Em contrapartida, os tributos sobre o faturamento apresentaram expansão, com o COFINS e PIS/PASEP crescendo 10,6% acompanhando a evolução das receitas de serviços. Já os encargos sociais mantiveram-se estáveis em R\$ 24 milhões (+0,5%), evidenciando o controle rigoroso das despesas com pessoal e a manutenção da estrutura operacional da Instituição; e

✓ A solidez financeira do BANESTES é atestada pelas principais agências globais de classificação de risco. A Fitch Ratings reafirmou o rating nacional de longo prazo do Banco em 'AA+(br)', com perspectiva estável, destacando o perfil de negócios resiliente e a sólida capitalização. Simultaneamente, a Moody's Local Brasil atribuiu ao Banestes o rating de emissor 'AA.br', com perspectiva positiva, fundamentada na qualidade dos ativos, na robusta estrutura de liquidez e na importância estratégica da instituição no cenário regional.

3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O Banestes reafirma seu compromisso com a excelência operacional ao consolidar a convergência entre os modelos físico e digital, estratégia essencial para atender aos diversos perfis de clientes e garantir a estabilidade institucional. No primeiro trimestre de 2026, a preferência dos usuários pelos meios remotos seguiu evidente, com o Aplicativo Banestes consolidando sua relevância ao registrar mais de 47 milhões de transações. Simultaneamente, as transações financeiras nos canais digitais apresentaram uma expansão de 4,2% em relação ao mesmo período de 2025, superando a marca de

Comentário do Desempenho

19 milhões de operações. Essa maturidade digital é suportada por uma rede de atendimento física estratégica, que assegura a capilaridade em todo o estado do Espírito Santo por meio de 730 pontos de atendimento, sendo 148 agências e postos, 268 unidades eletrônicas e 314 correspondentes.

No campo da Tecnologia da Informação e Comunicação, a Instituição deu continuidade ao robusto plano de investimento que totalizou R\$ 14,3 milhões em CAPEX no primeiro trimestre de 2026. Esse aporte estratégico viabilizou a parcerias importantes, estabelecendo uma infraestrutura de ponta para *BI*, *Analytics* e Inteligência Artificial. Paralelamente, a Instituição promoveu a modernização de seu ambiente de virtualização *VMware*, assegurando alta disponibilidade para serviços críticos como *Pix* e *Internet Banking*, além de avançar em eficiência energética. Como resultado direto da maturação de novas metodologias de trabalho e da capacitação das equipes, o Banco alcançou uma redução expressiva de 39,0% no tempo de entrega de soluções digitais, fortalecendo sua agilidade frente às demandas do mercado.

No campo dos novos negócios e expansão de portfólio, o período foi marcado pelo lançamento da "Conta Global" em parceria com o BS2, facilitando transações internacionais diretamente pelo aplicativo. A estratégia de crédito também foi fortalecida com a digitalização da oferta de consignado INSS no aplicativo e a implementação de automações contábeis que otimizaram processos internos. Essa evolução sistêmica incluiu a migração de APIs para *Openshift 4* e o avanço no plano de descomissionamento do *mainframe*, consolidando a transição para arquiteturas mais modernas e escaláveis.

O Bizi, banco digital do Banestes, apresentou crescimento robusto no 1T2026, com foco em eficiência operacional e escalabilidade. Em comparação ao primeiro trimestre do ano anterior, o banco digital registrou expansão de 224,8% no saldo da carteira de crédito consignado e um aumento de 194,0% no número de clientes ativos.

Paralelamente, a agenda de sustentabilidade (*ESG*) foi fortalecida com a parceria com o Instituto RecycleMais para o descarte de resíduos perigosos, atendendo a uma demanda de sustentabilidade interna gerada pela modernização de periféricos sem fio.

A estratégia da área de Cartões no primeiro trimestre de 2026 concentrou-se na convergência entre segurança digital e alta sofisticação, consolidando a transição da base para o Banescard Visa. O grande marco do período foi o lançamento do Cartão Virtual, entrega estratégica que visa blindar a base contra fraudes em *e-commerce* e facilitar a ativação imediata do uso, permitindo transações antes mesmo da entrega do plástico físico. O investimento nessa frente responde à demanda por segurança e busca reduzir custos com contestações de compras e emissão de segundas vias através do uso de cartões dinâmicos.

O Banco fortaleceu seu portfólio para o segmento de alta renda com o início efetivo das emissões e entregas do Banescard Visa Infinite Absoluto. Este movimento consolida a Instituição no mercado de luxo, capturando valor de um público que busca exclusividade e benefícios como acesso a salas VIP e pontuação diferenciada. Considerando o incremento gerado pelo faturamento digital, com a disponibilização do Cartão Virtual, bem como do faturamento incremental gerado pelo Cartão Absoluto, o faturamento consolidado dos cartões atingiu R\$ 1,4 bilhão no 1T26, um crescimento de 2,5% em comparação ao mesmo período de 2025. Esse desempenho é sustentado pela migração eficiente da base e pelo fortalecimento do programa de fidelidade, que agora integra soluções digitais de ponta à tradição de confiança da marca Banestes.

Comentário do Desempenho

No pilar de Gente e Gestão, o primeiro trimestre de 2026 foi marcado pela expansão do quadro funcional e pelo fortalecimento do cuidado integral com o colaborador. A Instituição realizou 66 novas admissões via concurso público para cargos estratégicos e técnicos, além de retomar o processo de Seleção Interna, com a oferta de 51 vagas de liderança e suporte, fomentando a mobilidade e a inovação interna.

O Programa Cuidar 360° consolidou-se como o projeto de maior impacto institucional, registrando 264 atendimentos especializados (psicológicos, psiquiátricos e de serviço social) e expandindo sua capilaridade através de visitas presenciais às agências e rodas de conversa sobre saúde mental e Comunicação Não Violenta (CNV). O pilar de saúde financeira foi potencializado com o início das consultorias individuais e palestras estratégicas sobre planejamento e liberdade financeira.

No âmbito da responsabilidade socioambiental e bem-estar, o projeto Gerando Cuidado, em parceria com a *startup Affetic Baby*, registrou 19 novos cadastros, fortalecendo a rede de apoio à parentalidade. A agenda de conscientização foi intensificada com seis campanhas temáticas e a realização da SIPAT, focada em saúde preventiva e vitalidade. Complementarmente, o investimento em segurança do trabalho incluiu a entrega de equipamentos ergonômicos e avaliações de postos, reafirmando o compromisso do Banestes com um ambiente de trabalho humano, seguro e produtivo.

Em observância às diretrizes de transparência estabelecidas pela Lei nº 15.177/2025, o Sistema Financeiro Banestes apresenta o consolidado dos seus indicadores de equidade de gênero. O quadro funcional encerrou o período com 2.325 colaboradores, dos quais 911 são mulheres, representando 39,2% da força de trabalho total.

Nível Hierárquico	Mulheres	Total	Proporção Feminina
Diretoria	3	17	17,6%
Conselho	7	27	25,9%
Superintendentes e Gerente Geral	87	235	37,0%
Coordenador e Gerente Administrativo	162	343	47,2%
Operacional	652	1703	38,3%
Total Geral	911	2325	39,2%

No que tange à Administração e Conselhos (Administrativo, Fiscal e Auditoria), a representatividade feminina é de 25,9%, com 7 mulheres entre os 27 membros totais. Quanto à paridade salarial, o relatório demonstra conformidade robusta:

Nível Hierárquico	Média Renda (Feminino)	Média Renda (Masculino)	Ratio
Diretoria	36.406,37	37.107,20	98,1%
Conselho	7.104,81	8.776,53	81,0%
Superintendentes e Gerente Geral	16.281,61	16.813,77	96,8%
Coordenador e Gerente Administrativo	11.583,91	12.083,16	95,9%
Operacional	8.685,91	7.835,26	110,9%

No que tange à força de trabalho, o SFB apresenta um quadro consolidado de 911 mulheres em sua estrutura atual. Contudo, é fundamental destacar o avanço qualitativo na estrutura de liderança, onde a participação feminina nos níveis de Gerência e Superintendência totaliza 87 colaboradoras. No pilar de remuneração, especificamente no nível de Diretoria, a média salarial das mulheres posiciona-se em R\$ 36.406,37, refletindo a atual composição do corpo diretivo e de conselheiros. Quanto à representação nos Conselhos (Administrativo, Fiscal e de Auditoria), a bancada feminina é composta por 7 integrantes, reforçando a participação das mulheres nas esferas de decisão estratégica do SFB neste exercício.

O primeiro trimestre de 2026 consolidou as estratégias de comunicação do Banestes com foco na visibilidade e no

Comentário do Desempenho

fortalecimento do posicionamento de marca. As atividades buscaram equilibrar a solidez institucional com a inovação, reafirmando vínculos regionais por meio de peças exclusivas para a Festa da Penha e ações em São José do Rio Preto (SP). Na frente comercial, a comunicação deu suporte ao Crédito Rural e desenvolveu campanhas para produtos como o Cartão Absoluto e o Crédito Imobiliário, além de manter a atuação digital via plataforma BIZI.

No âmbito da transparência, o período foi marcado pela apresentação anual de resultados e produção de vídeo institucional para o relacionamento com o mercado. O Banco esteve presente em 24 eventos, destacando-se o Investor Day Banestes 2026, em São Paulo, e o Carnaval Capixaba, além de manter patrocínios ao futebol e promover experiências para clientes de alta renda. Paralelamente, a Instituição investiu na padronização e manutenção da sinalização visual em diversas agências, assegurando a uniformidade da imagem corporativa em suas unidades de atendimento.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O Banestes mantém uma estrutura sólida de governança, gestão de riscos e controles internos, desenvolvida para otimizar o capital dos acionistas e reduzir a exposição a riscos operacionais e estratégicos. A gestão de riscos é centralizada em uma diretoria que se reporta diretamente à Presidência do Banco, com unidades dedicadas à avaliação de riscos de crédito, mercado e liquidez, continuidade de negócios e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FTP). Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, a Instituição adota uma gestão integrada de riscos sob a responsabilidade de um Diretor de Riscos e Controle para todo o Conglomerado Prudencial, assessorado pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital em decisões estratégicas. No primeiro trimestre de 2026, em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco avançou no aprimoramento do modelo de Perda Esperada de Crédito (ECL), focando na construção de novos modelos estatísticos que incorporam variáveis preditivas e projeções macroeconômicas recentes, o que resulta em maior acurácia nas estimativas de perda recuperável e na otimização da gestão de capital.

Paralelamente, o Banco fortaleceu o seu Programa de Integridade, pautado em procedimentos normatizados de combate à corrupção e ética corporativa, mantendo canais de denúncia seguros e independentes. De forma distinta, as políticas de PLD/FTP seguem aplicadas de modo a garantir a plena aderência aos sistemas de monitoramento e reporte de operações suspeitas. Atuando como terceira linha estratégica, a Auditoria Interna dedicou o período à ampliação e ao aprofundamento das análises sobre os ciclos de Crédito e Seguridade. Esse movimento posiciona a área como garantidora da qualidade do crescimento institucional, assegurando que a expansão da carteira e o impulsionamento das vendas de seguros ocorram sob rigorosos padrões de controle e apetite de risco, permitindo a antecipação de vulnerabilidades. No âmbito da Proteção de Dados e Segurança Cibernética, a Instituição assegura a conformidade de sua infraestrutura com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) por meio da revisão contínua de contratos e da manutenção de canais oficiais de comunicação. O fortalecimento da resiliência digital é sustentado por serviços gerenciados de segurança para monitoramento e resposta a incidentes, além da execução do plano de conscientização 2025/2026, que utiliza trilhas de conhecimento para mitigar riscos cibernéticos no fator humano desde o *onboarding* até reciclagens periódicas.

Comentário do Desempenho

5. EMPRESAS CONTROLADAS

No primeiro trimestre de 2026, o Sistema Financeiro Banestes (SFB) segue demonstrando solidez por meio de suas empresas controladas e coligadas, cujos resultados refletem a eficiência operacional e o foco contínuo em inovação tecnológica e governança.

A Banestes Seguros (Banseg) registrou lucro líquido de R\$ 12,9 milhões no 1T2026, consolidando o maior resultado para um primeiro trimestre na série histórica da Seguradora, com um crescimento de 80,3% em relação ao mesmo período de 2025. Esse desempenho resultou em um ROE de 20,8%. O prêmio ganho total evoluiu 5,5% comparado ao 1T2025, impulsionado pela carteira de pessoas, que cresceu 11,0%. Tais números são fruto de uma política de subscrição⁶ rigorosa, gestão eficiente de despesas administrativas e investimentos estratégicos em infraestrutura de TI, incluindo a modernização do sistema de gestão para viabilizar novas parcerias em resseguros e cosseguros. Adicionalmente, a companhia avançou na agenda ESG através da aprovação de sua Matriz de Materialidade.

A Banestes Corretora (Banescor) apurou lucro líquido de R\$ 12,8 milhões no 1T2026, valor 13,8% superior ao 1T2025. O desempenho reflete uma atuação mais estratégica e disciplinada, com foco em produtos de maior rentabilidade, como o Seguro Prestamista, que atingiu R\$ 10,3 milhões em produção (+80,9%). A carteira de Vida também apresentou evolução, somando R\$ 14,9 milhões (+9,9%). Destaca-se ainda o crescimento de 689,7% nos planos odontológicos, evidenciando a capacidade de captura de escala em produtos acessíveis. Apesar de retrações pontuais em consórcios e seguros patrimoniais devido à maior concorrência e seletividade de mercado, a Corretora sustentou seus resultados através de campanhas de engajamento, treinamentos técnicos e intensificação de visitas consultivas à rede de agências.

A Banestes Asset manteve sua trajetória de crescimento, encerrando o 1T2026 com R\$ 9,54 bilhões sob gestão, uma expansão de 2,1% em relação ao trimestre anterior e de 9,2% em comparação ao 1T2025. O lucro líquido da unidade atingiu R\$ 4,5 milhões, superando em 14,7% o resultado do 4T2025 e em 1,2% o do 1T2025. O foco da gestão permanece na manutenção da performance e na otimização de rotinas operacionais para redução de custos. A unidade segue administrando um portfólio diversificado de fundos de renda fixa, multimercados e ações, além do FII Banestes Recebíveis Imobiliários (BCRI11), que conta com aproximadamente 42 mil cotistas.

A Banestes Loteria, subsidiária integral constituída para explorar o serviço público de loterias no Espírito Santo, permanece em estágio pré-operacional. A companhia opera sob uma estrutura enxuta de *back office* compartilhado com o controlador para mitigar custos fixos e manter a liquidez. A gestão foca atualmente na prospecção de um parceiro estratégico para viabilizar a transição para a fase de geração de resultados.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do Banestes, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao primeiro trimestre de 2026.

⁶ Subscrição de seguros é o processo de análise, avaliação e aceitação ou recusa de riscos por uma seguradora.

Comentário do Desempenho

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 01/04/2022, via processo licitatório - Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o Banestes se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no primeiro trimestre de 2026.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES expressa sua gratidão aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros pelo empenho contínuo e pela confiança depositada na Instituição. Juntos, fortalecemos cada vez mais o Banco, construindo uma organização sólida e rentável, em sintonia com as expectativas da sociedade capixaba.

Notas Explicativas



**demonstrações
financeiras completas
individuais e consolidadas**

1º TRIMESTRE DE 2026

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL Em milhares de reais

ATIVO	Notas	BANESTES MÚLTIPLO		BANESTES CONSOLIDADO	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	3.b e 4	194.133	167.921	194.142	167.962
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado		435.289	484.359	467.460	513.268
Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 6	435.289	484.359	467.460	513.268
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas		16.611.537	15.056.398	16.685.339	15.138.455
Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 6	16.611.537	15.056.398	16.685.339	15.138.455
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas		20.777.033	22.206.084	20.923.875	22.336.032
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.c e 5	5.098.034	5.753.961	5.117.492	5.758.372
Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 6	1.894.225	2.360.043	1.944.297	2.408.840
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	7.a	1.311.120	1.750.344	1.311.120	1.750.344
Relações Interfinanceiras	3.f, 7.b e 9	106.060	105.059	106.060	105.059
Operações de Crédito	3.c, 3.p, 8 e 9	11.734.011	11.589.507	11.734.011	11.589.507
Outros Créditos c/ Características de Concessão de Crédito	8.a e 10.a	612.270	625.870	612.270	625.870
Outros Ativos Financeiros	10.a	21.313	21.300	98.625	98.040
Ativos Fiscais Diferidos de Imp. e Contribuições	21.b	404.998	383.019	412.878	390.785
Outros Ativos	10.b	573.514	440.963	608.410	477.597
Outros Valores e Bens	11	98.998	109.459	139.947	151.180
Investimentos	3.k e 12	494.351	464.113	-	-
Investimentos em Participações em Coligadas e Controladas		494.351	464.113	-	-
Imobilizado	3.l e 14	198.235	204.051	203.773	210.126
Imobilizado de Uso/Direitos de Uso		405.181	404.191	416.629	415.632
Depreciação e Redução ao Valor Recuperável	3.l, 3.n e 14	(206.946)	(200.140)	(212.856)	(205.506)
Intangível	3.m e 15	379.164	383.994	401.623	404.959
Intangível		697.341	680.960	726.282	708.145
Amortização e Redução ao Valor Recuperável	3.m, 3.n e 15	(318.177)	(296.966)	(324.659)	(303.186)
TOTAL DO ATIVO		40.167.252	39.900.361	40.037.447	39.790.364

PASSIVO	Notas	BANESTES MÚLTIPLO		BANESTES CONSOLIDADO	
		31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		36.832.765	36.432.301	36.418.805	36.045.881
Depósitos	3.o, 16.a e 16.b	25.040.625	24.445.167	24.867.953	24.292.128
Captações no Mercado Aberto	3.o e 16.a	9.317.052	9.664.118	9.075.764	9.430.737
Rec. Ac. Camb. Letr. Imob., Hip. e de Créd., Deb. e Similares	3.o, 16.a e 16.b	1.440.887	1.284.761	1.440.887	1.284.761
Relações Interfinanceiras		620.351	639.023	620.351	639.023
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	3.o, 16.a e 17.a	384.973	370.747	384.973	370.747
Outros Passivos Financeiros	22.a	25.047	22.509	25.047	22.509
Provisões e Outras Obrigações com Instrumentos Financeiros	22.a	3.830	5.976	3.830	5.976
Provisões para Contingências	23	172.135	170.239	180.235	178.665
Outros Passivos	22.b	700.750	865.145	974.815	1.131.184
Obrigações Fiscais Diferidas	21.b.2	21.665	20.979	23.655	22.937
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.d e 24	2.439.937	2.411.697	2.439.937	2.411.697
Capital		1.900.000	1.900.000	1.900.000	1.900.000
Reservas de Reavaliação		762	767	762	767
Reservas de Lucros		532.301	532.301	532.301	532.301
Outros Resultados Abrangentes	6.d	(27.952)	(21.371)	(27.952)	(21.371)
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(27.952)	(21.371)	(27.952)	(21.371)
Lucros Acumulados		34.826	-	34.826	-
Lucros Acumulados do período		34.826	-	34.826	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		40.167.252	39.900.361	40.037.447	39.790.364

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	BANESTES MÚLTIPLO		BANESTES CONSOLIDADO	
		2026	2025	2026	2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.405.197	1.220.442	1.411.470	1.226.151
Operações de Crédito	3.c, 3.p e 8.f	540.072	480.885	540.072	480.885
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3.c, 3.d, 3.e, 5.d e 6.f	846.777	722.210	853.050	727.919
Resultado das Aplicações Compulsórias	3.f e 7.c	18.348	17.347	18.348	17.347
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.023.192)	(878.280)	(1.009.975)	(869.115)
Operações de Captação no Mercado	3.o e 16.c	(1.015.237)	(874.199)	(1.002.020)	(865.034)
Operações de Empréstimos e Repasses	3.o e 17.b	(7.955)	(4.081)	(7.955)	(4.081)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA ANTES DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		382.005	342.162	401.495	357.036
RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8.g	(100.775)	(63.161)	(100.777)	(63.162)
Operações de Títulos e Valores Mobiliários		(8.725)	(16)	(8.727)	(17)
Operações de Crédito		(94.196)	(62.910)	(94.196)	(62.910)
Outros Créditos		2.146	(235)	2.146	(235)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		281.230	279.001	300.718	293.874
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(183.947)	(203.813)	(185.164)	(204.811)
Receitas de Prestação de Serviços	28.b	33.633	31.373	58.709	49.316
Rendas de Tarifas Bancárias	28.b	40.970	40.805	40.967	40.798
Prêmios Retidos		-	-	93.899	102.490
Variação das Provisões Técnicas		-	-	3.582	(10.072)
Sinistros Retidos		-	-	(48.345)	(43.951)
Despesas de Comercialização de Seguros		-	-	(7.521)	(3.640)
Resultado Líquido de Resseguro	28.i	-	-	149	(170)
Despesas de Pessoal	28.d	(121.765)	(136.201)	(131.517)	(145.791)
Outras Despesas Administrativas	28.e	(118.076)	(99.008)	(124.701)	(105.256)
Despesas Tributárias	28.f	(25.243)	(22.691)	(33.229)	(30.098)
Resultado de Participações em Controladas	12	29.746	22.613	-	-
Outras Receitas Operacionais	28.c	6.892	9.129	8.280	10.465
Provisão para Contingência	28.g	(6.308)	(9.165)	(6.900)	(14.479)
Outras Despesas Operacionais	28.g	(23.796)	(40.668)	(38.537)	(54.423)
RESULTADO OPERACIONAL		97.283	75.188	115.554	89.063
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28.h	(106)	(971)	83	(784)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		97.177	74.217	115.637	88.279
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.s e 21.a	1.895	(11.946)	(15.992)	(25.568)
Provisão para Imposto de Renda - Vlrs.Correntes		(7.837)	(15.229)	(19.626)	(25.763)
Provisão para Imposto de Renda - Vlrs.Diferidos		(383)	(332)	(404)	(180)
Provisão para Contribuição Social - Vlrs.Correntes		(6.446)	(12.765)	(12.407)	(18.132)
Provisão para Contribuição Social - Vlrs.Diferidos		(306)	(265)	(319)	(174)
Ativo Fiscal Diferido - Imposto de Renda		9.371	9.247	9.308	10.520
Ativo Fiscal Diferido - Contribuição Social		7.496	7.398	7.456	8.161
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		(8.369)	(7.729)	(8.942)	(8.169)
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE		90.703	54.542	90.703	54.542
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	24.e	55.882	22.500		
Nº de Ações		347.504.146	315.912.860		
Lucro Líquido por lote de mil Ações		0,26	0,17		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
 Em milhares de reais

	BANESTES MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	2026	2025
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	90.703	54.542
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração do Resultado	(6.581)	11.362
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(8.181)	20.567
(Ganho) Perda Transferido ao Resultado por Alienação	(3.513)	-
Efeito dos Impostos	5.113	(9.205)
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquido de Impostos	(6.581)	11.362
RESULTADO ABRANGENTE DO TRIMESTRE	84.122	65.904

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
BANESTES MÚLTIPLO E CONSOLIDADO

Eventos	Capital Realizado Atualizado	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		De Imóveis de Uso Próprio	Legal	Estatutária	Próprios	De Controladas		
Saldos em 31/12/2024	1.600.000	1.014	84.748	702.881	(24.462)	(6.967)	-	2.357.214
Efeitos da Adoção Inicial - Resolução n.º 4.966/2021							(128.666)	(128.666)
Saldo em 01/01/2025	1.600.000	1.014	84.748	702.881	(24.462)	(6.967)	(128.666)	2.228.548
Ajustes de Avaliação Patrimonial - TVM - VJORA					11.250	112		11.362
Realização de Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos		(6)					6	-
Lucro Líquido do Trimestre							54.542	54.542
Destinações:								
- Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 0,07 por lote de mil ações)							(22.500)	(22.500)
Saldos em 31/03/2025	1.600.000	1.008	84.748	702.881	(13.212)	(6.855)	(96.618)	2.271.952
Mutações do Trimestre	-	(6)	-	-	11.250	112	32.048	43.404

Eventos	Capital Realizado Atualizado	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		De Imóveis de Uso Próprio	Legal	Estatutária	Próprios	De Controladas		
Saldos em 31/12/2025	1.900.000	767	73.140	459.161	(15.185)	(6.186)	-	2.411.697
Ajustes de Avaliação Patrimonial - TVM - VJORA					(6.248)	(333)		(6.581)
Realização de Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos		(5)					5	-
Lucro Líquido do Trimestre							90.703	90.703
Destinações:								
- Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 0,09 por lote de mil ações)							(30.000)	(30.000)
- Juros sobre o Capital Próprio - Intermediários (R\$ 0,07 por lote de mil ações)							(25.882)	(25.882)
Saldos em 31/03/2026	1.900.000	762	73.140	459.161	(21.433)	(6.519)	34.826	2.439.937
Mutações do Trimestre	-	(5)	-	-	(6.248)	(333)	34.826	28.240

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
 Em milhares de reais

	BANESTES MÚLTIPLO		BANESTES CONSOLIDADO	
	2026	2025	2026	2025
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Lucro antes da Tributação s/ o Lucro Ajustado	(389.983)	(378.121)	(358.551)	(345.767)
Lucro antes da Tributação s/ o Lucro	88.808	66.488	106.695	80.110
Ajustes ao Lucro antes da Tributação s/ o Lucro:	(478.791)	(444.609)	(465.246)	(425.877)
Ajuste ao Valor de Mercado/Receita de Juros - TVM - VJR	(16.892)	(14.223)	(28.567)	(17.291)
Ajuste Receita de Juros de TVM -VJORA	(506.804)	(395.868)	(510.528)	(400.792)
Ajuste Receita de Juros de TVM - Custo Amortizado	(73.086)	(105.357)	(74.523)	(106.794)
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	100.775	63.161	100.777	63.162
Provisão/(Reversão) para Desvalorizações de Títulos Livres	7.079	-	7.079	-
Depreciações e Amortizações - Imobilizado e Intangível	32.898	25.133	33.704	25.892
Ajuste de Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	6.025	7.587	5.769	12.549
Ajuste de Provisão - Outras	(1.139)	(4.203)	(1.187)	(4.547)
Resultado de Participação em Controladas	(29.746)	(22.613)	-	-
(Ganho) Perda na Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	(135)	-	(135)	-
(Ganho) Perda na Alienação de Imobilizado de Uso	(22)	-	(22)	-
Despesa Financeira com Contratos de Arrendamento	2.256	1.774	2.387	1.944
Variação de Ativos e Obrigações	(41.700)	614.284	(50.983)	580.532
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(11.136)	(32.973)	(11.138)	(32.973)
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	12.002	(77.217)	38.420	(77.105)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	124.223	(17.483)	124.223	(17.483)
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(19.672)	(24.154)	(19.672)	(24.154)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito e Arrend. Mercantil Financeiro	(238.700)	(458.911)	(238.700)	(458.911)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	6.509	(3.651)	5.937	(86.690)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(132.550)	21.731	(131.028)	92.329
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	7.902	(28)	8.674	(6.214)
Aumento (Redução) em Depósitos	595.458	(57.074)	575.825	(67.597)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(347.066)	1.150.282	(354.973)	1.143.184
Aumento (Redução) em Recursos por Emissão de Títulos	156.126	179.818	156.126	179.817
Aumento (Redução) em Obrigações por Repasses	14.225	17.647	14.225	113.676
Aumento (Redução) em Provisões Técnicas de Seguros	-	-	(1.727)	15.411
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros	3.677	(9.879)	3.724	(1.797)
Aumento (Redução) em Provisões	(4.128)	(2.017)	(4.200)	5.177
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais Diferidas	(4)	(5)	(5)	(45)
Aumento (Redução) em Outros Passivos	(194.283)	(43.808)	(184.661)	(152.198)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(14.283)	(27.994)	(32.033)	(43.895)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais	(431.683)	236.163	(409.534)	234.765
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisição de TVM -VJR	-	-	-	(34)
Aquisição de TVM - VJORA	(6.666.254)	(19.516)	(6.714.454)	(46.153)
Alienação/Vencimento/Amortizações TVM - VJORA	5.583.415	3.242.854	5.624.188	3.271.154
Aquisição de TVM - Custo Amortizado	(120.900)	(227.483)	(120.900)	(227.483)
Vencimento/Amortizações TVM - Custo Amortizado	620.520	97.840	620.520	97.840
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	2.694	1.616	2.694	1.616
Aquisição de Imobilizado de Uso	(5.895)	(58.819)	(5.902)	(59.042)
Alienação de Imobilizado de Uso	54	1	54	-
Investimentos em Controladas	(825)	-	-	-
Alienação/Baixa de Outros Investimentos	-	26	-	26
Aplicações no Intangível	(16.389)	(36.458)	(18.145)	(37.728)
Juros Recebidos	107.667	79.207	108.898	80.385
Caixa Líquido Gerado (Consumido) pelas Atividades de Investimentos	(495.913)	3.079.268	(503.047)	3.080.581
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos				
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(28.250)	(22.200)	(28.250)	(22.200)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamentos	(28.250)	(22.200)	(28.250)	(22.200)

Notas Explicativas

AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(955.846)	3.293.231	(940.831)	3.293.146
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Trimestre	6.110.556	4.396.252	6.115.008	4.396.352
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Trimestre	5.154.710	7.689.483	5.174.177	7.689.498

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
 Em milhares de reais

	BANESTES MÚLTIPLO		BANESTES CONSOLIDADO	
	2026	2025	2026	2025
RECEITAS	1.385.811	1.237.617	1.512.780	1.365.322
Intermediação Financeira	1.405.197	1.220.442	1.411.470	1.226.151
Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	74.603	72.178	99.676	90.114
Provisão p/ Perdas Op. Crédito, Ar. Mercantil, Outros Créditos c/ Carac. Conc. Crédito e TVM	(100.775)	(63.161)	(100.777)	(63.162)
Operações com Seguros e Resseguros	-	-	94.048	102.538
Outras	6.786	8.158	8.363	9.681
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(1.023.192)	(878.280)	(1.009.975)	(869.115)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(115.185)	(122.124)	(188.598)	(204.553)
Materiais, Energia e Outros	(82.303)	(89.516)	(99.509)	(110.663)
Serviços de Terceiros	(32.882)	(32.608)	(36.805)	(36.009)
Operações com Seguros e Resseguros	-	-	(52.284)	(57.881)
VALOR ADICIONADO BRUTO	247.434	237.213	314.207	291.654
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E BAIXA POR IMPAIRMENT	(32.898)	(25.133)	(33.704)	(25.892)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	214.536	212.080	280.503	265.762
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	29.746	22.613	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	29.746	22.613	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	244.282	234.693	280.503	265.762
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	244.282	234.693	280.503	265.762
PESSOAL	112.355	126.483	121.085	135.484
Remuneração Direta	80.581	97.491	87.318	104.947
Benefícios	27.621	23.798	29.034	25.023
F.G.T.S	4.153	5.194	4.733	5.514
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	41.127	52.084	68.595	74.142
Federais	36.886	48.063	63.165	69.052
Estaduais	7	35	8	35
Municipais	4.234	3.986	5.422	5.055
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	97	1.584	120	1.594
Aluguéis	97	1.584	120	1.594
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	90.703	54.542	90.703	54.542
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	55.882	22.500	55.882	22.500
Lucros Retidos do Trimestre	34.821	32.042	34.821	32.042

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

	ÍNDICE	Página
1.	CONTEXTO OPERACIONAL	9
2.	APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
3.	RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	13
4.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	25
5.	APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	25
6.	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	27
7.	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	33
8.	CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS	33
9.	CRÉDITO IMOBILIÁRIO	38
10.	OUTROS ATIVOS	39
11.	OUTROS VALORES E BENS	41
12.	PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS	41
13.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	42
14.	IMOBILIZADO DE USO	46
15.	INTANGÍVEL	47
16.	DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE LETRAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, DE LETRAS DE CRÉDITO DE AGRONEGÓCIO E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS	48
17.	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	50
18.	ATIVOS VINCULADOS PARA COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	51
19.	PRÊMIOS GANHOS, SINISTRALIDADE E COMERCIALIZAÇÃO POR GRUPO DE RAMOS	51
20.	COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	51
21.	IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO	52
22.	OUTROS PASSIVOS	54
23.	PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E RISCOS FISCAIS	55
24.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57
25.	BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	59
26.	LIMITES OPERACIONAIS	61
27.	GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL	62
28.	OUTRAS INFORMAÇÕES	65
29.	AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	70

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista. Organizado sob a forma de banco múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, investimento e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BANESTES Asset) e BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. atua também nos segmentos financeiros de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria, a BANESTES Loteria S.A., que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de companhias associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas companhias e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do BANESTES foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/1976), sendo adotadas as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para causas judiciais, passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados, provisões técnicas, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

Com relação às Demonstrações Financeiras Consolidadas, elaboradas e divulgadas no padrão contábil do Cosif - Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil, conforme permitido pelo artigo 77 da

Notas Explicativas

Resolução CMN n.º 4.966/2021, estão sendo apresentadas “adicionalmente” às Demonstrações Financeiras Consolidadas no padrão contábil internacional - IFRS.

a. Base para consolidação

Em conjunto com as Demonstrações Financeiras do BANESTES, estão sendo apresentadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas, contemplando ainda as disposições contidas nas normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que requerem a eliminação dos saldos e transações entre as empresas incluídas na consolidação. Na consolidação das Demonstrações Financeiras, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, conforme relacionado na Nota 13.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas e fundo de investimento exclusivo.

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação
			31/03/2026
Entidades Financeiras no País			
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100,00%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País			
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100,00%
Entidades Não Financeiras no País			
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg. Prev. e Capitalização	Integral	99,99%
BANESTES Loteria S.A.(*)	Casa Lotérica	Integral	100,00%
Fundos de Investimentos			
BANESTES Fic Meza I FI em Cotas de FI em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada	Fundos de Investimentos	Integral	100,00%

(*) A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

b. Adoção de Novas Normas e Interpretações

I - Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.966 de 25 de novembro de 2021 e Resolução BCB n.º 352 de 23 de novembro de 2023

A partir de 01 de janeiro de 2025 o BANESTES adotou a Resolução n.º 4.966 de 25 de novembro de 2021 do Conselho Monetário Nacional e normas complementares. A Resolução n.º 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A norma determina os parâmetros para: classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, designação e reconhecimento contábil de relações de proteção e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção da Resolução nº 4.966/2021 foram efetuadas de acordo com as disposições transitórias da norma.

As diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes da adoção da norma foram reconhecidas em lucros acumulados no dia 01 de janeiro de 2025. Desta forma, as informações apresentadas no exercício de 2024 estão de acordo com as normas anteriores e, portanto, as notas explicativas abaixo são necessárias para entendimento das diferenças relativas às informações do mesmo período de 2025.

I.1. Classificação de Ativos Financeiros na Adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021 (Em R\$ Mil):

Banestes Múltiplo					
Classificação Resolução n.º 3.068/2.682	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Adoção da 4.966 (1)	Saldo em 01/01/2025	Classificação 4.966
ATIVO	33.947.692	-	(226.529)	33.721.163	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.456.848	-	(167)	4.456.681	Mensurados ao Custo Amortizado
Ativos Financeiros para Negociação	-	398.734	-	398.734	Mensurados ao Valor Justo no Resultado
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	14.204.663	(111.404)	(528)	14.092.731	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.900.746	(287.330)	(680)	3.612.736	Mensurados ao Custo Amortizado
Operações de crédito	11.385.435	-	(225.154)	11.160.281	Mensurados ao Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	-	-	-	-	Mensurados ao Custo Amortizado
PASSIVO	37	-	7.466	7.503	
Provisão para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar (1)	37	-	7.466	7.503	Mensurados ao Custo Amortizado

Banestes Consolidado					
Classificação Resolução n.º 3.068/2.682	Saldo em 31/12/2024	Reclassificações	Adoção da 4.966 (1)	Saldo em 01/01/2025	Classificação 4.966
ATIVO	34.129.649	-	(226.570)	33.903.079	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.456.898	-	(207)	4.456.691	Mensurados ao Custo Amortizado
Ativos Financeiros para Negociação	90.988	307.696	-	398.684	Mensurados ao Valor Justo no Resultado
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	14.246.788	(20.366)	(528)	14.225.894	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	3.947.923	(287.330)	(680)	3.659.913	Mensurados ao Custo Amortizado
Operações de crédito	11.385.435	-	(225.154)	11.160.281	Mensurados ao Custo Amortizado
Outros Ativos Financeiros	1.617	-	(1)	1.616	Mensurados ao Custo Amortizado
PASSIVO	37	-	7.466	7.503	
Provisão para perdas esperadas de garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar (1)	37	-	7.466	7.503	Mensurados ao Custo Amortizado

(1) Substancialmente representados por análises de *impairment* na abordagem de perda esperada (anteriormente apurados com base na perda incorrida).

I.2. Conciliação do Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2025 após adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021:

Conciliação do Patrimônio Líquido	Banestes Múltiplo e Consolidado
Patrimônio Líquido antes dos ajustes da 4.966 - 31/12/2024	2.357.214
Perdas esperadas de operações de crédito e outros ativos com características de concessão de crédito (1)	(225.154)
Perdas esperadas de garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar (1)	(7.466)
Perdas esperadas de títulos e valores mobiliários (1)	(1.208)
Perdas esperadas de aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	(207)
Perdas esperadas de outros ativos financeiros	(1)
Reclassificação de ativos financeiros	102
Efeito Fiscal	105.268
Total	(128.666)
Patrimônio Líquido após os ajustes da 4.966 - 01/01/2025	2.228.548

(1) Substancialmente representados por análises de *impairment* na abordagem de perda esperada (anteriormente apurados com base na perda incorrida).

Em 31 de dezembro de 2024, antes dos ajustes da Resolução n.º 4.966/2021, o Patrimônio Líquido do BANESTES totalizava R\$ 2.357.214. Após a adoção da resolução, foi reduzido um valor de R\$ 128.666. Este valor é composto por

Notas Explicativas

constituição de provisões no montante de R\$ 232.620 de perdas esperadas de operações de crédito, outros ativos com características de concessão de crédito, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e crédito a liberar, R\$ 1.208 de perdas esperadas de títulos e valores mobiliários, R\$ 207 de perdas esperadas de aplicações interfinanceiras de liquidez, bem como de reclassificação de ativos financeiros com impacto positivo de R\$ 103 e Efeito Fiscal no montante de R\$ 105.268. O Patrimônio Líquido do BANESTES em 01 de janeiro de 2025 totalizava R\$ 2.228.548.

Em 30 de junho de 2025, após a destinação do resultado do período, permaneceu o saldo negativo de R\$ 27.318 referente à adoção inicial, o qual foi compensado pela conta Reserva Estatutária para Margem Operacional, no Patrimônio Líquido.

II - Efeitos da adoção inicial da Lei n.º 14.467 de 16 de novembro de 2022

Lei n.º 14.467 de 16 de novembro de 2022, dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições Financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta lei entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Instituição estima o saldo contábil de crédito tributário no montante de R\$ 105.251 como impactos esperados da Lei n.º 14.467/2022 nas suas Demonstrações Financeiras.

III - Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN n.º 4.975, de 16 de dezembro de 2021

A partir de 01 de janeiro de 2025 o BANESTES adotou a Resolução n.º 4.975, de 16 de dezembro de 2021 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A norma estabelece que as instituições mencionadas devem observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, aprovado em 06 de outubro de 2017, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil.

III.1. Transição

Conforme permitido pela norma, no momento da transição, o BANESTES optou por aplicar a abordagem retrospectiva aos contratos de arrendamento em que o Banco é arrendatário, cujos efeitos foram aplicados em 01 de janeiro de 2025.

As alterações nas práticas contábeis resultantes da adoção inicial causaram impactos na rubrica de Ativo Imobilizado do balanço patrimonial, pelo reconhecimento dos ativos de direito de uso, e na rubrica de Passivos de Arrendamento, também do balanço patrimonial, pelo reconhecimento das obrigações de pagamentos futuros relacionados aos contratos de arrendamento.

Notas Explicativas

III.2. Efeitos da adoção inicial

Contratos de arrendamento anteriormente classificados como “Aluguéis”

Na adoção da norma, o BANESTES reconheceu os passivos de arrendamento relacionados a contratos que haviam sido classificados anteriormente como “aluguéis”, mensurando-os ao valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados com a utilização de uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares.

Além disso, para esses mesmos contratos, o BANESTES reconheceu na adoção inicial da norma, o ativo de direito de uso pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento correspondente, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Os valores de Passivos de arrendamento e Ativos de direito de uso reconhecidos, por classe de ativo subjacente, são apresentados abaixo:

	Banestes Múltiplo	Banestes Consolidado
	01/01/2025	01/01/2025
Passivos de Arrendamento	74.718	77.113
Ativos de Arrendamento	74.718	77.113
Imóveis	68.363	69.504
Veículos	3.351	4.605
Equipamentos	3.004	3.004

c. Normas Aplicáveis a Períodos Futuros

Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos Financeiros e normativos relacionados - Contabilidade de hedge

Estabelece a designação e reconhecimento contábil de *hedge*, sendo efetiva a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais a seguir discriminadas foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB).

- a. Apuração de Resultado** - O resultado é apurado pelo regime de competência.
- b. Caixa e Equivalentes de Caixa** - São representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez - posição bancada com conversibilidade imediata, risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data efetiva de aplicação.
- c. Ativos e Passivos Financeiros** - A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a

Notas Explicativas

seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

- Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Sistema Financeiro BANESTES se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

As operações de crédito são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito, já os depósitos de clientes são reconhecidos quando os recursos dos clientes são transferidos.

- Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais dos fluxos de caixas (analisados por meio da aplicação do teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos instrumentos.

Os Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados pelo preço de transação, no caso de operações de crédito sem componente de financiamento significativo ou pelo valor justo, nos demais casos.

No reconhecimento inicial de instrumentos financeiros classificados nas categorias Custo Amortizado ou Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, o valor apurado, deve ser ajustado da seguinte forma:

a) no caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento.

b) no caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Os gastos incorridos na aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro que não possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento, devem ser reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem.

É vedado o reconhecimento de ativo e passivo financeiros ou grupo de ativos e passivos financeiros com base em valor líquido, inclusive quando geridos em conjunto.

c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

- Avaliação do modelo de negócio

Os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

Os instrumentos podem ser mensurados ao VJR caso isso elimine e reduza significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento. Em 31/03/2026 e 31/12/2025 o BANESTES não designou instrumentos financeiros ao

Notas Explicativas

VJR.

Passivos financeiros, com exceção daqueles relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR. A mensuração em VJR ocorre quando os passivos são mantidos para negociação ou quando se aplica a designação ao valor justo.

● Teste de SPPJ

Como um segundo passo do processo de classificação, os termos contratuais dos ativos financeiros são avaliados para verificar se os fluxos de caixa representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para o referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal). Os elementos mais significativos dos juros são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

Para aplicar o teste de SPPJ, fatores relevantes são considerados, como a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pelo qual a taxa de juros é definida.

Conquanto, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados (VJR).

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro que evidenciem fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado de um ativo financeiro ou passivo financeiro é o valor inicial pelo qual ele é mensurado no momento do reconhecimento inicial, deduzido dos reembolsos do principal e ajustado pela amortização acumulada, calculada utilizando o método da taxa efetiva de juros, de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera o *impairment* de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Cuida-se que esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no

Notas Explicativas

reconhecimento inicial.

2. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

3. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado do impairment, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 3.d.

4. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Ativos ao valor justo através do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo através de outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Designação irrevogável

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado

Notas Explicativas

ao valor justo através do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31/03/2026 e 31/12/2025, o BANESTES não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

c.3. Reclassificação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial não são reclassificados, exceto em circunstâncias excepcionais, como a aquisição, venda ou encerramento de uma linha de negócios. Nesses casos, a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação após a mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito raras.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O BANESTES não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos períodos apresentados.

c.4. Derivativos

Os derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado e contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

A provisão de perdas esperadas de crédito (PE) é registrada para todos os ativos financeiros, com exceção de instrumentos patrimoniais, ativos financeiros classificados como VJR e mensurados no nível 1 da hierarquia do valor justo e instrumentos financeiros derivativos, garantias financeiras prestadas e compromissos de crédito não utilizados e créditos a liberar não canceláveis, de acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021. Nessa seção, todas essas operações serão denominadas como “ativos financeiros”.

Os ativos financeiros são distribuídos em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: no reconhecimento inicial dos instrumentos é reconhecida uma provisão baseada na probabilidade de se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses. A alocação é mantida desde que o ativo não sofra aumento significativo em seu risco de crédito ou não apresente atraso maior que 30 dias. Esse estágio também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito.

Estágio 2: ativos financeiros que sofreram aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação ou com atraso superior a 30 dias. Neste estágio também constam operações que apresentaram melhora no risco de crédito após serem considerados ativos problemáticos. No estágio 2, é calculada uma provisão para todo o prazo da operação (PE Vida).

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos com alto potencial de descumprimento da operação.

Notas Explicativas

d.1.1 Ativos problemáticos

São ativos financeiros com problema de recuperação de crédito, assim considerados de forma qualitativa (contrapartes com eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias) ou ainda operações que possuam mais de 90 dias de atraso.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

Os mecanismos de cálculo de perdas esperadas são descritos abaixo e seus principais elementos são:

(i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de 12 meses para ativos alocados no estágio 1 e ao longo da vida da operação quando alocados no estágio 2. Quando a operação está alocada no estágio 3, ela é considerada um ativo problemático e que possui 100% de probabilidade de inadimplência.

(ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um fator de conversão de crédito que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.

(iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* - LGD): esta métrica representa a projeção de perda financeira na hipótese de um evento de inadimplência. O cálculo é derivado de modelos internos, ponderando a eficácia das estratégias de recuperação de ativos e as especificidades de cada operação, notadamente a natureza do produto e a robustez das garantias, além dos custos envolvidos na recuperação do crédito.

Ao longo de 2025, o BANESTES revisou determinadas estimativas relacionadas à mensuração da provisão para perdas esperadas de ativos financeiros, em decorrência de novas informações disponíveis, da experiência acumulada na aplicação dos modelos desenvolvidos para atendimento da Resolução nº 4.966/2021, e do processo contínuo de monitoramento do comportamento das carteiras. Em decorrência dessa mudança de estimativa, foi reconhecido, no exercício findo de 31 de dezembro de 2025, um efeito líquido no montante de R\$ 96.011, com impacto redutor no saldo da provisão para perdas esperadas de ativos financeiros do Banco.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

A concessão de limites de crédito através da emissão de cartões de crédito e cheque especial são produtos em que o BANESTES possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. A Instituição não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, em vez disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa da Instituição em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

d.4. Premissas macroeconômicas na estimativa de perda esperada

As perdas históricas de crédito são ajustadas para contemplar a visão prospectiva da Organização sobre o ambiente econômico. Por meio de modelagem econométrica, as estimativas de perdas esperadas passam a refletir não apenas as condições atuais, mas também as tendências futuras, capturando a correlação entre o risco de crédito e os indicadores

Notas Explicativas

macroeconômicos de maior relevância.

e. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros - O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base em cotações de mercados ativos, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo.

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível I: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível II: Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a interpolação de dados de mercado observáveis e técnicas de interpolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Nível III: Registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31/03/2026 e 31/12/2025 o Sistema Financeiro BANESTES não possuía instrumentos financeiros classificados nesse nível.

f. Relações Interfinanceiras - Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, são registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção da Administração de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de Seguros e Resseguros de Danos e Pessoas - Os prêmios de seguro e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão das apólices e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência de risco, através da constituição das provisões para prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização.

Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco

Notas Explicativas

significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente.

Na data de adoção inicial do CPC 11, a Seguradora não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11.

A Seguradora encerrou em 31/12/2023 a sua operação de resseguro, junto ao Instituto de Resseguros do Brasil, para os seguros do grupo de pessoas.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (I) nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (II) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pela resseguradora. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

h. Provisões Técnicas - Seguros - As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP n.º 432/2021, e ainda pelas determinações constantes na Circular SUSEP n.º 648/2021 e alterações posteriores. As provisões são calculadas com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente produzidas por atuário responsável e revisadas por auditoria atuarial independente, bem como avaliadas por auditoria contábil.

i. Teste de Adequação de Passivos (TAP) - Conforme requerido pelo CPC 11, em cada balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste de adequação dos passivos para fins de elaboração das Demonstrações Financeiras é regulamentado através da Resolução CNSP n.º 432/2021 e pela Circular SUSEP n.º 648/2021 e alterações posteriores, avaliando na data-base, as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguros.

A Seguradora avalia a adequação de suas Provisões Técnicas, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro vigentes na data-base de suas Demonstrações Financeiras através do TAP. Este teste é elaborado considerando os valores contábeis segregados pelos passivos dos sinistros já ocorridos e a ocorrer. Nesta segregação, a segmentação obedece a valores já registrados na contabilidade, bem como valores a registrar, com base em faturas de contratos reconhecidos pela contabilidade através de suas emissões e com vigência após a data-base do cálculo. Os valores de prêmios contabilizados para riscos a viger, bem como dos prêmios projetados para os riscos não registrados são deduzidos das despesas de comercialização diferidas, dos ativos intangíveis e dos tributos inerentes ao valor retido. Considerando as similaridades dos riscos expostos, a Seguradora optou por segmentar seus contratos nas seguintes classificações: 1) Danos; 2) Pessoas.

Notas Explicativas

O estudo do TAP considera bases atuariais, premissas atuais e a estimativa considerada mais adequada e prudente de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e acessórias para liquidação de sinistros.

O resultado do teste de adequação dos passivos, realizado para as datas-base de 31/12/2025 e 31/12/2024, não apresentou insuficiência na constituição das provisões técnicas da Seguradora, não sendo necessário a constituição da Provisão Complementar de Cobertura - PCC.

j. Despesas antecipadas - São contabilizadas as aplicações de recursos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços contratados ocorrerão em períodos seguintes e são apropriadas ao resultado do período a que se referem, no decorrer da vigência dos respectivos contratos.

k. Investimentos - Os Investimentos em Sociedades Controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 12). Os demais investimentos são avaliados pelo valor de aquisição, corrigidos monetariamente até 31/12/1995 e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

l. Imobilizado de Uso - O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, observando-se o prazo de vida útil dos bens. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	31/03/2026
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos

Os Imóveis de Uso Próprio, Terrenos e Edificações foram reavaliados com data-base de 31/10/2005 e a partir dessa data as Edificações passaram a ser depreciadas com base no prazo remanescente de vida útil dos imóveis indicados no Laudo de Avaliação.

m. Intangível - O Intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pelo Banco, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento, menos amortização acumulada e da provisão para perdas por *impairment*, quando aplicável. Está composto basicamente por *softwares* e é amortizado pelo método linear, ao longo da sua vida útil ou de acordo com os prazos contratuais.

A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo Sistema Financeiro BANESTES é de 10 anos ou de acordo com a vigência dos contratos de direito de uso.

Notas Explicativas

n. Valor de Recuperação de Ativos - *Impairment* - A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, ou de uma unidade geradora de caixa (UGC), exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização.

Em relação ao ativo imobilizado, o valor recuperável da unidade geradora de caixa, composta pelo saldo contábil dos ativos registrados nas contas de sistema de processamento de dados e sistemas de comunicação, é obtido por meio do valor justo líquido da despesa de alienação e comparado ao seu valor contábil. No primeiro trimestre de 2026, não foram encontrados indícios de perda do valor recuperável destes bens. Os demais itens do ativo imobilizado, ainda que sujeitos ao teste de *impairment*, são inventariados anualmente e caso não sejam localizados, a perda é registrada em outras despesas operacionais.

Os itens do ativo intangível, *softwares* adquiridos de terceiros, desenvolvidos internamente e licenças de direito de uso, por serem adquiridos/desenvolvidos com o objetivo de atender às necessidades do Banco e adequar o ambiente tecnológico ao modelo de negócios da Instituição, não possuem ativos semelhantes no mercado, inviabilizando a estimativa do seu valor justo líquido da despesa de venda e a obtenção do seu valor em uso torna-se inviável devido ao custo de implementação de métrica que permita o seu cálculo. Portanto, para esses ativos, é feita somente a verificação do seu uso total ou parcial pela Instituição.

No primeiro trimestre de 2026, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos *softwares* registrados no patrimônio da Instituição.

o. Depósitos a Prazo, de Poupança, Interfinanceiros, Judiciais e Captações no Mercado Aberto, Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário, de Letras de Crédito de Agronegócio e Obrigações por Repasses - As operações prefixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pelas contas de despesas a apropriar e as operações pós-fixadas pelo valor presente, atualizadas pela taxa de juros e variação monetária, "pró-rata" dia, até a data do Balanço. Os compromissos de recompra ou compra de títulos de renda fixa, a preço fixo, estão integralmente lastreados pela carteira própria e por compromisso de revenda ou venda.

p. Apropriação das Rendas de Operações de Crédito, das Despesas de Depósitos, de Letras de Crédito Imobiliário e de Agronegócio e Obrigações por Repasses - As operações ativas e passivas contratadas com encargos prefixados são contabilizadas pelo montante pactuado (principal e encargos), sendo que a contrapartida do montante dos encargos é registrada nas contas retificadoras de "rendas e despesas a apropriar". Os rendimentos e os encargos escriturados nas contas retificadoras são apropriados mensalmente às respectivas contas de receitas e despesas efetivas, em razão da fluência dos prazos das operações.

As operações ativas e passivas com rendimentos/encargos postecipados são contabilizadas pelo valor inicial nas contas que registram os direitos e obrigações. Mensalmente, são escriturados nessas contas os juros e os ajustes do

Notas Explicativas

principal das operações decorrentes da variação da unidade de correção, a crédito e a débito das respectivas contas de receitas e de despesas efetivas.

q. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias - São reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução n.º 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional.

- **Ativos e Passivos Contingentes** - Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.
- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos Contingentes e Provisões** - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, empregados, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas causas são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As expectativas de perdas para as causas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os Depósitos Judiciais em Garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

- **Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias** - Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

r. Benefícios a Empregados - Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de longo prazo, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do BANESTES relacionados ao complemento de aposentadoria são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CVM n.º 110/2022 (Nota 25).

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP -

Notas Explicativas

Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (*PBO - Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedido anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajustes de avaliação atuarial, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

s. Tributos - Calculados às alíquotas a seguir, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente para cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social - Setor Bancário	20,00%
Contribuição Social - Setores Segurador e Distribuidor	15,00%
Contribuição Social - Setores de Corretagens e de Loteria	9,00%
Cofins	4,00%
Cofins - Setor de Corretagens	7,60%
PIS	0,65%
PIS - Setor de Corretagens	1,65%
ISS	De 2,00% até 5,00%

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computados na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei n.º 11.638/2007 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei n.º 12.973/2014.

t. Resultados Recorrentes / Não Recorrentes - A Resolução BCB n.º 2/2020, em seu artigo 34º, estabelece que devem ser evidenciados em notas explicativas os resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. De acordo com a norma, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição; e, II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 28.k.

u. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços - As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o Sistema Financeiro BANESTES fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações

Notas Explicativas

de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	194.133	167.921	194.142	167.962
Aplicações Interfinanceira de Liquidez (*)	4.758.578	5.425.636	4.778.036	5.430.047
Aplicações Voluntárias no Banco Central	201.999	516.999	201.999	516.999
Total	5.154.710	6.110.556	5.174.177	6.115.008

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Composição

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações no Mercado Aberto	4.758.578	5.425.636	4.778.036	5.430.047
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	4.758.578	5.425.636	4.778.036	5.430.047
Letras Financeiras do Tesouro	2.068.577	2.229.758	2.068.526	2.229.708
Letras do Tesouro Nacional	390.000	994.999	390.000	994.999
Notas do Tesouro Nacional	2.300.001	2.200.879	2.319.510	2.205.340
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	339.456	328.325	339.456	328.325
Total Líquido de Provisão para Perdas Esperadas	5.098.034	5.753.961	5.117.492	5.758.372

b. Prazo de Vencimento

	Banestes Múltiplo						
	31/03/2026						
	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Aplicações no Mercado Aberto	-	4.758.578	-	-	-	-	4.758.578
Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	-	4.758.578	-	-	-	-	4.758.578
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.068.577	-	-	-	-	2.068.577
Letras do Tesouro Nacional	-	390.000	-	-	-	-	390.000
Notas do Tesouro Nacional	-	2.300.001	-	-	-	-	2.300.001
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	232.233	-	107.383	-	339.616
Aplicações em Dep. Interf. - Não Ligadas	-	-	232.233	-	107.383	-	339.616
Total Bruto	-	4.758.578	232.233	-	107.383	-	5.098.194
Provisão para Perdas Esperadas							(160)
Total Líquido							5.098.034
Total Bruto em 31/12/2025	-	5.425.636	224.570	-	103.909	-	5.754.115
Provisão para Perdas Esperadas em 31/12/2025							(154)
Total Líquido em 31/12/2025							5.753.961

Notas Explicativas

	Banestes Consolidado						
	31/03/2026						
	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Aplicações no Mercado Aberto	-	4.778.087	-	-	-	-	4.778.087
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	-	4.778.087	-	-	-	-	4.778.087
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.068.577	-	-	-	-	2.068.577
Letras do Tesouro Nacional	-	390.000	-	-	-	-	390.000
Notas do Tesouro Nacional	-	2.319.510	-	-	-	-	2.319.510
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	232.233	-	107.383	-	339.616
Aplicações em Dep. Interf. - Não Ligadas	-	-	232.233	-	107.383	-	339.616
Total Bruto	-	4.778.087	232.233	-	107.383	-	5.117.703
Provisão para Perdas Esperadas							(211)
Total Líquido							5.117.492
Total Bruto em 31/12/2025	-	5.430.097	224.570	-	103.909	-	5.758.576
Provisão para Perdas Esperadas em 31/12/2025							(204)
Total Líquido em 31/12/2025							5.758.372

c. Valor Justo por Níveis

	Banestes Múltiplo							
	31/03/2026				31/12/2025			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Aplicações no Mercado Aberto	4.758.578	4.836.116	4.836.116	-	5.425.636	7.369.551	7.369.551	-
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	4.758.578	4.836.116	4.836.116	-	5.425.636	7.369.551	7.369.551	-
Aplicações em Dep. Interfinanceiros	339.456	339.616	-	339.616	328.325	379.230	-	379.230
Total Líquido de Provisão para Perdas Esperadas	5.098.034	5.175.732	4.836.116	339.616	5.753.961	7.748.781	7.369.551	379.230

	Banestes Consolidado							
	31/03/2026				31/12/2025			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Aplicações no Mercado Aberto	4.778.036	4.855.677	4.855.677	-	5.430.047	7.374.064	7.374.064	-
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	4.778.036	4.855.677	4.855.677	-	5.430.047	7.374.064	7.374.064	-
Aplicações em Dep. Interfinanceiros	339.456	339.616	-	339.616	328.325	379.230	-	379.230
Total Líquido de Provisão para Perdas Esperadas	5.117.492	5.195.293	4.855.677	339.616	5.758.372	7.753.294	7.374.064	379.230

d. Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas	215.990	182.721	216.432	182.721
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	13.101	11.897	13.101	11.897
Rendas de Aplicações Voluntárias no Banco Central	15.787	4.554	15.787	4.554
Total	244.878	199.172	245.320	199.172

Notas Explicativas

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Classificação por Categoria e Vencimento

	Banestes Múltiplo				
	31/03/2026				
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado					
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	-	33.388	194.618	207.283	435.289
Total	-	33.388	194.618	207.283	435.289
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes					
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	174.546	221.743	49.521	445.810
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	-	126.349	16.039.599	16.165.948
Total	-	174.546	348.092	16.089.120	16.611.758
Provisão para Perdas Esperadas					(221)
Total - VJORA Líquido					16.611.537
Custo Amortizado					
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	330.371	120.645	-	451.016
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	157.008	734.399	104.448	995.855
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	215.523	251.950	-	467.473
Total	-	702.902	1.106.994	104.448	1.914.344
Provisão para Perdas Esperadas					(20.119)
Total - Custo Amortizado Líquido					1.894.225
Total Bruto da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					18.961.391
Total de Provisão para Perdas Esperadas					(20.340)
Total Líquido da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					18.941.051

	Banestes Múltiplo				
	31/12/2025				
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado					
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	-	32.550	213.980	237.829	484.359
Total	-	32.550	213.980	237.829	484.359
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes					
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	209.799	279.563	47.061	536.423
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	714.293	3.566.134	10.239.810	14.520.237
Total	-	924.092	3.845.697	10.286.871	15.056.660
Provisão para Perdas Esperadas					(262)
Total - VJORA Líquido					15.056.398
Custo Amortizado					
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	318.431	91.860	-	410.291
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	107.672	745.936	113.280	966.888
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	541.933	452.290	-	994.223
Total	-	968.036	1.290.086	113.280	2.371.402
Provisão para Perdas Esperadas					(11.359)
Total - Custo Amortizado Líquido					2.360.043
Total Bruto da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					17.912.421
Total de Provisão para Perdas Esperadas					(11.621)
Total Líquido da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					17.900.800

Notas Explicativas

	BANESTES Consolidado				
	31/03/2026				
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado					
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	-	33.388	249.532	142.704	425.624
Aplicações em Cotas de Fundos - Fundos Abertos	41.836	-	-	-	41.836
Total	41.836	33.388	249.532	142.704	467.460
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes					
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	174.546	221.743	49.521	445.810
Títulos de Dívida Emissores Públicos - Brasil	-	26.922	126.349	16.086.479	16.239.750
Total	-	201.468	348.092	16.136.000	16.685.560
Provisão para Perdas Esperadas					(221)
Total - VJORA Líquido					16.685.339
Custo Amortizado					
Títulos de Dívida Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	330.371	120.645	-	451.016
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	157.008	734.399	104.448	995.855
Títulos de Dívida Emissores Públicos - Brasil	-	215.523	251.950	50.072	517.545
Total	-	702.902	1.106.994	154.520	1.964.416
Provisão para Perdas Esperadas					(20.119)
Total - Custo Amortizado Líquido					1.944.297
Total Bruto da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					19.117.436
Total de Provisão para Perdas Esperadas					(20.340)
Total Líquido da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					19.097.096

	BANESTES Consolidado				
	31/12/2025				
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado					
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	-	32.550	298.835	148.525	479.910
Aplicações em Cotas de Fundos - Fundos Abertos	33.358	-	-	-	33.358
Total	33.358	32.550	298.835	148.525	513.268
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes					
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	209.799	279.563	47.061	536.423
Títulos de Dívida Emissores Públicos - Brasil	-	714.293	3.601.131	10.286.870	14.602.294
Total	-	924.092	3.880.694	10.333.931	15.138.717
Provisão para Perdas Esperadas					(262)
Total - VJORA Líquido					15.138.455
Custo Amortizado					
Títulos de Dívida Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	318.431	91.860	-	410.291
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	107.672	745.936	113.280	966.888
Títulos de Dívida Emissores Públicos - Brasil	-	541.933	452.290	48.797	1.043.020
Total	-	968.036	1.290.086	162.077	2.420.199
Provisão para Perdas Esperadas					(11.359)
Total - Custo Amortizado Líquido					2.408.840
Total Bruto da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					18.072.184
Total de Provisão para Perdas Esperadas					(11.621)
Total Líquido da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários					18.060.563

Notas Explicativas

b. Composição do Saldo por Estágio de Risco

	Banestes Múltiplo			
	31/03/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	445.810	-	-	445.810
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	16.165.948	-	-	16.165.948
Total	16.611.758	-	-	16.611.758
Provisão para Perdas Esperadas	(221)	-	-	(221)
Total - VJORA Líquido	16.611.537	-	-	16.611.537
Custo Amortizado				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	451.016	-	-	451.016
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	958.964	-	36.891	995.855
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	467.473	-	-	467.473
Total	1.877.453	-	36.891	1.914.344
Provisão para Perdas Esperadas	(663)	-	(19.456)	(20.119)
Total - Custo Amortizado Líquido	1.876.790	-	17.435	1.894.225
Total Líquido (VJORA e Custo Amortizado)				18.505.762

	Banestes Múltiplo			
	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	536.423	-	-	536.423
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	14.520.237	-	-	14.520.237
Total	15.056.660	-	-	15.056.660
Provisão para Perdas Esperadas	(262)	-	-	(262)
Total - VJORA Líquido	15.056.398	-	-	15.056.398
Custo Amortizado				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	410.291	-	-	410.291
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	950.800	-	16.088	966.888
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	994.223	-	-	994.223
Total	2.355.314	-	16.088	2.371.402
Provisão para Perdas Esperadas	(640)	-	(10.719)	(11.359)
Total - Custo Amortizado Líquido	2.354.674	-	5.369	2.360.043
Total Líquido (VJORA e Custo Amortizado)				17.416.441

	Banestes Consolidado			
	31/03/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	445.810	-	-	445.810
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	16.239.750	-	-	16.239.750
Total	16.685.560	-	-	16.685.560
Provisão para Perdas Esperadas	(221)	-	-	(221)
Total - VJORA Líquido	16.685.339	-	-	16.685.339
Custo Amortizado				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	451.016	-	-	451.016
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	958.964	-	36.891	995.855
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	517.545	-	-	517.545
Total	1.927.525	-	36.891	1.964.416
Provisão para Perdas Esperadas	(663)	-	(19.456)	(20.119)
Total - Custo Amortizado Líquido	1.926.862	-	17.435	1.944.297
Total Líquido (VJORA e Custo Amortizado)				18.629.636

Notas Explicativas

	Banestes Consolidado			
	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	536.423	-	-	536.423
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	14.602.294	-	-	14.602.294
Total	15.138.717	-	-	15.138.717
Provisão para Perdas Esperadas	(262)	-	-	(262)
Total - VJORA Líquido	15.138.455	-	-	15.138.455
Custo Amortizado				
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	410.291	-	-	410.291
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	950.800	-	16.088	966.888
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	1.043.020	-	-	1.043.020
Total	2.404.111	-	16.088	2.420.199
Provisão para Perdas Esperadas	(640)	-	(10.719)	(11.359)
Total - Custo Amortizado Líquido	2.403.471	-	5.369	2.408.840
Total Líquido (VJORA e Custo Amortizado)				17.547.295

c. Valor Justo por Níveis

	Banestes Múltiplo				
	31/03/2026				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado	435.289	-	435.289	-	435.289
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	435.289	-	435.289	-	435.289
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	16.611.537	16.611.537	-	-	16.611.537
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	445.589	445.589	-	-	445.589
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	16.165.948	16.165.948	-	-	16.165.948
Custo Amortizado	1.894.225	1.310.858	548.507	-	1.859.365
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	450.804	-	454.959	-	454.959
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	975.948	904.118	64.654	-	968.772
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	467.473	406.740	28.894	-	435.634
Total	18.941.051	17.922.395	983.796	-	18.906.191

	Banestes Múltiplo				
	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado	484.359	-	484.359	-	484.359
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	484.359	-	484.359	-	484.359
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	15.056.398	15.056.398	-	-	15.056.398
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	536.161	536.161	-	-	536.161
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	14.520.237	14.520.237	-	-	14.520.237
Custo Amortizado	2.360.043	1.762.581	547.162	-	2.309.743
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	410.099	-	415.617	-	415.617
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	955.721	838.903	110.686	-	949.589
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	994.223	923.678	20.859	-	944.537
Total	17.900.800	16.818.979	1.031.521	-	17.850.500

Notas Explicativas

	Banestes Consolidado				
	31/03/2026				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
Nível 1		Nível 2	Nível 3		
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado	467.460	-	467.460	-	467.460
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	425.624	-	425.624	-	425.624
Aplicações em Cotas de Fundos - Fundos Abertos	41.836	-	41.836	-	41.836
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	16.685.339	16.685.339	-	-	16.685.339
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	445.589	445.589	-	-	445.589
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	16.239.750	16.239.750	-	-	16.239.750
Custo Amortizado	1.944.297	1.360.930	548.507	-	1.909.437
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	450.804	-	454.959	-	454.959
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	975.948	904.118	64.654	-	968.772
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	517.545	456.812	28.894	-	485.706
Total	19.097.096	18.046.269	1.015.967	-	19.062.236

	Banestes Consolidado				
	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
Nível 1		Nível 2	Nível 3		
VJR - Valor Justo por Meio do Resultado	513.268	-	513.268	-	513.268
Aplicações em Cotas de Fundos - FIDC	479.910	-	479.910	-	479.910
Aplicações em Cotas de Fundos - Fundos Abertos	33.358	-	33.358	-	33.358
VJORA - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	15.138.455	15.138.455	-	-	15.138.455
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	536.161	536.161	-	-	536.161
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	14.602.294	14.602.294	-	-	14.602.294
Custo Amortizado	2.408.840	1.811.378	547.162	-	2.358.540
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	410.099	-	415.617	-	415.617
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	955.721	838.903	110.686	-	949.589
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	1.043.020	972.475	20.859	-	993.334
Total	18.060.563	16.949.833	1.060.430	-	18.010.263

d. Ganhos e Perdas não Realizados

Os valores relativos a Títulos e Valores Mobiliários mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Próprios e de Controladas, contabilizados no Patrimônio Líquido, foram os seguintes:

Ajuste a Valor de Mercado VJORA	Saldo Anterior	Ganhos no Período	Perdas no Período	Impostos no Período	PDD VJORA	Saldo em 31/03/2026	Saldo em 31/03/2025
		Não Realizado					
Próprios	(15.185)	(1.873)	(9.447)	5.112	(40)	(21.433)	(13.212)
De Controladas	(6.186)	433	(766)	-	-	(6.519)	(6.855)
Total	(21.371)	(1.440)	(10.213)	5.112	(40)	(27.952)	(20.067)

No primeiro trimestre de 2026 foi transferido para Resultado por Alienação o montante de R\$ 3.513 e no mesmo período de 2025 não houve transferência para o Resultado por Alienação.

e. Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

No primeiro trimestre de 2026 e no exercício de 2025 não ocorreram reclassificações nas categorias de Títulos e Valores Mobiliários.

Notas Explicativas

f. Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	580.922	508.197	584.872	512.313
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	17.404	14.391	30.130	15.984
Lucros com Títulos de Renda Fixa	3.864	579	3.864	579
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(291)	(129)	(291)	(129)
Recuperação de Títulos Baixados como Prejuízo	-	-	1.233	-
Prejuízos com Títulos de Renda Variável	-	-	(12.078)	-
Total	601.899	523.038	607.730	528.747

g. Derivativos

O Banestes opera com instrumentos financeiros derivativos para administrar suas exposições a riscos de mercado associados à variação da taxa de juros.

São contratos de *swap* de taxa de juros, em que são acordadas com contrapartes instituições financeiras, externas ao grupo, a troca de rentabilidade futura (de pré-fixada para pós-fixada, ou o inverso) aplicada sobre um valor referencial (“nocional”).

Atualmente há apenas um contrato vigente, firmado para permitir o amadurecimento dos processos relacionados.

A operação não está designada como *hedge* contábil.

g.1 Por Indexador, valor de nocional, valor de mercado e vencimento (Valores em reais)

	Banestes Múltiplo			
	31/03/2026			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Swap - taxa de juros				
Valor de referência	100.000,00	-	-	100.000,00
Valor Justo - Posição ativa	146,76	-	-	146,76
Valor Justo - Posição passiva	-	-	-	-

	Banestes Múltiplo			
	31/03/2026			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Swap - taxa de juros				
Valor de referência	100.000,00	-	-	100.000,00
Nível 2 de valor justo				
Valor Justo - Posição ativa	146,76	-	-	146,76
Valor Justo - Posição passiva	-	-	-	-

g.2 Receitas e despesas líquidas (Valores em reais)

	Banestes Múltiplo
	31/03/2026
Swap	203,37

Notas Explicativas

7. DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL E RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a. Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil

	Banestes Múltiplo e Consolidado		
	Forma de Remuneração	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos no Banco Central do Brasil			
Depósitos à Vista e outros Recursos	Sem Remuneração	103.657	101.048
Depósitos de Poupança	Índice Poupança	933.587	941.911
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	71.877	190.385
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	201.999	517.000
Total		1.311.120	1.750.344

b. Relações Interfinanceiras

	Banestes Múltiplo e Consolidado		
	Forma de Remuneração	31/03/2026	31/12/2025
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	6.159	3.713
Sistema Financeiro da Habitação		93.677	94.932
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice Poupança	1.607	2.862
SFH - Fundo de Compens. das Variações Salariais	TR + Juros	103.784	103.784
Provisão para Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	6.224	6.414
Total		106.060	105.059

c. Resultado das Aplicações Compulsórias

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	18.348	17.347
Total	18.348	17.347

8. CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITOS E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS

a. Vencimento e Direcionamento dos Créditos

	Banestes Múltiplo e Consolidado											
	31/03/2026					31/12/2025						
	Prestações Vencidas	Prestações a Vencer				Total	Prestações Vencidas	Prestações a Vencer				Total
		A partir de 1 dia	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos			A partir de 1 dia	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Cartões	66.933	667.578	157	-	734.668	61.958	679.702	269	-	741.929		
Comercial	63.737	1.524.727	1.801.487	142.398	3.532.349	58.261	1.516.476	1.394.572	519.359	3.488.668		
Imobiliário	2.157	134.220	513.661	2.092.144	2.742.182	1.901	133.806	262.488	2.382.236	2.780.431		
Industrial	455	18.526	78.562	1.271	98.814	72	9.591	38.633	31.907	80.203		
Pessoal - Consignado	11.998	725.292	1.805.677	1.270.757	3.813.724	9.639	689.520	1.056.007	1.964.297	3.719.463		
Pessoal - Não Consignado	11.882	160.365	182.593	9.628	364.468	12.257	157.182	137.432	59.151	366.022		
Reestruturação	16.202	70.050	142.320	48.329	276.901	18.919	74.222	98.135	104.593	295.869		
Rural	19.426	649.824	541.990	76.043	1.287.283	8.320	666.301	346.115	223.524	1.244.260		
Total	192.790	3.950.582	5.066.447	3.640.570	12.850.389	171.327	3.926.800	3.333.651	5.285.067	12.716.845		
Provisão para Perdas Esperadas					(504.108)					(501.468)		
Total Líquido					12.346.281					12.215.377		

Notas Explicativas

b. Reconciliação do Saldo Contábil Bruto de Operações de Crédito por Estágio de Risco

Estágio 1	Banestes Múltiplo e Consolidado						
	31/03/2026						
	Saldo inicial	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	636.979	(23.362)	(1.755)	6.739	-	6.418	625.019
Comercial	2.534.242	(103.002)	(10.249)	438.932	263	125.949	2.986.135
Imobiliário	2.676.482	(21.996)	(2.766)	17.672	-	(36.704)	2.632.688
Industrial	75.821	-	-	142	-	18.490	94.453
Pessoal - Consignado	3.634.425	(34.137)	(5.966)	7.904	-	108.277	3.710.503
Pessoal - Não Consignado	283.022	(24.396)	(995)	8.874	-	12.774	279.279
Reestruturação	-	-	-	-	-	-	-
Rural	1.098.698	(38.730)	(609)	28.605	-	61.194	1.149.158
Total	10.939.669	(245.623)	(22.340)	508.868	263	296.398	11.477.235

Estágio 2	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	59.072	(6.739)	(11.266)	23.362	907	1.790	67.126
Comercial	820.040	(438.932)	(49.724)	103.002	4.178	(39.093)	399.471
Imobiliário	72.998	(17.672)	(5.629)	21.996	2.720	(755)	73.658
Industrial	3.959	(142)	-	-	-	121	3.938
Pessoal - Consignado	30.635	(7.904)	(15.272)	34.137	1.530	(809)	42.317
Pessoal - Não Consignado	66.166	(8.874)	(8.449)	24.396	741	(8.664)	65.316
Reestruturação	121.004	-	(16.361)	-	8.308	(6.849)	106.102
Rural	140.715	(28.605)	(4.736)	38.730	161	(16.081)	130.184
Total	1.314.589	(508.868)	(111.437)	245.623	18.545	(70.340)	888.112

Estágio 3	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	45.878	-	(907)	1.755	11.266	(15.469)	42.523
Comercial	134.386	(263)	(4.178)	10.249	49.724	(43.175)	146.743
Imobiliário	30.951	-	(2.720)	2.766	5.629	(790)	35.836
Industrial	423	-	-	-	-	-	423
Pessoal - Consignado	54.403	-	(1.530)	5.966	15.272	(13.207)	60.904
Pessoal - Não Consignado	16.834	-	(741)	995	8.449	(5.664)	19.873
Reestruturação	174.865	-	(8.308)	-	16.361	(12.119)	170.799
Rural	4.847	-	(161)	609	4.736	(2.090)	7.941
Total	462.587	(263)	(18.545)	22.340	111.437	(92.514)	485.042

Total dos 3 Estágios	Saldo inicial	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	741.929	(7.261)	734.668
Comercial	3.488.668	43.681	3.532.349
Imobiliário	2.780.431	(38.249)	2.742.182
Industrial	80.203	18.611	98.814
Pessoal - Consignado	3.719.463	94.261	3.813.724
Pessoal - Não Consignado	366.022	(1.554)	364.468
Reestruturação	295.869	(18.968)	276.901
Rural	1.244.260	43.023	1.287.283
Total	12.716.845	133.544	12.850.389

Notas Explicativas

Estágio 1	Banestes Múltiplo e Consolidado						
	31/12/2025						
	Saldo inicial	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	557.817	(112.550)	(11.667)	104.587	51	98.741	636.979
Comercial	2.515.769	(859.064)	(55.241)	258.702	70.637	603.439	2.534.242
Imobiliário	2.775.936	(87.624)	(23.973)	47.857	-	(35.714)	2.676.482
Industrial	5.096	(4.479)	(423)	-	-	75.627	75.821
Pessoal - Consignado	3.307.366	(86.166)	(16.113)	27.142	12	402.184	3.634.425
Pessoal - Não Consignado	284.369	(98.826)	(2.941)	33.907	-	66.513	283.022
Reestruturação	-	-	-	-	-	-	-
Rural	770.676	(205.445)	(569)	47.657	284	486.095	1.098.698
Total	10.217.029	(1.454.154)	(110.927)	519.852	70.984	1.696.885	10.939.669

Estágio 2	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	95.140	(104.587)	(50.131)	112.550	4.016	2.084	59.072
Comercial	616.179	(258.702)	(155.883)	859.064	20.862	(261.480)	820.040
Imobiliário	37.745	(47.857)	(22.644)	87.624	21.047	(2.917)	72.998
Industrial	-	-	-	4.479	-	(520)	3.959
Pessoal - Consignado	17.418	(27.142)	(49.441)	86.166	5.718	(2.084)	30.635
Pessoal - Não Consignado	47.071	(33.907)	(20.957)	98.826	1.253	(26.120)	66.166
Reestruturação	-	-	(5.533)	-	119.588	6.949	121.004
Rural	91.178	(47.657)	(9.503)	205.445	2.593	(101.341)	140.715
Total	904.731	(519.852)	(314.092)	1.454.154	175.077	(385.429)	1.314.589

Estágio 3	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	31.072	(51)	(4.016)	11.667	50.131	(42.925)	45.878
Comercial	195.572	(70.637)	(20.862)	55.241	155.883	(180.811)	134.386
Imobiliário	14.414	-	(21.047)	23.973	22.644	(9.033)	30.951
Industrial	-	-	-	423	-	-	423
Pessoal - Consignado	49.296	(12)	(5.718)	16.113	49.441	(54.717)	54.403
Pessoal - Não Consignado	13.648	-	(1.253)	2.941	20.957	(19.459)	16.834
Reestruturação	326.386	-	(119.588)	-	5.533	(37.466)	174.865
Rural	3.493	(284)	(2.593)	569	9.503	(5.841)	4.847
Total	633.881	(70.984)	(175.077)	110.927	314.092	(350.252)	462.587

Total dos 3 Estágios				Saldo inicial	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões				684.029	57.900	741.929
Comercial				3.327.520	161.148	3.488.668
Imobiliário				2.828.095	(47.664)	2.780.431
Industrial				5.096	75.107	80.203
Pessoal - Consignado				3.374.080	345.383	3.719.463
Pessoal - Não Consignado				345.088	20.934	366.022
Reestruturação				326.386	(30.517)	295.869
Rural				865.347	378.913	1.244.260
Total				11.755.641	961.204	12.716.845

Notas Explicativas

c. Reconciliação do Saldo de Perdas Esperadas de Operações de Crédito por Estágio de Risco

Estágio 1	Banestes Múltiplo e Consolidado						
	31/03/2026						
	Saldo inicial	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	3.807	(304)	(37)	91	-	38	3.595
Comercial	45.286	(2.615)	(708)	14.752	137	(4.621)	52.231
Imobiliário	12.796	(1.257)	(104)	740	-	(2.452)	9.723
Industrial	1.103	-	-	1	-	1.818	2.922
Pessoal - Consignado	33.270	(786)	(188)	208	-	1.368	33.872
Pessoal - Não Consignado	6.778	(1.268)	(98)	602	-	(2.342)	3.672
Reestruturação	-	-	-	-	-	-	-
Rural	9.863	(840)	(65)	317	-	4.916	14.191
Total	112.903	(7.070)	(1.200)	16.711	137	(1.275)	120.206

Estágio 2	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	1.700	(91)	(514)	304	678	(48)	2.029
Comercial	37.927	(14.752)	(3.554)	2.615	1.874	1.747	25.857
Imobiliário	5.329	(740)	(563)	1.257	857	(2.503)	3.637
Industrial	456	(1)	-	-	-	(221)	234
Pessoal - Consignado	928	(208)	(492)	786	1.220	(1.068)	1.166
Pessoal - Não Consignado	6.675	(602)	(1.326)	1.268	550	524	7.089
Reestruturação	13.236	-	(1.381)	-	4.954	(3.961)	12.848
Rural	6.307	(317)	(405)	840	96	2.009	8.530
Total	72.558	(16.711)	(8.235)	7.070	10.229	(3.521)	61.390

Estágio 3	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	41.649	-	(678)	37	514	(2.455)	39.067
Comercial	78.100	(137)	(1.874)	708	3.554	2.543	82.894
Imobiliário	9.858	-	(857)	104	563	2.712	12.380
Industrial	408	-	-	-	-	(124)	284
Pessoal - Consignado	48.432	-	(1.220)	188	492	6.152	54.044
Pessoal - Não Consignado	13.688	-	(550)	98	1.326	404	14.966
Reestruturação	119.825	-	(4.954)	-	1.381	(3.125)	113.127
Rural	4.047	-	(96)	65	405	1.329	5.750
Total	316.007	(137)	(10.229)	1.200	8.235	7.436	322.512

Total dos 3 Estágios				Saldo inicial	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões				47.156	(2.465)	44.691
Comercial				161.313	(331)	160.982
Imobiliário				27.983	(2.243)	25.740
Industrial				1.967	1.473	3.440
Pessoal - Consignado				82.630	6.452	89.082
Pessoal - Não Consignado				27.141	(1.414)	25.727
Reestruturação				133.061	(7.086)	125.975
Rural				20.217	8.254	28.471
Total				501.468	2.640	504.108

Notas Explicativas

Estágio 1	Banestes Múltiplo e Consolidado						
	31/12/2025						
	Saldo inicial	Transferido para Estágio 2	Transferido para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões	5.814	(7.293)	(15.479)	1.031	7	19.727	3.807
Comercial	40.493	(12.218)	(4.559)	2.076	5.544	13.950	45.286
Imobiliário	28.761	(4.562)	(5.368)	1.114	-	(7.149)	12.796
Industrial	56	(1)	(4)	-	-	1.052	1.103
Pessoal - Consignado	91.815	(2.573)	(3.771)	232	8	(52.441)	33.270
Pessoal - Não Consignado	13.494	(9.768)	(3.645)	1.659	4.433	605	6.778
Reestruturação	-	-	-	-	-	-	-
Rural	19.112	(7.352)	(41)	2.052	153	(4.061)	9.863
Total	199.545	(43.767)	(32.867)	8.164	10.145	(28.317)	112.903

Estágio 2	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 3	31/12/2025		Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
				Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3		
Cartões	2.520	(1.031)	(51.213)	7.293	2.841	41.290	1.700
Comercial	1.483	(2.076)	(4.848)	12.218	1.583	29.566	37.926
Imobiliário	1.442	(1.114)	(4.423)	4.562	6.303	(1.441)	5.329
Industrial	-	-	-	1	-	455	456
Pessoal - Consignado	117	(232)	(9.074)	2.573	3.945	3.599	928
Pessoal - Não Consignado	9.994	(1.659)	(27.820)	9.768	9.086	7.307	6.676
Reestruturação	-	-	(778)	-	66.750	(52.736)	13.236
Rural	4.700	(2.052)	(2.539)	7.352	1.557	(2.711)	6.307
Total	20.256	(8.164)	(100.695)	43.767	92.065	25.329	72.558

Estágio 3	Saldo inicial	Transferido para Estágio 1	Transferido para Estágio 2	31/12/2025		Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
				Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2		
Cartões	28.404	(7)	(2.841)	15.479	51.213	(50.599)	41.649
Comercial	85.420	(5.544)	(1.583)	4.559	4.848	(9.599)	78.101
Imobiliário	5.775	-	(6.303)	5.368	4.423	595	9.858
Industrial	-	-	-	4	-	404	408
Pessoal - Consignado	45.361	(8)	(3.945)	3.771	9.074	(5.821)	48.432
Pessoal - Não Consignado	7.768	(4.433)	(9.086)	3.645	27.820	(12.027)	13.687
Reestruturação	200.275	-	(66.750)	-	778	(14.478)	119.825
Rural	2.569	(153)	(1.557)	41	2.539	608	4.047
Total	375.572	(10.145)	(92.065)	32.867	100.695	(90.917)	316.007

Total dos 3 Estágios				Saldo inicial	Novos/Liquidados /Amortizados	Saldo final
Cartões				36.738	10.418	47.156
Comercial				127.396	33.917	161.313
Imobiliário				35.978	(7.995)	27.983
Industrial				56	1.911	1.967
Pessoal - Consignado				137.293	(54.663)	82.630
Pessoal - Não Consignado				31.256	(4.115)	27.141
Reestruturação				200.275	(67.214)	133.061
Rural				26.381	(6.164)	20.217
Total				595.373	(93.905)	501.468

d. Concentração dos Créditos

	Banestes Múltiplo e Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor	% da Carteira	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	731.758	5,7	733.970	5,8
50 Seguintes Maiores Devedores	1.016.193	7,9	1.021.201	8,0
100 Seguintes Maiores Devedores	716.666	5,6	736.440	5,8
Demais Devedores	10.385.772	80,8	10.225.234	80,4
Total da Carteira	12.850.389	100,0	12.716.845	100,0

Notas Explicativas

e. Operações de Crédito Reestruturadas

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Saldo inicial	295.869	326.386
Reestruturação/Liquidação/Amortização	(18.968)	(30.517)
Saldo final	276.901	295.869
Provisão para perdas esperadas	(125.975)	(133.061)
Total de operações de crédito reestruturadas líquido de perdas esperadas	150.926	162.808
Percentual de perda esperada sobre operações de crédito reestruturadas	45,49%	44,97%
Percentual de operações de crédito reestruturadas em relação ao total da carteira de crédito (bruto)	2,15%	2,33%
Percentual de operações de crédito reestruturadas em relação ao total da carteira de crédito (líquido)	1,22%	1,33%

f. Rendas de Operações de Crédito

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	574	498
Rendas de Empréstimos	396.269	348.506
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	4.313	4.060
Rendas de Financiamentos	13.642	10.189
Rendas de Financiamentos a Exportação	6.655	7.063
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Livres	91	60
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Obrigatórias	11.684	5.159
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Rec. Direcionado de LCA	18.056	12.183
Rendas de Financiamentos Rurais - Fontes Públicas	4.984	4.763
Rendas de Financiamentos de Empreend. Imobiliários	70.106	71.124
Receitas de Equalização de Taxa de Juros	205	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	13.289	16.954
Rendas de Outras Operações com Característica de Crédito	204	326
Total	540.072	480.885

g. Movimentação da Provisão para Perdas em Operações de Crédito e Outros Créditos com Características de Concessão de Créditos

	Banestes Múltiplo e Consolidado							
	31/03/2026				31/03/2025			
	Saldo inicial	Efeito Líquido no Resultado	Transferência para Prejuízo	Saldo final	Saldo inicial	Efeito Líquido no Resultado	Transferência para Prejuízo	Saldo final
Cartões	(47.156)	(11.722)	14.187	(44.691)	(36.738)	(8.603)	24.923	(20.418)
Comercial	(161.313)	(30.121)	30.452	(160.982)	(127.396)	(26.009)	6.450	(146.955)
Imobiliário	(27.983)	1.812	431	(25.740)	(35.978)	(5.001)	1.266	(39.713)
Industrial	(1.967)	(1.426)	(47)	(3.440)	(56)	27	-	(29)
Pessoal - Consignado	(82.630)	(19.220)	12.768	(89.082)	(137.293)	(15.886)	21.050	(132.129)
Pessoal - Não Consignado	(27.141)	(5.792)	7.206	(25.727)	(31.256)	(2.248)	5.511	(27.993)
Reestruturação	(133.061)	(18.140)	25.226	(125.975)	(200.275)	(6.477)	32.148	(174.604)
Rural	(20.217)	(9.587)	1.333	(28.471)	(26.381)	1.287	348	(24.746)
Total	(501.468)	(94.196)	91.556	(504.108)	(595.373)	(62.910)	91.696	(566.587)

9. CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Os financiamentos imobiliários no montante de R\$ 2.732.565 (R\$ 2.770.531 em 31/12/2025) são efetuados de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). As operações são garantidas por hipoteca em 1º grau ou por alienação fiduciária dos imóveis financiados e contam com seguros que cobrem riscos de morte e invalidez permanente do devedor e danos físicos do imóvel financiado. As apropriações das receitas são efetuadas de acordo com a periodicidade de capitalização prevista contratualmente.

Notas Explicativas

Esse montante encontra-se segregado da seguinte forma:

- Operações contratadas de acordo com as normas do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, totalizam um montante de R\$ 2.042.080 (R\$ 2.076.689 em 31/12/2025);
- As operações contratadas no âmbito do Sistema de Financiamento Imobiliário - SFI, totalizam um montante de R\$ 690.485 (R\$ 693.842 em 31/12/2025).

As liquidações antecipadas e os saldos remanescentes ao término do prazo contratual na Carteira de Crédito Imobiliário, cobertas pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), estão apresentados sob o título de Créditos Vinculados - SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, na rubrica Relações Interfinanceiras, e montam R\$ 103.784 (R\$ 103.784 em 31/12/2025). Em 31 de março de 2026 encontra-se provisionado o valor de R\$ 11.714 (R\$ 11.714 em 31/12/2025), com objetivo de cobrir perdas decorrentes de contratos que poderiam ser inabilitados pelo administrador do FCVS.

Os créditos junto ao FCVS assumidos pela União (Lei n.º 10.150/2000) serão convertidos em títulos federais com retorno no prazo de 30 (trinta) anos, sempre contados a partir de 01/01/1997, com pagamento mensal de juros (6,17% a.a., para contratos com recursos próprios, e 3,12% a.a., com recursos do FGTS) a partir de 01/01/2005, e pagamento de principal a partir de 01/01/2009, com prestações calculadas pelo Sistema de Amortização Constante - SAC.

10. OUTROS ATIVOS

a. Outros Ativos Financeiros e Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	626.768	639.830	704.080	716.570
Valores a Receber Relativos a Transações de Pagamento	607.309	620.585	607.309	620.585
Rendas a Receber	21.313	21.300	3.008	3.009
Títulos e Créd. a Receber - Com Carac. Conc. Crédito	2.246	2.340	2.246	2.340
Provisão para Perdas de Outros Ativos Financeiros	(4.100)	(4.395)	(4.100)	(4.395)
Prêmios de Seguros a Receber	-	-	67.692	67.199
Créditos de Operações de Resseguros	-	-	27.925	27.832
Não Circulante	6.815	7.340	6.815	7.340
Títulos e Créd. a Receber - Com Carac. Conc. Crédito	7.371	7.559	7.371	7.559
Provisão para Perdas de Outros Ativos Financeiros	(556)	(219)	(556)	(219)

Notas Explicativas**b. Outros Ativos (Não Financeiros)**

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	187.593	242.742	211.575	268.774
Adiantamentos ao FGC	25.307	-	25.307	-
Adiantamentos e Antecipações Salariais	4.111	5.072	4.637	7.234
Devedores por Depósitos em Garantia:	26.633	25.672	26.633	25.672
* Para Interposição de Recursos Fiscais: (1)	15.691	15.343	15.691	15.343
INSS - Diversas NFLD	15.691	15.343	15.691	15.343
* Para Interposição de Recursos Trabalhistas	8.636	8.002	8.636	8.002
* Outros Depósitos Judiciais	2.306	2.327	2.306	2.327
Impostos e Contribuições a Compensar:	734	61.086	979	61.319
* Antecipações de IRPJ não Compensados no Próprio Exercício	-	-	1	-
* Outros Impostos e Contribuições a Compensar	734	61.086	978	61.319
Pagamentos a Ressarcir	17.817	12.983	41.007	36.507
Participações pagas Antecipadamente	237	19.026	237	19.026
Devedores Diversos - País	85.401	94.068	85.405	94.069
Valores a Receber em Op. Subsid. ou Subvencionadas	65	-	65	-
Valores a Receber de Sociedade Ligadas	-	-	-	110
Outros	27.288	24.835	27.305	24.837
Não Circulante	385.921	198.221	396.835	208.823
Adiantamentos ao FGC	101.229	-	101.229	-
Devedores por Depósitos em Garantia:	178.222	174.499	188.888	184.852
* Para Interposição de Recursos Fiscais: (1)	83.544	82.293	91.475	90.131
INSS - Diversas NFLD	40.907	40.374	48.369	47.752
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991	39.227	38.576	39.227	38.576
Outros Depósitos para Interposição Fiscal	3.410	3.343	3.879	3.803
* Para Interposição de Recursos Trabalhistas	40.012	37.341	40.158	37.484
* Outros Depósitos Judiciais	54.666	54.865	57.255	57.237
Impostos e Contribuições a Compensar:	62.335	17	62.583	266
* Antecipações de IRPJ não Compensados no Próprio Exercício	33.992	-	33.992	-
* Antecipações de CSLL não Compensados no Próprio Exercício	28.326	-	28.326	-
* Créditos Oriundos de Decisões Transitadas em Julgado (2)	-	-	248	249
* Outros Impostos e Contribuições a Compensar	17	17	17	17
Pagamentos a Ressarcir	19.347	323	19.347	323
Títulos e Créd. a Receber - sem Carac. Conc. Crédito	5.896	5.120	5.896	5.120
Devedores Diversos - País	21.505	20.875	21.505	20.875
Provisão para Outros Créditos s/ Caract. de Concessão de Crédito	(2.613)	(2.613)	(2.613)	(2.613)

(1) Vide descrição de Processos Judiciais na Nota Explicativa n.º 23;

(2) Está registrado em Impostos e Contribuições a Compensar no Ativo Não Circulante, no BANESTES Consolidado, o valor de R\$ 249, relativo ao saldo do crédito ainda não homologado pela Receita Federal, oriundos do PIS com base na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis n.os 2.445/1988 e 2.449/1988, proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário n.º 1487452/RJ, bem como com base na Resolução n.º 49/1995 do Senado Federal. Afastados os Decretos-Leis n.º 2.445/1988 e 2.449/1988, foi aplicada a Lei Complementar n.º 7/70 (instituidora do PIS), eis que, após o advento da Constituição Federal de 1988, ficou vedado o tratamento desigual entre empresas públicas e privadas. Esta ação transitou em julgado em 14/06/2007. Em 24/03/2008 foi deferido o pedido de habilitação do crédito junto à DEINF/RFB/RJ e o BANESTES Múltiplo já utilizou todo o crédito;

Notas Explicativas**11. OUTROS VALORES E BENS**

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	41.560	45.524	80.625	85.560
Outros Valores e Bens	8.265	8.804	22.915	22.640
Material em Estoque	2.301	2.413	3.388	3.532
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos	5.964	6.391	19.527	19.108
Veículos	31	197	13.594	12.914
Imóveis Habitacionais	2.177	2.339	2.177	2.339
Outros Imóveis	3.756	3.855	3.756	3.855
Despesas Antecipadas	33.295	36.720	34.078	37.652
Custos de Aquisição Diferidos	-	-	23.632	25.268
Não Circulante	57.438	63.935	59.322	65.620
Outros Valores e Bens	36.438	38.435	36.699	38.696
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos	36.438	38.435	36.699	38.696
Imóveis Habitacionais	10.994	11.091	10.994	11.091
Outros Imóveis	25.900	27.800	25.900	27.800
Outros Investimentos	17	17	278	278
Prov. p/ Desvalorização de Ativos Não Fin. Mant. p/ Venda - Recebidos	(473)	(473)	(473)	(473)
Despesas Antecipadas	21.000	25.500	21.000	25.500
Custos de Aquisição Diferidos	-	-	1.623	1.424

12. PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS

	Banestes Múltiplo	
	31/03/2026	31/03/2025
Saldo no início do período	464.113	381.598
Aumento de Capital de Controladas	825	-
Resultado de Participações em Controladas	29.746	22.613
Ajuste T.V.M. no Patrimônio Líquido das Controladas	(333)	112
Ajuste Adoção Inicial Res. 4.966 no Patrimônio Líquido das Controladas	-	(27)
Saldo no fim do período	494.351	404.296

Notas Explicativas

Principais dados relativos às sociedades e fundo controlados:

	BANESTES Seguros S.A.	BANESTES Distrib. de Títulos e Val. Mobiliários S.A.	BANESTES Adm. Cor. de Seg., Prev. e Capitaliz. Ltda.	BANESTES Loteria S.A.	Fundo BANESTES FIC MEZA	Total
Capital Realizado Atualizado (*)						
31 de março de 2026	186.326	150.462	58.000	2.825	91.150	488.763
31 de dezembro de 2025	186.326	150.462	58.000	2.000	91.150	487.938
Patrimônio Líquido Ajustado						
31 de março de 2026	252.122	241.639	130.448	590	64.578	689.377
31 de dezembro de 2025	239.543	224.313	117.610	257	89.305	671.028
Quantidade Ações Ordinárias/Cotas possuídas (mil)						
31 de março de 2026	1.436	1.832	58.000	2.825	91	64.184
31 de dezembro de 2025	1.436	1.832	58.000	2.000	91	63.359
Percentual de Participação						
31 de março de 2026	100,00	100,00	99,99	100,00	100,00	-
31 de dezembro de 2025	100,00	100,00	99,99	100,00	100,00	-
Lucro Líquido acumulado em						
31 de março de 2026	12.910	17.326	12.838	(490)	2.273	44.857
31 de março de 2025	7.161	15.716	11.281	(215)	3.068	37.011
Saldo das Operações em Controladas						
Ativos (Passivos)						
31 de março de 2026	(123.873)	(100.985)	(169.185)	(734)	(64.578)	(459.355)
31 de dezembro de 2025	(118.110)	(97.446)	(151.201)	(525)	89.305	(277.977)
Receitas (Despesas) acumuladas em						
31 de março de 2026	(2.772)	(3.035)	(4.724)	42	2.273	(8.216)
31 de março de 2025	(1.813)	(2.122)	(2.604)	(13)	-	(6.552)
Resultado da Equivalência Patrimonial						
31 de março de 2026	12.910	17.326	-	(490)	-	29.746
31 de março de 2025	7.161	15.716	-	(264)	-	22.613
Valor Contábil dos Investimentos						
31 de março de 2026	252.122	241.639	-	590	-	494.351
31 de dezembro de 2025	239.543	224.313	-	257	-	464.113

(*) BANESTES Loteria S.A., ocorreu no período aumento de capital com subscrição de ações no valor de R\$ 825, por meio de recursos próprios do Banco BANESTES na controlada BANESTES Loteria S.A..

O BANESTES participa indiretamente da BANESTES Administradora, Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda. por meio de sua controlada BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que detém 99,9990% de suas cotas.

As Demonstrações Financeiras das sociedades controladas são auditadas periodicamente pelos mesmos auditores independentes do BANESTES S.A..

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Transações do BANESTES Múltiplo com o controlador e com as sociedades e fundo controlados:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no primeiro trimestre de 2026 foram distribuídos Juros sobre o Capital Próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 26.093 (R\$ 20.535 em 2025).

Notas Explicativas

Transação	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	(14.888)	10.671	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(33.190)	(7.631)	-	-
BANESTES Seguros S.A.	10.124	10.124	-	-
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	8.178	8.178	-	-
Depósitos à Vista (2):	(15.407)	(20.680)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(12.844)	(18.795)	-	-
BANESTES Seguros S.A.	(2.558)	(1.121)	-	-
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(5)	(21)	-	-
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda.	-	(743)	-	-
Depósitos a Prazo (2):	(5.594.484)	(5.521.533)	(201.464)	(178.398)
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.424.375)	(5.370.379)	(196.213)	(175.266)
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda.	(169.354)	(150.624)	(5.231)	(3.103)
BANESTES Loteria S.A.	(755)	(530)	(20)	(29)
Obrigações por Operações Compromissadas (2):	(241.288)	(233.381)	(7.966)	(6.033)
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(109.351)	(105.797)	(3.613)	(2.702)
BANESTES Seguros S.A.	(131.937)	(127.584)	(4.353)	(3.331)
Demais Transações (3):	199.554	224.978	7.987	9.077
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(215)	(243)
Companhia Espiritosantense de Saneamento - CESAN (**)	134.095	134.837	4.809	3.640
Prodest Hospedagem equipamentos TIC em Data Center	-	-	(464)	-
Fundação Banestes de Seguridade Social - Baneses	-	-	(993)	-
Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro Banestes - BANESCAIXA	-	-	(151)	-
BANESTES Seguros S.A.	498	471	1.581	1.518
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	193	194	578	580
BANESTES Adm. Corretora de Seg., Prev. e Capitalização Ltda.	169	166	507	499
BANESTES Loteria S.A.	21	5	62	16
Fundo BANESTES FIC MEZA	64.578	89.305	2.273	3.067
Total	(5.666.513)	(5.539.945)	(201.443)	(175.354)

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

Os valores acima referem-se a operações envolvendo o BANESTES, o Controlador e as sociedades e fundo controlados.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelas empresas controladas e pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas pelo mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco;

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança, convênio de cooperação técnica entre o BANESTES e as empresas do conglomerado e o Controlador e são cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.

b. Remuneração do Pessoal - Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

Notas Explicativas

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	Banestes Múltiplo							
	31/03/2026				31/03/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remunerações pagas	316	971	88	70	288	991	83	78
Participação nos resultados	35	85	-	-	31	77	-	-
Plano de pagamento baseado em ações	358	-	-	-	-	-	-	-
Total	709	1.056	88	70	319	1.068	83	78

Benefícios	Banestes Consolidado							
	31/03/2026				31/03/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remunerações Pagas	442	2.097	230	70	407	1.989	218	78
Participação nos resultados	48	215	-	-	43	150	-	-
Benefícios pós-emprego	-	65	-	-	-	59	-	-
Plano de pagamento baseado em ações	358	-	-	-	-	-	-	-
Total	848	2.377	230	70	450	2.198	218	78

c. Programa de Remuneração Variável:

O programa de remuneração variável do Banco BANESTES foi elaborado sob vigência da Resolução CMN n.º 5.177, de 26/09/2024, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

O modelo de “Remuneração Variável” obedece às seguintes diretrizes:

a) a “Remuneração Variável” dos membros do Conselho de Administração da Sociedade será devida de acordo com o alcance das metas estabelecidas para os Diretores Estatutários, observada a média dos resultados dos Diretores e mesma proporção de 30% sobre esta média;

b) O pagamento da “Remuneração Variável” dos Diretores da Sociedade e dos Administradores das empresas subsidiárias e controlada será composto por:

- I. Parcela denominada “Participação nos Lucros ou Resultados - PLR”, estabelecendo que essa participação obedecerá aos mesmos critérios fixados para os empregados da Sociedade na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT nacional dos bancários;
- II. “Parcela de Atingimento de Metas Individuais - PAMI”, estabelecidas pelo CONSE em Contrato de Gestão para cada Diretor, cujo valor pode variar de zero até o limite de 4 (quatro) vezes os Honorários Mensais; e o valor da parcela proporcional ao atingimento de metas individuais da “Remuneração Variável” dos Diretores (PAMI) será correspondente ao nível de atingimento das Metas estabelecidas no Contrato de Gestão, sendo:

Notas Explicativas

- até 80% de atingimento das metas individuais, o Diretor terá a parcela zerada (PAMI = 0);
- acima de 115% de atingimento das metas individuais, o Diretor terá a parcela igual a 4,0 Honorários Mensais (PAMI = 4,0 Honorários Mensais);
- entre 80,01% e 115% de atingimento das metas individuais, o Diretor terá a parcela (PAMI) entre 0 e 4,0 Honorários Mensais proporcionalmente, conforme a seguinte fórmula:

$$PAMI = \frac{AMI\% - 80\%}{35,01\%} \% \times 4,0HM$$

Onde:

PAMI = Parcela de Atingimento de Metas Individuais de cada Diretor;

AMI%= Percentual de Atingimento de Metas Individuais de cada Diretor;

HM = Honorários Mensais.

c) Pagamento: o pagamento da “Remuneração Variável” dos administradores será realizado com 50% em espécie e 50% em instrumento baseado em ações, fazendo a conversão deste montante em quantidade de ações, tendo por base o valor da ação de mercado BEES3 do BANESTES no primeiro dia útil do exercício de referência, considerando que a variação do valor da ação no decorrer do exercício já será fruto da administração em curso; do valor referenciado em instrumento baseado em ações, 5% serão pagos juntamente com os 50% pagos em espécie e revertidos para reais pelo valor da ação de mercado BEES3 no último dia útil do exercício de referência. Sendo assim, 55% do valor a receber como “Remuneração Variável” pelos Diretores da Sociedade e das empresas subsidiárias e controlada serão pagos no exercício seguinte ao de apuração (referência); os 45% restantes do valor referenciado em instrumento baseado em ações serão diferidos para pagamento em 3 (três) parcelas iguais de 15%, sendo cada uma delas paga em um dos três anos seguintes; as parcelas diferidas terão a quantidade de ações revertida em reais utilizando o valor da ação de mercado BEES3 da ação no último dia útil do ano anterior ao de pagamento; o pagamento será sempre realizado após a divulgação dos resultados da companhia no ano findo, da distribuição de dividendos aos acionistas e pagamento da “PLR” e “REV” dos colaboradores, e será sempre efetuado anualmente em uma única data.

d. Participação Acionária:

O Estado e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam as seguintes participações acionárias no BANESTES:

	Ações Ordinárias				Ações Preferenciais			
	31/03/2026		31/12/2025		31/03/2026		31/12/2025	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Espírito Santo	240.758.682	94,75	240.758.682	94,75	90.188.560	96,56	90.188.560	96,56
Conselho de Administração e Diretoria	402.290	0,16	374.110	0,15	260.450	0,28	278.650	0,30
Total	241.160.972	94,91	241.132.792	94,90	90.449.010	96,84	90.467.210	96,86

Notas Explicativas

14. IMOBILIZADO DE USO

	Banestes Múltiplo							
	31/03/2026							
	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipam. de Processamento de Dados	Equipam. de Comunicação, Segurança e Transporte	Direitos de Uso	Outros Imobilizados de Uso	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2025	3.073	60.059	34.322	153.249	20.871	124.095	8.522	404.191
Aquisições	-	1.165	186	-	-	4.418	126	5.895
Alienações / Baixas	-	-	(194)	(4.235)	(164)	(312)	-	(4.905)
Transferências	-	-	(2.035)	1.858	177	-	-	-
Saldo Final	3.073	61.224	32.279	150.872	20.884	128.201	8.648	405.181
Depreciação								
Saldo em 31/12/2025	(1.995)	(36.362)	(19.685)	(93.756)	(15.610)	(25.995)	(6.737)	(200.140)
Depreciação do Período	(11)	(1.257)	(357)	(2.440)	(246)	(7.259)	(109)	(11.679)
Baixas / Alienações	-	-	176	4.225	161	311	-	4.873
Saldo Final	(2.006)	(37.619)	(19.866)	(91.971)	(15.695)	(32.943)	(6.846)	(206.946)
Saldo Líquido Final	1.067	23.605	12.413	58.901	5.189	95.258	1.802	198.235
Saldo Líquido em 31/12/2025	1.078	23.697	14.637	59.493	5.261	98.100	1.785	204.051

	Banestes Consolidado							
	31/03/2026							
	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipam. de Processamento de Dados	Equipam. de Comunicação, Segurança e Transporte	Direitos de Uso	Outros Imobilizados de Uso	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2025	3.606	61.318	35.182	155.282	21.102	130.620	8.522	415.632
Aquisições	-	1.165	193	-	-	4.418	126	5.902
Alienações / Baixas	-	-	(194)	(4.235)	(164)	(312)	-	(4.905)
Transferências	-	-	(2.035)	1.858	177	-	-	-
Saldo Final	3.606	62.483	33.146	152.905	21.115	134.726	8.648	416.629
Depreciação								
Saldo em 31/12/2025	(2.280)	(37.049)	(20.245)	(95.080)	(15.760)	(28.355)	(6.737)	(205.506)
Depreciação do Período	(14)	(1.291)	(370)	(2.515)	(255)	(7.669)	(109)	(12.223)
Baixas / Alienações	-	-	176	4.225	161	311	-	4.873
Saldo Final	(2.294)	(38.340)	(20.439)	(93.370)	(15.854)	(35.713)	(6.846)	(212.856)
Saldo Líquido Final	1.312	24.143	12.707	59.535	5.261	99.013	1.802	203.773
Saldo Líquido em 31/12/2025	1.326	24.269	14.937	60.202	5.342	102.265	1.785	210.126

Notas Explicativas

15. INTANGÍVEL

	Banestes Múltiplo				
	31/03/2026				
	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2025	295.728	12.113	325.666	47.453	680.960
Aquisições	2.792	-	6.448	7.149	16.389
Alienações / Baixas	-	(8)	-	-	(8)
Saldo Final	298.520	12.105	332.114	54.602	697.341
Amortização					
Saldo em 31/12/2025	(126.455)	(8.473)	(162.038)	-	(296.966)
Amortização do Período	(6.144)	(123)	(14.952)	-	(21.219)
Baixas / Alienações	-	8	-	-	8
Saldo Final	(132.599)	(8.588)	(176.990)	-	(318.177)
Saldo Líquido Final	165.921	3.517	155.124	54.602	379.164
Saldo Líquido em 31/12/2025	169.273	3.640	163.628	47.453	383.994

	Banestes Consolidado				
	31/03/2026				
	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2025	300.188	12.113	348.391	47.453	708.145
Aquisições	2.828	-	8.168	7.149	18.145
Alienações / Baixas	-	(8)	-	-	(8)
Saldo Final	303.016	12.105	356.559	54.602	726.282
Amortização					
Saldo em 31/12/2025	(130.664)	(8.473)	(164.049)	-	(303.186)
Amortização do Período	(6.286)	(123)	(15.072)	-	(21.481)
Baixas / Alienações	-	8	-	-	8
Saldo Final	(136.950)	(8.588)	(179.121)	-	(324.659)
Saldo Líquido Final	166.066	3.517	177.438	54.602	401.623
Saldo Líquido em 31/12/2025	169.524	3.640	184.342	47.453	404.959

(*) São ativos intangíveis em desenvolvimento.

Notas Explicativas

16. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE LETRAS DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, DE LETRAS DE CRÉDITO DE AGRONEGÓCIO E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a. Depósitos e Captações

	Banestes Múltiplo						
	31/03/2026						
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Taxa mínima	Taxa máxima
Depósitos	10.617.482	3.062.305	11.043.509	317.329	25.040.625	-	-
Depósitos - A Prazo	-	2.763.012	11.043.509	317.329	14.123.850	0,15% a.a.	14,65% a.a.
Depósitos - Interfinanceiros	-	299.293	-	-	299.293	0,01% a.a.	14,65% a.a.
Depósitos - Judiciais e Extrajudiciais	5.004.371	-	-	-	5.004.371	1,28% a.m.	1,35% a.m.
Depósitos - Poupança	4.669.567	-	-	-	4.669.567	0,66% a.m.	0,68% a.m.
Depósitos - À Vista	938.514	-	-	-	938.514	-	-
Depósitos - Outros	5.030	-	-	-	5.030	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	-	205.129	174.978	4.866	384.973	-	-
Obrigações por Operações Compromissadas	-	9.317.052	-	-	9.317.052	10,99% a.a.	13,18% a.a.
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	-	220.629	1.220.258	-	1.440.887	11,28% a.a.	14,65% a.a.
Total	10.617.482	12.805.115	12.438.745	322.195	36.183.537		

	Banestes Múltiplo						
	31/12/2025						
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Taxa mínima	Taxa máxima
Depósitos	10.520.888	2.399.681	11.172.200	352.398	24.445.167	-	-
Depósitos - A Prazo	-	2.176.939	11.172.200	352.398	13.701.537	2,00% a.a.	14,90% a.a.
Depósitos - Interfinanceiros	-	222.742	-	-	222.742	3,00% a.a.	14,90% a.a.
Depósitos - Judiciais e Extrajudiciais	4.839.264	-	-	-	4.839.264	1,32% a.m.	1,36% a.m.
Depósitos - Poupança	4.719.128	-	-	-	4.719.128	0,66% a.m.	0,68% a.m.
Depósitos - À Vista	953.043	-	-	-	953.043	-	-
Depósitos - Outros	9.453	-	-	-	9.453	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	10.293	183.189	173.554	3.711	370.747	-	-
Obrigações por Operações Compromissadas	-	9.664.118	-	-	9.664.118	10,43% a.a.	14,90% a.a.
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	-	1.794	1.282.967	-	1.284.761	11,92% a.a.	14,90% a.a.
Total	10.531.181	12.248.782	12.628.721	356.109	35.764.793		

	Banestes Consolidado						
	31/03/2026						
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Taxa mínima	Taxa máxima
Depósitos	10.614.919	3.061.551	10.874.154	317.329	24.867.953	-	-
Depósitos - A Prazo	-	2.762.258	10.874.154	317.329	13.953.741	0,15% a.a.	14,65% a.a.
Depósitos - Interfinanceiros	-	299.293	-	-	299.293	0,01% a.a.	14,65% a.a.
Depósitos - Judiciais e Extrajudiciais	5.004.371	-	-	-	5.004.371	1,28% a.m.	1,35% a.m.
Depósitos - Poupança	4.669.567	-	-	-	4.669.567	0,66% a.m.	0,68% a.m.
Depósitos - À Vista	935.951	-	-	-	935.951	-	-
Depósitos - Outros	5.030	-	-	-	5.030	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	-	205.129	174.978	4.866	384.973	-	-
Obrigações por Operações Compromissadas	-	9.075.764	-	-	9.075.764	10,99% a.a.	13,18% a.a.
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	-	220.629	1.220.258	-	1.440.887	11,28% a.a.	14,65% a.a.
Total	10.614.919	12.563.073	12.269.390	322.195	35.769.577		

Notas Explicativas

	Banestes Consolidado						
	31/12/2025						
	Sem vencimento	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Taxa mínima	Taxa máxima
Depósitos	10.519.003	2.399.151	11.021.576	352.398	24.292.128	-	-
Depósitos - A Prazo	-	2.176.409	11.021.576	352.398	13.550.383	2,00% a.a.	14,90% a.a.
Depósitos - Interfinanceiros	-	222.742	-	-	222.742	3,00% a.a.	14,90% a.a.
Depósitos - Judiciais e Extrajudiciais	4.839.264	-	-	-	4.839.264	1,32% a.m.	1,36% a.m.
Depósitos - Poupança	4.719.128	-	-	-	4.719.128	0,66% a.m.	0,68% a.m.
Depósitos - À Vista	951.158	-	-	-	951.158	-	-
Depósitos - Outros	9.453	-	-	-	9.453	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses (*)	10.293	183.189	173.554	3.711	370.747	-	-
Obrigações por Operações Compromissadas	-	9.430.737	-	-	9.430.737	10,43% a.a.	14,90% a.a.
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	-	1.794	1.282.967	-	1.284.761	11,92% a.a.	14,90% a.a.
Total	10.529.296	12.014.871	12.478.097	356.109	35.378.373		

(*) Taxas mínimas e máximas na nota 17.

b. Valor Justo por Níveis

	Banestes Múltiplo				
	31/03/2026				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Depósitos - A Prazo	14.123.850	-	13.581.942	-	13.581.942
Depósitos - Interfinanceiros	299.293	-	295.310	-	295.310
Obrigações por Operações Compromissadas	9.317.052	-	9.309.617	-	9.309.617
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	1.440.887	-	1.442.542	-	1.442.542
Total	25.181.082	-	24.629.411	-	24.629.411

	Banestes Múltiplo				
	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Depósitos - A Prazo	13.701.537	-	13.371.985	-	13.371.985
Depósitos - Interfinanceiros	222.742	-	218.538	-	218.538
Obrigações por Operações Compromissadas	9.664.118	-	9.649.149	-	9.649.149
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	1.284.761	-	1.286.215	-	1.286.215
Total	24.873.158	-	24.525.887	-	24.525.887

	Banestes Consolidado				
	31/03/2026				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Depósitos - A Prazo	13.953.741	-	13.411.568	-	13.411.568
Depósitos - Interfinanceiros	299.293	-	295.310	-	295.310
Obrigações por Operações Compromissadas	9.075.764	-	9.071.342	-	9.071.342
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	1.440.887	-	1.442.542	-	1.442.542
Total	24.769.685	-	24.220.762	-	24.220.762

	Banestes Consolidado				
	31/12/2025				
	Valor contábil	Valor Justo			Total Valor Justo
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Depósitos - A Prazo	13.550.383	-	13.215.426	-	13.215.426
Depósitos - Interfinanceiros	222.742	-	218.538	-	218.538
Obrigações por Operações Compromissadas	9.430.737	-	9.422.771	-	9.422.771
Recursos Aceites Camb. Let. Imob. e Hipot. Cred., Debêntures e Similares	1.284.761	-	1.286.215	-	1.286.215
Total	24.488.623	-	24.142.950	-	24.142.950

Notas Explicativas

c. Despesas de Operações de Captação no Mercado

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Despesas de Depósitos de Poupança	(89.935)	(84.484)	(89.935)	(84.484)
Despesas de Depósitos Interfinanceiros	(5.567)	(2.843)	(5.567)	(2.843)
Despesas de Depósitos a Prazo	(401.128)	(335.345)	(395.877)	(332.213)
Despesas de Depósitos Judiciais e Administrativos	(140.642)	(106.423)	(140.642)	(106.423)
Despesas de Depósitos Especiais	(174)	(157)	(174)	(157)
Despesas de Operações Compromissadas	(331.135)	(307.188)	(323.169)	(301.155)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(28.095)	(15.141)	(28.095)	(15.141)
Despesas de Letras de Crédito Imobiliário	(12.160)	(16.582)	(12.160)	(16.582)
Despesas de Contrib. ao Fundo Garantidor de Crédito	(6.401)	(6.036)	(6.401)	(6.036)
Total	(1.015.237)	(874.199)	(1.002.020)	(865.034)

17. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Representam recursos captados junto a instituições oficiais e outras instituições, os quais são repassados a clientes, fomentando o desenvolvimento econômico do Estado do Espírito Santo.

a. Obrigações por Repasses

Instituição	Banestes Múltiplo e Consolidado			
	Linha	31/03/2026		
		Recursos Captados	Taxa mínima	Taxa máxima
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	Automático/FINAME	73.884	1,15%	16,01%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	BNDES	37.829	3,53%	5,62%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	FUNCAFÉ	173.260	7,00%	11,50%
Caixa Econômica Federal	OUTROS	100.000	6,17%	6,17%
Total		384.973	-	-

Instituição	Banestes Múltiplo e Consolidado			
	Linha	31/12/2025		
		Recursos Captados	Taxa mínima	Taxa máxima
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	Automático/FINAME	50.892	1,00%	15,81%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	BNDES	37.856	4,40%	4,40%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	FUNCAFÉ	181.999	8,00%	11,50%
Caixa Econômica Federal	OUTROS	100.000	6,17%	6,17%
Total		370.747	-	-

b. Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Despesas de Repasses - BNDES	(412)	-
Despesas de Repasses - FINAME	(1.737)	(183)
Despesas de Repasses - Outras Instituições Oficiais	(5.806)	(3.898)
Total	(7.955)	(4.081)

Notas Explicativas**18. ATIVOS VINCULADOS PARA COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS**

Para a garantia das Provisões Técnicas, a Controlada BANESTES Seguros S.A. manteve os seguintes ativos:

	Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Provisões Técnicas	161.869	163.596
Direitos Creditórios	(54.267)	(54.468)
Ativos de Resseguro - Redutores	(261)	(230)
Total a ser Coberto das Provisões Técnicas Líquido dos Ativos Redutores (A)	107.341	108.898
Necessidade de Ativos Líquidos (B)	13.776	13.962
Ativos Garantidores		
Títulos de Renda Fixa - Públicos	255.811	258.438
Total (C)	255.811	258.438
Excedente de Garantia (C-A-B)	134.694	135.578

19. PRÊMIOS GANHOS, SINISTRALIDADE E COMERCIALIZAÇÃO POR GRUPO DE RAMOS

Grupos de Ramos	Banestes Consolidado					
	Prêmios Ganhos		Sinistralidades (%)		Comercialização (%)	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Automóvel	38.603	39.144	73,65	70,15	18,33	20,55
Pessoas (1)	54.853	51.522	36,14	31,90	21,78	21,70
Patrimonial (2)	1.715	1.778	1,08	3,12	49,70	45,80
Vida Individual	2.377	-	2,94	-	59,46	-
Total	97.548	92.444	49,56	47,54	21,82	21,68

(1) Pessoas inclui Vida em Grupo, Acidentes Pessoais e Prestamista;

(2) Patrimonial inclui Incêndio, Compreensivo Residencial, Condomínio e Empresarial, Riscos de Engenharia e Riscos Diversos.

20. COMPOSIÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Banestes Consolidado				
	31/03/2026				
	Auto	Pessoas	Patrimonial	Vida Individual	Total
Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG/RVE)	76.542	10.342	3.348	5.964	96.196
Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG/RVNE)	1.524	268	58	178	2.028
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	34.978	15.607	144	39	50.768
Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR)	2.877	8.958	50	37	11.922
Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)	264	85	7	-	356
Outras Provisões	543	36	20	-	599
Total das Provisões em 31/03/2026	116.728	35.296	3.627	6.218	161.869
Total das Provisões em 31/12/2025	117.474	36.356	3.725	6.041	163.596
Ativos de Resseguro - Redutores	-	261	-	-	261
Ativos de Resseguro Redutores do PSL	-	185	-	-	185
Ativos de Resseguro Redutores do IBNR	-	76	-	-	76
Ativos de Resseguro Redutores em 31/03/2026	-	261	-	-	261
Ativos de Resseguro Redutores em 31/12/2025	-	230	-	-	230
Custos de Aquisição Diferidos em 31/03/2026	13.681	6.170	1.744	3.661	25.256
Custos de Aquisição Diferidos em 31/12/2025	13.864	7.504	1.760	3.564	26.692

Notas Explicativas

21. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E CRÉDITO TRIBUTÁRIO

a. Imposto de Renda e Contribuição Social

Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	Banestes Múltiplo				Banestes Consolidado			
	31/03/2026		31/03/2025		31/03/2026		31/03/2025	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Tributação s/ o Lucro e Participações	97.177	97.177	74.217	74.217	115.637	115.637	88.279	88.279
Encargos de Imp. Renda e Contr. Soc. às Aliq.Vigentes (Nota 3.s)	(24.294)	(19.436)	(18.554)	(14.843)	(28.909)	(23.127)	(22.070)	(17.656)
Ajustes aos Encargos de Imp. Renda e Contr. Social								
Juros sobre o Capital Próprio	13.971	11.176	5.625	4.500	13.971	11.176	5.625	4.500
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.437	5.949	5.653	4.522	10.641	7.875	8.467	6.214
Adições (Exclusões) de Caráter Permanente	2.084	1.710	33	49	(8.526)	(2.538)	(8.516)	(3.346)
Adições (Exclusões) de Caráter Temporário	(7.310)	(5.847)	(8.744)	(6.996)	(7.222)	(5.795)	(10.160)	(7.847)
Total dos Valores Devidos	(8.112)	(6.448)	(15.987)	(12.768)	(20.045)	(12.409)	(26.654)	(18.135)
Realização da Reserva de Reavaliação	2	2	3	3	2	2	3	3
Incentivos Fiscais	273	-	755	-	417	-	888	-
Despesa de Imp. Renda e Contr. Social - Valores Correntes	(7.837)	(6.446)	(15.229)	(12.765)	(19.626)	(12.407)	(25.763)	(18.132)
Despesa de Imp. Renda e Contr. Social - Valores Diferidos	(383)	(306)	(332)	(265)	(404)	(319)	(180)	(174)
Ativo Fiscal Diferido	9.371	7.496	9.247	7.398	9.308	7.456	10.520	8.161
Total da Despesa c/ Imp. Renda e Contr. Social	1.151	744	(6.314)	(5.632)	(10.722)	(5.270)	(15.423)	(10.145)

A alíquota efetiva de IR e CS é de -1,95% e 16,10% para os trimestres findos em 31/03/2026 e 31/03/2025, respectivamente.

b. Tributos Diferidos

b.1 Saldo de Créditos Tributários e sua movimentação:

	Banestes Múltiplo				
	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2026	Saldo em 31/03/2025
Refletidos no Resultado					
Diferenças Temporárias					
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	177.454	130.026	(106.486)	200.994	168.095
Ações Trabalhistas	30.874	1.510	(1.179)	31.205	29.944
Ações Cíveis	27.369	1.054	(725)	27.698	27.771
Contingências Fiscais	18.283	275	-	18.558	17.777
Outras Contingências	14.790	4.154	(2.600)	16.344	17.888
Total de Adições Temporárias	268.770	137.019	(110.990)	294.799	261.475
Total Créditos Tributários Refletidos no Resultado	268.770	137.019	(110.990)	294.799	261.475
Refletidos no Patrimônio Líquido					
Adoção Inicial / Resolução n.º 4.966/2021	101.825	-	(9.162)	92.663	101.825
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	12.424	7.520	(2.408)	17.536	10.811
Total Créditos Tributários Refletidos no Pat. Líquido	114.249	7.520	(11.570)	110.199	112.636
Total Geral dos Créditos Tributários	383.019	144.539	(122.560)	404.998	374.111
Total Geral dos Créditos Tributários Ativos	383.019	144.539	(122.560)	404.998	374.111

Notas Explicativas

	Banestes Consolidado				
	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2026	Saldo em 31/03/2025
Refletidos no Resultado					
Diferenças Temporárias					
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	177.474	130.027	(106.487)	201.014	168.111
Ações Trabalhistas	30.948	1.530	(1.195)	31.283	29.998
Ações Cíveis	28.315	1.282	(1.102)	28.495	28.238
Contingências Fiscais	20.462	302	-	20.764	19.877
Outras Contingências	15.213	5.609	(4.040)	16.782	18.462
Total de Adições Temporárias	272.412	138.750	(112.824)	298.338	264.686
Total Créditos Tributários Refletidos no Resultado	272.412	138.750	(112.824)	298.338	264.686
Refletidos no Patrimônio Líquido					
Adoção Inicial / Resolução n.º 4.966/2021	101.825	-	(9.162)	92.663	101.825
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	16.548	13.037	(7.709)	21.876	15.382
Total Créditos Tributários Refletidos no Pat. Líquido	118.373	13.037	(16.871)	114.539	117.207
Total Geral dos Créditos Tributários	390.785	151.787	(129.695)	412.877	381.893
Total Geral dos Créditos Tributários Ativos	390.785	151.787	(129.695)	412.877	381.893

b.2 Saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação:

	Banestes Múltiplo				
	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2026	Saldo em 31/03/2025
Refletidos no Resultado					
Diferenças Temporárias	20.872	689	-	21.561	18.781
Refletidos no Patrimônio Líquido					
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	(1)	1	-	-	-
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(825)	-	(4)	(829)	(701)
Total Geral dos Débitos Tributários	20.046	690	(4)	20.732	18.080

	Banestes Consolidado				
	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização	Saldo em 31/03/2026	Saldo em 31/03/2025
Refletidos no Resultado					
Diferenças Temporárias	22.830	723	-	23.553	20.638
Refletidos no Patrimônio Líquido					
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM - VJORA	(1)	-	-	(1)	-
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(825)	-	(4)	(829)	(701)
Total Geral dos Débitos Tributários	22.004	723	(4)	22.723	19.937

A ativação/manutenção do crédito tributário está fundamentada em estudos técnicos demonstrativos da expectativa de geração de resultados futuros, que possibilitam a sua realização no prazo de até 10 anos.

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. O BANESTES S.A. utilizou a alíquota de 25% para IRPJ e 20% para CSLL. A BANESTES Seguros e a Banestes DTVM aplicaram as alíquotas de IRPJ 25% e de CSLL 15% e a Banestes Corretora as alíquotas de 25% e 9% para IRPJ e CSLL, respectivamente.

Notas Explicativas

b.3 Expectativa de Realização do Crédito Tributário e Crédito Tributário a Valor Presente:

Em 31/03/2026	Banestes Múltiplo		
	Crédito Tributário Ativado		
	Adições Temporárias		Total Ativado
	IR	CSLL	
2026	53.937	43.149	97.086
2027	35.489	28.391	63.880
2028	33.584	26.867	60.451
2029	23.412	18.729	42.141
2030	23.412	18.729	42.141
2031 a 2035	55.166	44.133	99.299
Total	225.000	179.998	404.998
Valor Presente (*)	166.139	132.911	299.050

Em 31/03/2025	Banestes Múltiplo		
	Crédito Tributário Ativado		
	Adições Temporárias		Total Ativado
	IR	CSLL	
2025	12.716	10.173	22.889
2026	41.527	33.222	74.749
2027	33.595	26.876	60.471
2028	28.332	22.665	50.997
2029	22.657	18.125	40.782
2030 a 2034	69.013	55.210	124.223
Total	207.840	166.271	374.111
Valor Presente (*)	156.496	125.197	281.693

Em 31/03/2026	Banestes Consolidado		
	Crédito Tributário Ativado		
	Adições Temporárias		Total Ativado
	IR	CSLL	
2026	53.973	43.166	97.139
2027	35.489	28.391	63.880
2028	38.476	29.802	68.278
2029	23.412	18.729	42.141
2030	23.412	18.729	42.141
2031 a 2035	55.166	44.133	99.299
Total	229.928	182.950	412.878
Valor Presente (*)	169.922	135.176	305.098

Em 31/03/2025	Banestes Consolidado		
	Crédito Tributário Ativado		
	Adições Temporárias		Total Ativado
	IR	CSLL	
2025	12.716	10.173	22.889
2026	41.527	33.222	74.749
2027	38.459	29.793	68.252
2028	28.332	22.666	50.998
2029	22.657	18.125	40.782
2030 a 2034	69.013	55.210	124.223
Total	212.704	169.189	381.893
Valor Presente (*)	160.482	127.588	288.070

(*) No cálculo do valor presente, foi adotada a taxa média de captação ao ano, utilizada pelo Banco para estudo de viabilidade técnica, de realização de Crédito Tributário.

(*) Conforme art. 6º da Lei n.º 14.467/2022, alterado pela Lei n.º 15.078/2024, o saldo existente em 31/12/2024 da Provisão de Devedores Duvidosos será realizado à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês de período de apuração, a partir de janeiro de 2026.

22. OUTROS PASSIVOS

a. Outros Passivos Financeiros e Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	Banestes Múltiplo e Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	28.343	27.750
Credores por Recursos a Liberar	23.020	18.514
Receitas a Apropriar	1.632	3.480
Provisão para Compromisso de Crédito	3.691	5.756
Não Circulante	534	735
Credores por Recursos a Liberar	395	515
Provisão para Crédito a Liberar	56	105
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (*)	83	115

(*) O saldo de Garantias Financeiras Prestadas é de R\$ 35.328 (R\$ 35.213 em 31/12/2025). As contragarantias estão representadas por notas promissórias emitidas pelos respectivos favorecidos e/ou garantia real de bens.

Notas Explicativas

b. Outros Passivos (Não Financeiros)

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	606.148	768.684	852.596	1.007.097
Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelhados	101.599	142.949	101.599	142.949
Sociais e Estatutárias	12.767	117.534	13.367	126.307
Fiscais e Previdenciárias	36.889	37.885	53.428	52.051
Passivo de Arrendamento	20.627	22.118	22.193	23.671
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	20.826	21.272	22.275	23.162
Obrigações por Convênios Oficiais	57.897	52.338	57.897	52.338
Salários e Vencimentos - Res. n.º 5.058 - CMN	131.147	141.691	131.147	141.691
Provisão para Pagamentos a Efetuar	71.878	63.921	120.674	107.165
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	13.844	13.680	13.844	13.680
Credores Diversos - País	138.674	155.296	153.626	159.583
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	-	-	4.124	3.972
Provisões Técnicas	-	-	158.411	160.517
Outros	-	-	11	11
Não Circulante	94.602	96.461	122.219	124.087
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	17.745	18.873	23.707	24.717
Passivo de Arrendamento	75.374	76.137	77.928	79.087
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	-	-	11.515	11.514
Credores Diversos - País	-	-	4.128	4.239
Provisões Técnicas	-	-	3.458	3.079
Outros	1.483	1.451	1.483	1.451

23. PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E RISCOS FISCAIS

O BANESTES e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas provisões são apresentadas a seguir:

Natureza	Banestes Múltiplo					Banestes Consolidado				
	31/03/2026									
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31/12/2025	68.611	60.819	40.626	183	170.239	68.806	63.218	46.458	183	178.665
Constituições/Atualizações	3.356	2.341	611	-	6.308	3.373	2.813	678	-	6.864
Pagamentos/Reversões	(2.620)	(1.609)	-	(183)	(4.412)	(2.628)	(2.483)	-	(183)	(5.294)
Saldo Atual	69.347	61.551	41.237	-	172.135	69.551	63.548	47.136	-	180.235

Natureza	Banestes Múltiplo					Banestes Consolidado				
	31/03/2025									
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31/12/2024	63.378	59.665	38.914	433	162.390	63.517	60.807	39.890	433	164.647
Constituições/Atualizações	4.365	4.211	589	325	9.490	4.417	4.354	5.708	325	14.804
Pagamentos/Reversões	(1.198)	(2.159)	(11)	(552)	(3.920)	(1.198)	(2.251)	(308)	(552)	(4.309)
Saldo Atual	66.545	61.717	39.492	206	167.960	66.736	62.910	45.290	206	175.142

A Administração do BANESTES entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais.

Processos Trabalhistas - São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando obter indenizações, de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória, baseada na Resolução nº 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 98,49% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria.

Notas Explicativas

Em 31/03/2026, o BANESTES possuía provisão trabalhista de R\$ 69.347 BANESTES Múltiplo (R\$ 68.611 em 31/12/2025) e R\$ 69.551 BANESTES Consolidado (R\$ 68.806 em 31/12/2025), sendo que encontrava-se registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 45.695 BANESTES Múltiplo (R\$ 42.242 em 31/12/2025) e R\$ 45.734 BANESTES Consolidado (R\$ 42.281 em 31/12/2025) e em depósito recursal a importância de R\$ 2.953 BANESTES Múltiplo (R\$ 3.101 em 31/12/2025) e R\$ 3.060 BANESTES Consolidado (R\$ 3.205 em 31/12/2025).

Processos Cíveis - São demandas que tem por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere a pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada, dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

Processos Fiscais - O Sistema Financeiro BANESTES discute judicialmente e administrativamente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e caso aplicável o respectivo depósito judicial:

Natureza - Fiscal	Banestes Múltiplo				Banestes Consolidado			
	31/03/2026		31/12/2025		31/03/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	10.707	56.598	10.586	55.717	16.200	64.060	16.016	63.095
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991 (2)	28.365	39.227	27.895	38.576	28.365	39.227	27.895	38.576
Honorários - Diversas Ações	2.129	29	2.109	-	2.535	29	2.511	-
Outros	36	3.381	36	3.343	36	3.850	36	3.803
Total	41.237	99.235	40.626	97.636	47.136	107.166	46.458	105.474

(1) **Contribuições Previdenciárias e Terceiros** - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

(2) **IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991** - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R\$ 7.102 e o mesmo busca a devolução complementar do depósito judicial efetuado a maior conforme laudo pericial judicial.

Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e

Notas Explicativas

administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 6.035 BANESTES Múltiplo e Consolidado (R\$ 10.346 em 31/12/2025).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 254.831 BANESTES Múltiplo (R\$ 244.119 em 31/12/2025) e R\$ 308.733 BANESTES Consolidado (R\$ 296.225 em 31/12/2025).

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo perfazem um montante de R\$ 99 (BANESTES Múltiplo em 31/12/2025) e de R\$ 379 BANESTES Consolidado (R\$ 476 em 31/12/2025), referentes a questionamentos judiciais e administrativos de cunho tributário.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 254.106.600 ações ordinárias e 93.397.546 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencentes ao Estado do Espírito Santo.

b. Aumento de Capital - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2025 foi aprovado o aumento de capital social da Instituição no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) mediante a capitalização da reserva de lucros, com bonificação de ações. Após a aprovação do órgão regulador – Banco Central do Brasil – foi efetivado o aumento de capital, com a bonificação com emissão de 31.591.286 novas ações, emitidas ao custo unitário de R\$ 9,4962895781, sendo 23.100.600 ações ordinárias e 8.490.686 ações preferenciais, atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 10% de ações do mesmo tipo que possuíam na data de direito.

c. Reserva de Reavaliação de Imóveis de Uso Próprio - Em 31/10/2005 foram reavaliados os imóveis registrados no Ativo Permanente, no desdobramento de subgrupo “Imóveis de Uso”, Terrenos e Edificações. A realização dessa Reserva de Reavaliação no primeiro trimestre de 2026 por depreciação, foi de R\$ 9 (R\$ 11 em 2025) e IRPJ e CSLL R\$ 4 (R\$ 5 em 2025).

d. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/1976, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

Notas Explicativas

d.1 Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/1976 exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do período para a reserva legal.

d.2 Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do capital social, conforme estabelecido no estatuto social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do capital social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.
- **Reserva para Equalização de Dividendos** - está limitada a 20% do capital social e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.

e. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

e.1 Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976, como dividendo obrigatório.

Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, o BANESTES optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos Dividendos Obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

Base de Cálculo:	31/03/2026	31/03/2025
Lucro Líquido do período	90.703	54.542
Reserva Legal	(4.535)	(2.727)
Realização de Reserva de Reavaliação Transferidas para Lucros ou Prejuízos Acumulados	5	6
Base de Cálculo	86.173	51.821
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Obrigatórios do período	55.882	22.500
Juros sobre o Capital Próprio	55.882	22.500

e.2 Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no trimestre findo em 31/03/2026 no montante de R\$ 55.882 (R\$ 22.500 em 2025), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 479 (R\$ 165 em 2025), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 55.403 (R\$ 22.335 em 2025), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, *ad referendum* da AGO 2027.

Notas Explicativas

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos trimestres de 2026 e 2025:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2026	30.000	(257)	29.743	0,086329905
Juros sobre o Capital Próprio intermediário do 1º trimestre/2026	25.882	(222)	25.660	0,074480035
Total Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos do Período	55.882	(479)	55.403	0,160809940

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Total Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos do Período	22.500	(165)	22.335	0,071222172

e.3 Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 27/11/2023 a Política de Dividendos do BANESTES.

Em conformidade com sua Política de Dividendos, o Conselho de Administração do BANESTES aprovou as seguintes distribuições relativas ao exercício de 2026:

- 15 de dezembro de 2025:

- Calendário 2026: Aprovação do cronograma de pagamentos de JCP mensais para o próximo exercício.

- 23 de março de 2026:

- Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) intermediários, referentes ao 1º trimestre de 2026, no valor bruto unitário de R\$ 0,07448003515 por ação (ON e PN). O valor líquido a ser pago, já considerando a retenção de 17,5% de Imposto de Renda na fonte, será de R\$ 0,06144602900 por ação, excetuando-se dessa retenção os acionistas pessoas jurídicas comprovadamente isentas ou imunes. O pagamento será realizado no dia 13/04/2026. Terão direito aos proventos os acionistas posicionados na base acionária ao final do pregão de 26/03/2025. A partir de 27/03/2026, as ações passarão a ser negociadas "ex-direitos".

Os Fatos Relevantes pertinentes aos assuntos estão disponíveis no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

25.1 Planos de Aposentadoria - Seguridade Social - O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários a seus empregados. A modalidade do Plano II de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD.

Notas Explicativas

Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii> e <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto>, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação, foi 02/05/2017. O Regulamento do Plano III está disponível no endereço eletrônico da Baneses: <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-iii>

Foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, por meio da Portaria Previc n.º 471, de 26/05/2025, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2025, a alteração do Regulamento dos Plano II e III de Aposentadoria. As alterações aprovadas contemplam, principalmente, o aumento do limite máximo da contribuição normal dos Patrocinadores de 9% (nove por cento) para 10% (dez por cento), a partir do mês de competência julho/2025.

No primeiro trimestre de 2026, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 10% do salário de participação), corresponderam ao BANESTES Múltiplo R\$ 3.761 (R\$ 3.561 em 2025) e BANESTES Consolidado R\$ 3.986 (R\$ 3.747 em 2025). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os exercícios encerrados em 31/12/2025 e 31/12/2024 apresentaram resultado superavitário, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador, em função da definição dada pelo CPC 33 (R1) com relação a contabilização de um ativo atuarial, que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superavit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade de a empresa obter um benefício financeiro decorrente do superavit apresentado nos planos de benefícios.

25.2 Assistência à Saúde - O BANESTES também é um dos patrocinadores da Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro BANESTES - BANESCAIXA, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para assistência à saúde, na modalidade de autogestão.

Notas Explicativas

No primeiro trimestre de 2026, a contribuição mensal da patrocinadora equivaleu a 50% do valor estabelecido na tabela por faixa etária, para cada empregado, o que correspondeu ao BANESTES Múltiplo R\$ 2.896 (R\$ 2.122 em 2025) e BANESTES Consolidado R\$ 2.961 (R\$ 2.181 em 2025).

25.3 Outros Benefícios Concedidos a Empregados - O BANESTES e suas empresas controladas oferecem também aos seus empregados outros benefícios, tais como seguro de vida, acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas acima, totalizaram no primeiro trimestre de 2026 para o BANESTES Múltiplo R\$ 8.618 (R\$ 7.712 em 2025) e BANESTES Consolidado R\$ 8.973 (R\$ 7.961 em 2025).

26. LIMITES OPERACIONAIS

a. Índice de Basileia - Representa a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), conforme Resoluções n.º 4.955/2021 e n.º 4.958/2021, ambas do Conselho Monetário Nacional, demonstrando a solvência da empresa. O Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Consolidado Prudencial.

A apuração dos limites operacionais é efetuada de forma consolidada na qual o BANESTES é a Instituição líder.

Na tabela a seguir informamos os principais indicadores do BANESTES Consolidado Prudencial em 31/03/2026 e 31/12/2025. Todos os indicadores foram calculados em conformidade com as normas em vigor.

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	31/03/2026	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado	2.439.937	2.411.697
(-) Redução Ajustes Prudenciais	439.743	426.554
Ativos Intangíveis	379.593	384.449
Investimentos significativos em assemelhadas	55.312	40.355
Créditos tributários de diferença temporária	4.838	1.750
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	64.348	96.522
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	2.064.542	2.081.665
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	12.613.347	12.506.673
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.086.535	2.061.026
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAm pad)	-	5.075
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	357	340
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.700.239	14.573.114
Margem sobre o PR considerando IRRBB¹ e ACP²	521.016	551.488
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	14,04%	14,28%

1) IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

2) ACP - Adicional de Capital Principal.

Observação: Segundo a Resolução CMN n.º 4.958/2021 o fator F para requerimento mínimo de PR é igual a 0,0800, a partir da data-base de janeiro de 2019.

Notas Explicativas

BANESTES Consolidado Prudencial - Composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

b. Índice de Imobilização - Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.957/2021, o Índice de Imobilização em relação ao Patrimônio de Referência em 31/03/2026 para o Consolidado Prudencial é de 25,51% (25,07% em 31/12/2025), estando em conformidade com o máximo permitido pelo Banco Central do Brasil que é de 50%.

27. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

O BANESTES possui uma Diretoria de Gestão de Riscos e Controles e unidades específicas para a gestão dos riscos operacional, de crédito, de mercado e IRRBB, de liquidez, social, ambiental e climática, do gerenciamento de capital e Basileia, devidamente segregadas das unidades de negócios. Essa estrutura é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição e conta ainda com comitês específicos que analisam e deliberam acerca das matérias ligadas à gestão de risco, submetendo-as ao Colegiado de Diretoria e ao Conselho de Administração.

Para mais informações a respeito do gerenciamento de riscos e de capital do BANESTES, acesse o nosso Relatório de Gerenciamento de Riscos na seção Relações com Investidores/Governança Corporativa/Gerenciamento de Riscos em <https://ri.banestes.com.br/governanca-corporativa/gerenciamento-de-riscos>.

Análise de Sensibilidade

Procurando estar em conformidade com as práticas de governança corporativa e gestão de risco, o BANESTES realiza as suas operações dentro dos limites operacionais, no qual cada operação que é realizada pela Instituição, dependendo dos objetivos, pode ser classificada da seguinte forma, de acordo com a Resolução n.º 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional, e com a Resolução BCB n.º 111/2021, do Banco Central do Brasil, que se baseia nos conceitos de carteira definidos pelo Acordo de Basileia:

- Carteira de negociação (*Trading*);
- Carteira bancária (*Banking*).

Atrelado a essas classificações, o BANESTES realiza a análise de sensibilidade das suas posições classificadas na carteira de negociação (*Trading*) e na carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

A exposição ao risco de mercado do conglomerado e de suas empresas subsidiárias é avaliada continuamente, segregada e/ou conjuntamente, visando a mantê-la em níveis considerados aceitáveis.

Notas Explicativas

Quadro de Análise de Sensibilidade

Para a construção dos cenários que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram consideradas as condições existentes em 31/03/2026.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa prefixada de juros	(2.417)	(55.913)	(103.969)
Índices de Preços	(3.723)	(82.285)	(146.827)
Moedas	-	-	-
Fundos	(4.267)	(106.666)	(213.332)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

A carteira considerada na análise de sensibilidade, sujeita ao risco de mercado, incluindo posições classificadas na carteira de negociação (*Trading*) e na carteira bancária (*Banking*), é composta por títulos públicos, títulos privados, moedas estrangeiras e fundos de investimento.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O gerenciamento de capital do BANESTES engloba todas as instituições que fazem parte do conglomerado prudencial, abrangendo o BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e a BANESTES DTVM - BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A estrutura de gerenciamento de capital é composta pelos seguintes itens:

- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital;
- Sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital;
- Avaliação dos impactos no capital dos resultados do programa de testes de estresse;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de 03 anos;
- Plano de contingência de capital;
- Avaliação da adequação do capital; e
- Relatórios gerenciais tempestivos.

O BANESTES adota o modelo Padronizado para a apuração das parcelas que compõem o total dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA (*Risk Weighted Assets*), que prevê metodologia de cálculo para requerimento de capital regulatório para os riscos de Crédito, Mercado, Operacional e serviços de pagamentos, definidas pelo órgão regulador nacional.

Notas Explicativas

O requerimento mínimo de PR para fazer face aos riscos é composto por:

- a) o valor da parcela de Ativos Ponderados pelo Risco - RWA, sendo composta pelo somatório das parcelas de risco de crédito (RWACPAD), mercado (RWAMPAD), operacional (RWAOPAD) e de serviços de pagamento (RWAsp), multiplicado pelo fator "F", com o valor de 8%;
- b) o valor de PR mantido para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB).

O gerenciamento de riscos e de capital é de responsabilidade de cada um dos colaboradores, sendo que as políticas e metodologias estão descritas em normas internas e são revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo compatíveis com a natureza das operações e complexidade dos serviços e produtos oferecidos pela Instituição. É de responsabilidade do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital - COGIC propor recomendações ao Conselho de Administração sobre as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos e de capital destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na Declaração de Apetite por Riscos - RAS.

Além disto, cada Instituição do Conglomerado Prudencial é responsável pelo gerenciamento de seu capital, devendo repassar à Gerência de Análise de Riscos Integrados - GERIS as informações referentes aos riscos para consolidação e divulgação nos relatórios de acordo com as políticas internas do BANESTES. Tais relatórios contemplam, no mínimo, as seguintes informações:

- a) valor apurado de PR;
- b) valores apurados das parcelas de RWA e IRRBB;
- c) informações analíticas relativas aos riscos de crédito, de mercado e operacional;
- d) informações das projeções e acompanhamento do orçamento;
- e) informações e análises dos testes de estresse;
- f) informações e análises de cálculo de validação (*backtesting*).

A GERIS - Gerência de Análises de Riscos Integrados efetua o monitoramento mensal dos indicadores conforme Plano de Capital, além de produzir relatórios gerenciais tempestivos para envio ao COLED, COGIC e CONSE versando sobre eventuais deficiências da estrutura de gerenciamento de capital, ações para corrigi-las, e adequação dos níveis do PR, do Nível I e do Capital Principal aos riscos incorridos.

O Índice de Basileia faz parte do conjunto de indicadores monitorados e avaliados no processo de Gerenciamento de Capital, e tem por finalidade medir a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos.

Notas Explicativas

O Plano de Contingência de Capital deve ser executado quando o Índice de Basileia - IB não estiver em conformidade com a tolerância ao risco indicada na RAS mediante acionamento do Colegiado da Diretoria - COLED do BANESTES e Conselho de Administração - CONSE, para adoção de medidas visando o aumento do capital mantido pela Instituição e/ou redução dos riscos, no qual essa decisão deve levar em consideração as condições de mercado e outras variáveis que julgarem necessárias.

28. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Acordo de Compensação Financeira - O BANESTES tem celebrado com certas contrapartes acordos de compensação ao amparo da Resolução n.º 3.263/2005, do Conselho Monetário Nacional. Tais acordos estabelecem, de modo geral, a compensação das obrigações decorrentes das operações bancárias vigentes e futuras cursadas com tais contrapartes. O registro dos acordos de compensação é feito na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão. O BANESTES possuía em 31/03/2026 o valor de R\$ 227.489 (R\$ 222.242 em 31/12/2025) em instrumentos vinculados aos acordos de compensação com o Sicredi e o Safra.

b. Receitas de Prestação de Serviços

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas de Prestação de Serviços	33.633	31.373	58.709	49.316
Administração de Fundos de Investimento	-	-	9.373	6.735
Rendas de Garantias Prestadas	276	24	276	24
Receitas de Corretagens de Câmbio	60	59	60	59
Anuidade de Cartões	4.118	4.048	4.118	4.048
Outras Tarifas de Cartões	50	53	50	53
Tarifa de Intercâmbio	16.145	15.318	16.145	15.318
Credenciamento	20	23	20	23
Tarifas de Arranjo	6	7	6	7
Pix	1.459	551	1.459	551
Outros Serviços Relac. a Transações de Pagamento	71	23	71	23
Cobrança	3.797	3.981	3.647	3.857
Serviços de Custódia e Transferência de Fundos	243	206	243	206
Rendas de Serviços Prestados a Ligadas	2.642	2.508	-	-
Receita com Comissões em Comercialização e Serviços de Seguros, Previdência e Capitalização	-	-	18.495	11.404
Outros Serviços	4.746	4.572	4.746	7.008
Rendas de Tarifas Bancárias	40.970	40.805	40.967	40.798
Pacote de Serviços- Pessoas Físicas	23.098	22.058	23.098	22.058
Tarifas de Serviços Prioritários	2.625	2.776	2.625	2.776
Tarifas de Serviços Diferenciados	84	219	84	219
Tarifas de Serviços Especiais	613	630	613	630
Pacote de Serviços- Pessoas Jurídicas	5.755	5.822	5.755	5.822
Outras Rendas de Tarifas Bancárias	8.795	9.300	8.792	9.293
Total de Receita de Prestação de Serviços e de Rendas de Tarifas Bancárias	74.603	72.178	99.676	90.114

O valor líquido das rendas de Cartões frente aos programas de fidelidade é de R\$ 20.909 (R\$ 19.016 em 2025).

Notas Explicativas**c. Outras Receitas Operacionais**

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Reversão de Provisão Fiscais	-	-	-	225
Atualização Monetária de Dep. Judiciais	4.680	2.620	4.810	2.741
Outras Receitas de Operações de Seguros	-	-	183	182
Variações Cambiais Ativas	39	176	39	176
Variações Monetárias Ativas	-	-	5	17
Recuperação de Encargos e Despesas	845	681	845	681
Reversão de Provisões Recursos Humanos	49	1.246	97	1.589
Reversão de Provisões Operacionais não Relacionadas ao Risco de Crédito	26	-	26	-
Reversão de Provisão - Outras	882	2.815	882	2.815
Reversão de Provisão - Cont. Cível	284	1.578	1.131	1.683
Direito de Balcão	-	-	113	113
Outras Rendas Operacionais	87	13	149	243
Total	6.892	9.129	8.280	10.465

d. Despesas de Pessoal

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Honorários - Conselheiros (Adm. e Fiscal) e Diretoria	(1.375)	(1.362)	(2.769)	(2.614)
Proventos	(66.508)	(84.531)	(70.744)	(89.896)
Benefícios	(20.449)	(17.501)	(21.507)	(18.479)
Encargos Sociais	(28.589)	(28.325)	(31.054)	(29.918)
Treinamento	(515)	(613)	(580)	(616)
Remuneração de Estagiários	(4.329)	(3.869)	(4.863)	(4.268)
Total	(121.765)	(136.201)	(131.517)	(145.791)

e. Outras Despesas Administrativas

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Depreciação e Amortização	(32.898)	(25.133)	(33.704)	(25.892)
Despesa Financeira de Arrendamento	(2.256)	(1.774)	(2.387)	(1.944)
Serviços de Terceiros	(7.496)	(8.232)	(10.361)	(10.683)
Serviços Técnicos Especializados	(17.535)	(17.093)	(18.460)	(17.915)
Processamento de Dados	(18.898)	(13.052)	(19.362)	(13.291)
Aluguéis	(97)	(1.584)	(120)	(1.594)
Manutenção e Conservação de Bens	(6.679)	(4.943)	(6.764)	(5.023)
Serviços de Vigilância e Segurança	(6.565)	(6.029)	(6.651)	(6.119)
Transporte	(2.329)	(2.656)	(2.463)	(2.701)
Comunicações	(3.438)	(4.168)	(3.497)	(4.229)
Serviços do Sistema Financeiro	(1.286)	(1.254)	(1.333)	(1.292)
Propaganda e Publicidade	(6.780)	(4.745)	(6.916)	(4.989)
Promoções e Relações Públicas	(5.685)	(3.003)	(5.790)	(3.054)
Água, Energia e Gás	(1.859)	(1.738)	(1.929)	(1.801)
Contribuições a Entidades Associativas	(497)	(473)	(514)	(488)
Material	(748)	(433)	(755)	(448)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(896)	(884)	(902)	(891)
Viagem no País	(551)	(255)	(578)	(306)
Publicações	(374)	(225)	(562)	(433)
Contribuições Filantrópicas	-	(181)	(3)	(181)
Seguros	(146)	(108)	(87)	(89)
Outras	(1.063)	(1.045)	(1.563)	(1.893)
Total	(118.076)	(99.008)	(124.701)	(105.256)

Notas Explicativas**f. Despesas Tributárias**

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Contribuição a COFINS	(17.941)	(16.059)	(23.670)	(21.393)
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(3.795)	(3.578)	(4.976)	(4.638)
Contribuição ao PIS/PASEP	(2.915)	(2.610)	(3.981)	(3.606)
IPTU/ITBI	(439)	(407)	(440)	(408)
Outras	(153)	(37)	(162)	(53)
Total	(25.243)	(22.691)	(33.229)	(30.098)

g. Provisões para Contingências e Outras Despesas Operacionais

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Provisões para Contingências	(6.308)	(9.165)	(6.900)	(14.479)
Contingências Fiscais	(611)	(589)	(678)	(5.708)
Contingências Trabalhistas	(3.356)	(4.365)	(3.373)	(4.417)
Contingências Cíveis	(2.341)	(4.211)	(2.849)	(4.354)
Outras Despesas Operacionais	(23.796)	(40.668)	(38.537)	(54.423)
Despesas Operacionais com Cartão de Crédito	(9.636)	(16.762)	(9.636)	(16.762)
Despesas com Angariações de Seguros	-	-	(9.686)	(6.920)
Ressarcimento de Custos	(2.027)	(1.440)	(2.027)	(1.440)
Banco 24 Horas - Tecnologia Bancária	(996)	(1.575)	(996)	(1.575)
Despesas c/ Serviços Associados a Trans. Pagamento	(193)	(182)	(193)	(182)
Operações de Crédito - Desc. Conced. em Renegociações	(3.056)	(3.618)	(3.056)	(3.618)
Tarifas Diversas	(4.436)	(3.799)	(4.436)	(3.810)
Demais Despesas com Operações de Seguros	-	-	(3.597)	(4.956)
Variações Cambiais Passivas	(2)	(2)	(2)	(2)
Variações Monetárias Passivas	(838)	(1.808)	(838)	(1.808)
Despesas de Repasse - Custo de Apólices	-	-	(250)	(361)
Despesas com Inspeção de Riscos	-	-	(214)	(262)
Portabilidade - Ressarc. Custo de Originação	-	(656)	-	(656)
Despesas com Processos Cíveis	(41)	(33)	(41)	(34)
Despesas de Cobrança - Seguros	-	-	-	(11)
Despesas com Processos Recursos Humanos	-	(2)	-	(2)
Encargos Sociais - INSS - Proc. Trabalhistas	(215)	(276)	(215)	(276)
Outras Despesas Operacionais	(2.356)	(10.515)	(3.350)	(11.748)
Total de Provisão para Contingências e Outras Despesas Operacionais	(30.104)	(49.833)	(45.437)	(68.902)

h. Resultado Não Operacional

	Banestes Múltiplo		Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Receitas não Operacionais	393	449	590	637
Lucros na Alienação de Valores e Bens	178	-	178	-
Reversão de Provisões não Operac. - Outras	182	259	182	259
Rendas de Aluguéis	24	95	221	95
Outras Rendas não Operacionais - Outras	9	95	9	283
Despesas não Operacionais	(499)	(1.420)	(507)	(1.421)
Perdas de Capital	(351)	(469)	(358)	(469)
Despesas de Provisões não Operac. - Outras	-	(33)	-	(33)
Prejuízos na Alienação de Valores e Bens	(21)	-	(21)	-
Outras Despesas não Operacionais	(127)	(918)	(128)	(919)
Resultado não Operacional	(106)	(971)	83	(784)

Notas Explicativas

i. Resultado com Resseguro

	Banestes Consolidado	
	31/03/2026	31/03/2025
Resultado com Resseguro	149	(170)
Receitas com Resseguro	149	(170)
Indenizações de Sinistros	114	48
Variação com IBNR	35	(218)

j. Administração de Fundos de Investimentos - O Sistema Financeiro BANESTES gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimentos de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimentos em favor dos investidores. As Demonstrações Financeiras desses fundos não estão incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

A BANESTES DTVM S.A. passou a ser a responsável pela administração dos fundos de investimento, que antes eram administrados pelo BANESTES S.A. O patrimônio líquido de cada fundo está apresentado a seguir:

Fundos	31/03/2026	31/12/2025
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	116.799	123.660
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	155.181	150.251
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.433.802	1.396.412
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	31.247	33.188
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	80.980	88.586
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	4.041.454	4.019.649
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	587.133	527.740
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	207.640	201.896
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	449.894	432.316
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	47.966	52.017
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.725	7.586
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	260.224	256.654
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	361.882	362.008
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	5.116	5.386
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	165.317	160.171
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	9.882	8.626
FUNSES FIC FIM	993.993	935.536
BANESTES Invest Facil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	2.936	2.298
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	21.409	20.503
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	17.804	17.574
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	15.030	13.135
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	6.148	5.913
Banestes Reserva Climática FIF Renda Fixa Referenciado DI Responsabilidade Limitada	1.180.663	1.145.075
Banestes Adm.Rec. Terc. - Banestes FIF Banestes Tenax	13.082	12.275
Banestes Adm. Rec. Terc.- FIF- Banestes FIF Soberano Simples	111.036	107.327
Banestes Adm. Rec. Terc.- FIF- Banestes Synergy	6.892	6.274
Total	10.331.235	10.092.056

k. Resultados Recorrentes / Não recorrentes

Nos trimestres findos em 31/03/2026 e 31/03/2025, não foram reconhecidos resultados não recorrentes.

l. Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo (RTC), instituída pela Emenda Constitucional n.º 132/2023, promove uma grande alteração no sistema tributário nacional. Este novo modelo foi implantado pelas Leis Complementares n.º 214/2025 e n.º 227/2026, que consolidaram as bases do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), além de regulamentarem a atuação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS).

Notas Explicativas

O cronograma de transição estabelece a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao encerramento de 2026, com a substituição integral pela CBS a partir de 2027. Paralelamente, o IBS terá sua implementação iniciada de forma gradual em 2029, culminando na supressão definitiva do ISS até 2032.

No tocante ao setor financeiro, as alíquotas de IBS/CBS seguirão uma progressão escalonada, com início projetado em 10,85% e evolução gradual até atingirem o patamar de 12,50% em 2033. Em contrapartida, estima-se que as tarifas atualmente oneradas pelo ISS experimentem uma redução em suas alíquotas ao longo do mesmo intervalo temporal.

Por fim, o Banco mantém o monitoramento contínuo da evolução normativa e das regras infralegais exaradas pela Receita Federal e pelo CGIBS. Ressaltamos a necessidade de adaptação dos sistemas e processos internos às exigências vigentes a partir de 2026, embora, no presente estágio, ainda não seja possível mensurar com precisão a totalidade dos impactos financeiros decorrentes deste processo de transição.

m. Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC)

m.1 Recolhimento antecipado de contribuições ordinárias

Em 25 de março de 2026, em observância ao Comunicado 05/2026 do FGC, a Instituição realizou o aporte extraordinário de R\$ 126.536 referente à antecipação de 60 (sessenta) meses das contribuições ordinárias mensais.

A liquidação financeira ocorreu mediante a utilização de saldos mantidos em contas de Reservas Bancárias junto ao Banco Central do Brasil, amparada pela regulamentação que permitiu que a totalidade desse valor seja abatida dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista para esta finalidade sistêmica.

O valor recolhido está registrado como Despesa Antecipada no Ativo, sendo amortizado mensalmente à razão de 1/60 (um sessenta avos) contra o resultado do período.

A partir da Base de Cálculo das Contribuições Ordinárias, mensalmente é apurado o valor da despesa de Contribuição Ordinária do mês e é feito um ajuste financeiro junto ao FGC, com pagamento ou recebimento da diferença em relação ao 1/60 que foi pago antecipadamente, de modo que o efeito em resultado decorrente dessa antecipação é nulo.

Destaca-se que essa é uma circunstância sistêmica. Isto é, as instituições associadas ao FGC estão obrigadas a atender aos preceitos do referido comunicado. De acordo com essa regulamentação, a medida tem por finalidade assegurar a solidez patrimonial do FGC e garantir a plena capacidade de cumprimento de suas obrigações, em estrita observância à legislação vigente e às disposições estatutárias.

m.2 Compromissos Adicionais (2027-2028)

Novas antecipações de fluxo de caixa ao FGC estão previstas, conforme cronograma estabelecido no referido

Notas Explicativas

comunicado:

- Exercício de 2027: Antecipação equivalente a 12 meses de contribuição ordinária.
- Exercício de 2028: Antecipação equivalente a 12 meses de contribuição ordinária.

29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras em 13 de maio de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 13 de maio de 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carla Barreto
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Marcos Travaglia
José Amarildo Casagrande
José Roberto Macedo Fontes
Marcello Rinaldi
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

Carlos Artur Hauschild (Presidente Interino)
Alcio de Araujo
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Célia Lúcia Vieira
Eliseu José Fidêncio
Murilo de Campos Cuestas
Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Christiano Santos Corrêa
Mário Zan Barros (Coordenador)
José Roberto Macedo Fontes

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC-ES 020.893/O-0

www.banestes.com.br

Notas Explicativas



demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

1º TRIMESTRE DE 2026

Notas Explicativas

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO CONSOLIDADAS EM IFRS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	2
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	6
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	8
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	11
4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS	30
5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	33
6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	46
7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS	47
8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	48
9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL	49
10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	49
11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	53
12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	54
13. OUTROS ATIVOS	55
14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	56
15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS	56
16. ATIVOS INTANGÍVEIS	56
17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO	57
18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO	57
19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO	58
20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	58
21. OUTROS PASSIVOS	60
22. OPERAÇÕES DE SEGUROS	61
23. MARGEM FINANCEIRA	62
24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	63
25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO	63
27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	63
28. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS	64
29. DESPESAS DE PESSOAL	64
30. PROVISÕES	64
31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	64
32. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	65
33. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	65
34. RESULTADO POR AÇÃO	66
35. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	66
36. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	67
37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	68
38. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	69
39. OUTRAS INFORMAÇÕES	70
40. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	71

Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.505.262	1.918.306
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	5-7-10	467.460	513.268
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	16.677.699	15.131.579
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		16.677.699	15.131.579
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	19.413.579	20.384.883
Créditos a Instituições Financeiras		5.115.191	5.755.762
Empréstimos e Recebíveis		12.354.334	12.220.771
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		1.944.054	2.408.350
Operações de Seguros		27.664	27.602
Outros Ativos	13	776.224	653.137
Ativos Fiscais Diferidos	12	400.587	383.425
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	46.697	48.243
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	213.026	219.409
Ativos Intangíveis	16	401.623	404.959
Total do Ativo		39.929.821	39.684.811

PASSIVO	Notas	31/03/2026	31/12/2025
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	7-8-17	9.760.708	10.024.879
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	7-8-18	24.567.980	24.068.733
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	7-8-19	1.440.887	1.284.761
Passivos de Impostos Correntes		10.345	5.070
Passivos de Operações de Seguros		80	79
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	21.070	24.793
Passivos para Sinistros Ocorridos	22b	18.531	25.607
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22c	11.515	11.515
Provisões	20	180.235	178.665
Outros Passivos	21	1.436.190	1.614.541
Passivos Fiscais Diferidos	12a	23.656	22.937
Patrimônio Líquido			
Capital Social	36	1.900.000	1.900.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(27.952)	(21.371)
Reservas de Lucros		544.597	544.602
Lucros/Prejuízos Acumulados		41.979	-
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.458.624	2.423.231
Total do Patrimônio Líquido		2.458.624	2.423.231
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		39.929.821	39.684.811

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Trimestre	
		31/03/2026	31/03/2025
Receitas Financeiras		1.394.758	1.208.780
Despesas Financeiras		(1.016.083)	(863.385)
Margem Financeira	23	378.675	345.395
Receitas de Prestação de Serviços e Comissões		98.699	85.002
Despesas de Prestação de Serviços e Comissões		(40.498)	(38.799)
Resultado de Prestação de Serviços e Comissões	24	58.201	46.203
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	25	28.572	14.425
Resultado de Seguros e Previdência	27	50.432	39.085
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	28	(98.320)	43.581
Despesa de Pessoal	29	(140.529)	(154.038)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		5.773	7.746
Provisões	30	(5.856)	(12.571)
Despesas Tributárias	31	(33.229)	(30.098)
Outras Despesas Administrativas	32	(116.192)	(95.334)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	33	(8.750)	(16.573)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		118.777	187.821
Impostos Correntes	12	(32.033)	(43.895)
Impostos Diferidos	12	11.112	(32.271)
Lucro Líquido do Trimestre	34	97.856	111.655
Resultado do Trimestre Atribuível aos:			
Acionistas Controladores		97.856	111.655
Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)		347.504	315.912
Ações Ordinárias		254.107	231.006
Ações Preferenciais		93.397	84.906
Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)	34	0,28	0,35

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO
 Em milhares de reais

	Notas	Trimestre	
		31/03/2026	31/03/2025
Lucro Líquido do Trimestre		97.856	111.655
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes	10	(6.581)	11.410
Ganhos (Perdas) Transferidos ao Resultado por Alienação	10	(8.081)	20.654
Efeito em Impostos	10	(3.513)	-
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos		(6.581)	11.410
Resultado Abrangente do Trimestre		91.275	123.065
Resultado Abrangente do Trimestre Atribuível aos:			
Acionistas Controladores		91.275	123.065

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.600.000	745.022	(31.477)	-	2.313.545
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	(22.500)	(22.500)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	-	-	(22.500)	(22.500)
Resultado Abrangente Total	-	-	11.410	111.655	123.065
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	111.655	111.655
Outros Resultados Abrangentes	-	-	11.410	-	11.410
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	11.410	-	11.410
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	-	-	(128.710)	(128.710)
Outras movimentações	-	-	-	(128.710)	(128.710)
Saldos Finais em 31 de março de 2025	1.600.000	745.022	(20.067)	(39.555)	2.285.400

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.900.000	544.602	(21.371)	-	2.423.231
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	(55.882)	(55.882)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	-	-	(55.882)	(55.882)
Resultado Abrangente Total	-	-	(6.581)	97.856	91.275
Lucro Líquido do Trimestre	-	-	-	97.856	97.856
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(6.581)	-	(6.581)
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	(6.581)	-	(6.581)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	(5)	-	5	-
Outras movimentações	-	(5)	-	5	-
Saldos Finais em 31 de março de 2026	1.900.000	544.597	(27.952)	41.979	2.458.624

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO
Em milhares de reais

	Notas	Trimestre	
		31/03/2026	31/03/2025
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		(402.655)	245.626
Lucro Líquido do Trimestre Ajustado		(352.449)	(340.493)
Lucro Líquido do Trimestre		97.856	111.655
Ajustes ao Lucro		(450.305)	(452.148)
Depreciação e Amortização	15-16	33.704	25.892
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros		98.320	(43.581)
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		(28.567)	(17.291)
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(510.528)	(400.103)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		(74.523)	(106.794)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		2.387	1.943
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		5.769	12.571
Ajuste de Provisão - Outras		2.212	(951)
Despesas de Impostos Correntes		32.033	43.895
Despesas com Impostos Diferidos		(11.112)	32.271
Variação Líquida nos Ativos e Passivos		(50.206)	586.119
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		(8.586)	(32.974)
Reservas no Banco Central		124.223	(17.483)
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		43.533	(77.905)
Empréstimos e Recebíveis		(222.953)	(448.297)
Operações de Seguros		(62)	(60)
Outros Ativos		(123.088)	99.712
Depósitos de Clientes		499.247	(167.274)
Recursos de Instituições Financeiras		(264.171)	1.260.506
Títulos de Dívida Emitidos		156.126	179.817
Impostos Pagos		(32.089)	(124.345)
Passivos de Operações de Seguros		1	(3.203)
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		(3.723)	11.100
Passivos para Sinistros Ocorridos		(7.076)	(10.214)
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		-	-
Passivo de Arrendamento		(5.024)	16.435
Outros Passivos e Provisões		(206.564)	(99.696)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		(507.378)	3.069.719
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		-	(34)
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(6.714.454)	(47.750)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		5.624.188	3.271.154
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(120.900)	(227.483)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		620.520	97.839
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(6.099)	(8.318)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	4.454	3.658
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(4.418)	(22.213)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	-	(2.712)
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(15.526)	(49.723)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	14.104	12.627
Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(18.145)	(37.728)
Baixa de Ativos Intangíveis	16	-	17

Notas Explicativas

Juros Recebidos		108.898	80.385
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamento		(28.250)	(22.200)
Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(28.250)	(22.200)
Dividendos pagos			
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(938.283)	3.293.145
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	6.112.398	4.396.353
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	5.174.115	7.689.498

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

Referente ao Trimestre findo em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“BANESTES”, “Banco”, “Instituição”) é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria, a BANESTES Loteria S.A., que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a. **Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 13 de maio de 2026 (Nota 40).
- b. **Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.
- c. **Base para Consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., e de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Notas Explicativas

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			31/03/2026	31/12/2025
Entidades Financeiras no País				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100%
Entidades Não Financeiras no País				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev, e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%
BANESTES Loteria S.A. *	Casa Lotérica	Integral	100,00%	100%
Fundos de Investimento				
BANESTES Fic Meza I em Cotas de FI em Direitos Creditorios Responsabilidade Limitada**	Fundos de Investimento	Integral	100,00%	100%

*A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

** O Fundo BANESTES FIC MEZA foi criado pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em dezembro de 2024.

d. Adoção de Novas Normas e Interpretações – a partir de 01 de janeiro de 2026 as seguintes alterações de normas foram adotadas:

- Emendas do IFRS 9 e IFRS 7:** Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. As emendas são efetivas para os períodos de relatório iniciados a partir 1º de janeiro de 2026 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Notas Explicativas

- e. **Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes em Vigor em Exercícios Futuros**
- **Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. Estas alterações são efetivas para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
 - **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 traz consigo a introdução de novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Além disso, requer a divulgação em explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações entram em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
 - **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações: que permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma é eficaz para os períodos de comunicação com início em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação anterior. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
 - **Emenda ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária:** esclarece os procedimentos a serem aplicados quando uma entidade passa a apresentar suas demonstrações financeiras em uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29. A alteração define como devem ser traduzidos os valores comparativos e os saldos quando ocorre essa mudança, visando assegurar que as informações permaneçam relevantes, consistentes e comparáveis ao longo do tempo. As emendas não alteram os critérios de reconhecimento ou mensuração, limitando-se a esclarecer os requisitos de tradução previstos na IAS 21, inclusive quanto à aplicação retrospectiva e ao tratamento dos efeitos da inflação na moeda de apresentação. Os impactos concentram-se exclusivamente nas divulgações e na forma de apresentação das demonstrações financeiras, sem efeitos sobre o desempenho ou a posição financeira da entidade. A emenda é efetiva para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Notas Explicativas

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

a. Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como “Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial”.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como “Receitas Financeiras”.

c. Ativos e Passivos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

• Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

• Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

Notas Explicativas

• Avaliação do modelo de negócio

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

• Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

• c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

Notas Explicativas

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origem.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

2. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio*

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios. Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

3. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais
- (iii) quanto pela venda.

Notas Explicativas

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

4. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos ao valor justo por meio do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

c.3. Reclassificação de instrumentos financeiros

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no trimestre.

c.4. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

1. Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Notas Explicativas

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

2. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existentes são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

c.5. Derivativos

Os derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado e contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco

Notas Explicativas

de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* - LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.

Notas Explicativas

- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.
- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

Notas Explicativas

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio* – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como “Outras Despesas” no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda”.

f. Ativos Imobilizados

f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Notas Explicativas

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como “Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado”.

f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2026 e 2025
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

h. Operações de Arrendamento

h.1 Arrendatário

Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

Notas Explicativas

Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 - Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

Notas Explicativas

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Expediente prático de reconhecimento do arrendamento

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

h.2 Arrendador

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

i. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

Notas Explicativas

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No primeiro trimestre de 2026, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição.

j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

k. Operações de Seguros

Os contratos de seguro emitidos pela Seguradora, sob a ótica do IFRS 17 referem-se a contratos de seguros, contratos de resseguros cedidos. Esses contratos, de acordo com o disposto no normativo IFRS 17, deverão ser mensurados. Segundo a definição da Norma, um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

A composição da carteira de produtos de seguros está segregada em:

- Carteira de Danos: composta por seguros com vigência de até 12 meses como Riscos Diversos, Compreensivo Residencial, Compreensivo Empresarial e Grupo Automóvel.
- Carteira de Pessoas:
 - Seguros de Curto Prazo: abrange os produtos das carteiras de Acidentes Pessoais Individual e Prestamista Individual.
 - Seguros de Pessoas de Longo Prazo: composta por produtos coletivos, que possuem faturamento mensal, como o Seguro de Vida e Seguro Prestamista.

Nível de agregação

Para realizar a agregação dos contratos de seguros, exigência definida no Normativo IFRS17, a Seguradora realizou a agregação dos seus contratos de seguros considerando a semelhança dos riscos e ainda, serem administrados em conjunto. Esses níveis de agregação foram então segregados por safras trimestrais. Posteriormente segregou os grupos de contratos em contratos lucrativos no reconhecimento inicial, que não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente e um grupo de contratos restantes, se houver.

Notas Explicativas

Reconhecimento do contrato

A Seguradora reconhece um grupo de contratos de seguro que emitir a partir do que ocorrer primeiro entre:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data de quando o primeiro pagamento de um titular da apólice do grupo vencer;
- para um grupo de contratos onerosos, quando o grupo se torna oneroso.

Obedecidos os critérios de reconhecimento, os novos contratos são reconhecidos dentro do período das demonstrações financeiras.

Mensuração

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC - *Liability for Remaining Coverege*), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear pro rata dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo e Prestamista foi adotada a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC - *Liability for Remaining Coverege*), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC - *Liability for Incurred Claims*) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

Notas Explicativas

Taxa de desconto

Tendo como propósito ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo, a Seguradora adota as curvas livres de riscos (ETTJ) divulgada pela Superintendência de Seguros Privados, acrescida do prêmio de liquidez das aplicações financeiras, excluindo os efeitos do risco não financeiro relacionados aos fluxos de caixa.

Nesse cenário, a Seguradora definiu pela utilização da abordagem *bottom-up*.

Ajuste de risco

A Seguradora ajusta a sua estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a remuneração que ela requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A metodologia utilizada pela Seguradora, para os seguros de pessoas, partiu da adoção de modelos estocásticos através da simulação de múltiplos cenários para se obter o *Best Estimate Liability* (BEL) de 44,88%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 15,17%, enquanto que para os seguros prestamista o *Best Estimate Liability* (BEL) obtido foi de 27,66%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 9,40%.

Margem de serviço contratual

Ocorre o reconhecimento da Margem de Serviço Contratual (CSM) de cada período, tendo o seu reconhecimento em cada unidade de cobertura, registrando a Margem de Serviço Contratual no final de cada período. Esse resultado é contabilizado considerando a poderação pelo fator de exposição ao risco.

k.1. Apuração do Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC)

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por quatro componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Descontos;
- iii) Ajuste para o Risco Não Financeiro;
- iv) Margem de Serviço Contratual.

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Os descontos referem-se ao cálculo para trazer a valor presente os fluxos de obrigações. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência). A Margem de Serviço Contratual representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

Notas Explicativas

Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - *Incurred But Not Paid*). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e
- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como *top-down* e *bottom-up*.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem *bottom-up*. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou *swaps* interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente transladados para a curva de desconto dos

Notas Explicativas

passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou *swaps* interbancários.

O ponto de partida da abordagem *top-down*, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem *top-down*.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem *bottom-up* tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem *top-down* seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem *bottom-up*, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios, considerando também o prêmio de liquidez, quando aplicável.

I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros

Notas Explicativas

incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que devessem ser divulgados.

m. Garantias Financeiras

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como “Receitas de Prestação de Serviços e Comissões”.

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor e classificada em “Provisões”.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 31 de março de 2026, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R\$ 83 (R\$ 115 em 31 de dezembro de 2025).

n. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

n.1. Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

n.2. Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o

Notas Explicativas

fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como “Despesas de Pessoal” na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 37.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

n.3. Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

n.4. Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

o. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte

Notas Explicativas

integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas

é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

q. Impostos sobre o Lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com

Notas Explicativas

base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

r. Outros Tributos

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como “Outras Despesas”, dentre os quais se destacam:

PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%;

ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

s. Patrimônio Líquido

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais

não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

s.1. Custos de Emissão de Ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

s.2. Lucro por Ação

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESTES com efeito de diluição.

4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as

Notas Explicativas

estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

• Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem

principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

• Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;
- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na

Notas Explicativas

revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados apresentados.

• Ativos Fiscais Diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

• Provisões Técnicas de Seguros

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Notas Explicativas

• Provisões e Passivos Contingentes

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

• Plano Benefício Pós-Emprego

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando ocorrer.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e

Notas Explicativas

atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	31/03/2026	31/12/2025
Alienação Fiduciária	6.232.121	6.227.150
Aval/ Fiança/ Caução	111.690	110.850
Cessão/ Consignação	157.161	158.836
Hipoteca/ Penhor	1.620.734	1.605.919
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	4.187	4.187
Total	8.125.893	8.106.942

(*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do trimestre.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	31/03/2026	31/12/2025
Imóveis	38.326	40.396
Veículos	9.872	9.122
Outros	-	-
Subtotal	48.198	49.518
Provisão p/ Desvalorização	(1.501)	(1.275)
Valor Líquido	46.697	48.243

Notas Explicativas

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos financeiros ao VJORA	31/03/2026				31/12/2025			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	16.677.699	-	-	16.677.699	15.131.579	-	-	15.131.579
Letras Fin. do Tesouro - LFT	15.326.518	-	-	15.326.518	13.139.942	-	-	13.139.942
Letras do Tesouro Nacional - LTN	60.784	-	-	60.784	733.964	-	-	733.964
Notas Fin. do Tesouro - NTN	844.808	-	-	844.808	721.512	-	-	721.512
Debêntures	445.589	-	-	445.589	536.161	-	-	536.161
Total	16.677.699	-	-	16.677.699	15.131.579	-	-	15.131.579

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/03/2026				31/12/2025			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	5.115.191	-	-	5.115.191	5.755.762	-	-	5.755.762
Aplicações no mercado aberto	4.775.732	-	-	4.775.732	5.427.436	-	-	5.427.436
Aplicações em depósitos interfinanceiros	339.459	-	-	339.459	328.326	-	-	328.326
Instrumento de Dívida e Patrimônio	1.926.619	-	17.435	1.944.054	2.402.982	-	5.368	2.408.350
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	506.134	-	-	506.134
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	488.423	-	-	488.423	499.052	-	-	499.052
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	28.877	-	-	28.877	37.342	-	-	37.342
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	45.982	-	-	45.982	53.719	-	-	53.719
Debêntures	410.661	-	17.435	428.096	475.396	-	5.368	480.764
Letras financeiras	450.804	-	-	450.804	410.098	-	-	410.098
Nota Comercial	501.869	-	-	501.869	421.238	-	-	421.238
Outros	3	-	-	3	3	-	-	3
Créditos a clientes	11.357.029	826.723	170.582	12.354.334	10.826.766	1.242.032	151.973	12.220.771
Créditos a clientes	11.357.029	826.723	170.582	12.354.334	10.826.766	1.242.032	151.973	12.220.771
Riscos potenciais	1.747.028	44.257	3.098	1.794.383	1.792.195	467.332	2.881	2.262.408
Limites a clientes	1.747.028	44.257	3.098	1.794.383	1.792.195	467.332	2.881	2.262.408
Total	20.145.867	870.980	191.115	21.207.962	20.777.705	1.709.364	160.222	22.647.291

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	31/03/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos de Dívida	467.460	513.268
Cotas de fundos de investimento	467.460	513.268

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Notas Explicativas

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Ativos problemáticos.

Aumento significativo no risco de crédito

Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando uma operação passa a apresentar atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos e ativos financeiros que sofreram aumento significativo na sua PD desde a sua originção. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias.

Cura (diminuição do risco de crédito)

Considera-se que uma operação apresenta diminuição do risco de crédito quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos.

Ativos problemáticos

São considerados ativos problemáticos operações que possuam mais de 90 dias de atraso, além das operações para as quais existam indícios de que a obrigação pactuada não será integralmente honrada. Neste último caso, enquadram-se operações de contrapartes com falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias. Operações da mesma contraparte, que compartilham risco de inadimplência, também são consideradas para essa mensuração.

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes, agrupando essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

- Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (*visão forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da

Notas Explicativas

provisão para perdas esperadas).

Probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento.

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade
G	Baixa qualidade
H	Risco severo

Notas Explicativas

Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade
F	Baixa qualidade
G	Risco severo
H	Risco severo

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	31/03/2026	31/12/2025
A	5.929.788	5.684.997
B	443.648	464.953
C	3.158.358	2.799.300
D	1.791.076	2.043.037
E	965.199	1.114.208
F	77.278	147.763
G	-	-
H	485.041	462.587
Total	12.850.388	12.716.845

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Notas Explicativas

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	Desocupação - últimos 3 meses	5.10% a.m.
	Inadimplência PF - últimos 3 meses	4.24% a.m.
Pessoa Física - Crédito Consignado	Desocupação - último mês	5.80% a.m.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	Inadimplência PF - últimos 5 meses	4.86% a.m.
	Desocupação - últimos 3 meses	5.10% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	Desocupação - últimos 5 meses	5.40% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	Inadimplência PJ - últimos 5 meses	2.56% a.m.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 31 de março de 2026, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa Física - Produtos Rotativos		PD	% relativo
Desocupação	Base	2,8364%	0,00%
	Piora 1%	2,8632%	0,94%
	Melhora 1%	2,8098%	-0,94%
Inadimplência PF	Base	2,8362%	0,00%
	Piora 1%	2,8653%	1,03%
	Melhora 1%	2,8074%	-1,02%

Pessoa Física - Crédito Consignado		PD	% relativo
Desocupação	Base	1,8013%	0,00%
	Piora 1%	1,8120%	0,59%
	Melhora 1%	1,7907%	-0,59%
PIB	Base	1,8344%	0,00%
	Piora 1%	1,7798%	-2,98%
	Melhora 1%	1,8906%	3,07%

Pessoa Física - Produtos Parcelados		PD	% relativo
Inadimplência PF	Base	10,2160%	0,00%
	Piora 1%	10,6727%	4,47%
	Melhora 1%	9,7776%	-4,29%
Desocupação	Base	10,2345%	0,00%
	Piora 1%	10,2933%	0,57%
	Melhora 1%	10,1761%	-0,57%

Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos		PD	% relativo
Inadimplência PJ	Base	1,9171%	0,00%
	Piora 1%	1,9570%	2,08%
	Melhora 1%	1,8780%	-2,04%

Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados		PD	% relativo
Desocupação	Base	9,0322%	0,00%
	Piora 1%	9,2501%	2,41%
	Melhora 1%	8,8193%	-2,36%
PIB	Base	8,8743%	0,00%
	Piora 1%	8,2666%	-6,85%
	Melhora 1%	9,5267%	7,35%

Risco de Liquidez

Notas Explicativas

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;
- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;

Notas Explicativas

- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também “Testes de Estresse de Liquidez”, que utilizam:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;
- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	31/03/2026				31/12/2025			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo Total	78.000.935	8.062.926	4.696.133	65.241.876	74.257.272	10.853.589	5.170.850	58.232.833
Passivos não Derivativos	40.993.785	21.167.013	4.459.932	15.366.840	40.947.014	21.381.723	4.515.809	15.049.482
Depósitos de Instit. Financeiras	9.329.811	9.329.811	-	-	9.684.997	9.550.005	134.992	-
Depósitos de Clientes	29.806.553	11.709.291	3.865.392	14.231.870	29.226.612	11.602.649	4.007.502	13.616.461
Emissão de Títulos	1.760.141	631	594.540	1.134.970	1.583.700	705	247.841	1.335.154
Outros passivos financeiros	127.280	127.280	-	-	451.705	228.364	125.474	97.867

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo

Notas Explicativas

de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* - NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

Exposição ao Risco

Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Exposição ao risco de mercado - Carteira de Trading e Banking

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE), de todas as operações da carteira de negociação (VaR *Trading*), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* - NII):

	31/03/2026			31/12/2025				
	Mínimo	Média	Máximo	31/03/2026	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2025
VaR Trading	380	2.053	4.401	2.895	429	710	918	429
Banking	-	1.852	617	-	-	58.386	175.158	-

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como: taxa

Notas Explicativas

de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

Cenário 1: Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Cenário 2: Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

Cenário 3: Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	31/03/2026			31/12/2025		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(6.683)	(162.579)	(317.301)	(6.500)	(160.427)	(317.345)
IPCA	(3.723)	(82.285)	(146.826)	(3.715)	(82.143)	(146.616)
Dólar	-	-	-	(18)	(461)	(923)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificadas contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	16.658.417	15.103.457
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	435.288	484.359
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/ caract. de <i>trading</i>	-	1.845

Notas Explicativas

Quadro de Análise de Sensibilidade

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa Prefixada de Juros	(1.691)	(40.211)	(76.912)
Índices de Preços	(3.715)	(82.143)	(146.616)
Moedas	(18)	(461)	(923)
Fundos	(4.809)	(120.216)	(240.433)

Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Resolução n.º 229/2022 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito - RWAcpad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

Conforme Resolução nº. 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	31/03/2026	31/12/2025
Patrimônio Líquido Ajustado	2.439.397	2.411.697
(-) Redução Ajustes Prudenciais	(439.743)	(426.554)
(-) Ativos Intangíveis	(379.593)	(384.449)
(-) Investimentos significativos em assemblhadas	(55.312)	(40.355)
(-) Créditos Tributários	(4.838)	(1.750)
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	64.348	96.522
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	2.064.002	2.081.665
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	12.613.347	12.506.673
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.086.535	2.061.026
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWampad)	-	5.075
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	357	340
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.700.239	14.573.114
Margem sobre o PR considerando IRRBB ¹ e ACP ²	521.016	551.488
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	14,04%	14,28%
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	-	-

(*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

¹ IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

² ACP - Adicional de Capital Principal.

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- Financeiro: engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- Seguros e Outros: envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização. E resultado de fundo de investimento.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025 são as seguintes:

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado do Trimestre por Segmento

Em 31 de março de 2026:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	374.617	4.058	-	378.675
Resultado de Prestação de Serviços (1)	60.634	194	(2.627)	58.201
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	16.892	13.953	(2.273)	28.572
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	50.499	(67)	50.432
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(98.331)	11	-	(98.320)
Despesas de Pessoal (1)	(131.065)	(9.464)	-	(140.529)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	157	5.616	-	5.773
Resultado de Equivalência Patrimonial (3)	48.673	-	(48.673)	-
Provisões	(6.757)	255	-	(6.502)
Despesas Tributárias	(26.317)	(6.912)	-	(33.229)
Outras Despesas Administrativas (3)	(113.117)	(5.124)	2.695	(115.546)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (3)	(8.157)	(593)	-	(8.750)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	117.229	52.493	(50.945)	118.777
Impostos Correntes e Diferidos	(2.046)	(18.875)	-	(20.921)
Resultado Líquido do Trimestre	115.183	33.618	(50.945)	97.856
Resultado do Trimestre Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	115.183	33.618	(50.945)	97.856
Total do Ativo	40.438.555	644.733	(1.153.467)	39.929.821
Passivo	37.738.295	177.204	(444.301)	37.471.198

Em 31 de março de 2025:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	333.435	11.960	-	345.395
Resultado de Prestação de Serviços (1)	49.023	(327)	(2.493)	46.203
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	14.391	3.102	(3.068)	14.425
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	39.111	(26)	39.085
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	43.584	(3)	-	43.581
Despesas de Pessoal (1)	(144.674)	(9.364)	-	(154.038)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	-	7.746	-	7.746
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	34.261	-	(34.261)	-
Provisões	(7.588)	(4.982)	-	(12.570)
Despesas Tributárias	(23.703)	(6.395)	-	(30.098)
Outras Despesas Administrativas (2)	(90.903)	(5.006)	2.519	(93.390)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(18.546)	77	(49)	(18.518)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	189.280	35.919	(37.378)	187.821
Impostos Correntes e Diferidos	(61.899)	(14.267)	-	(76.166)
Resultado Líquido do Trimestre	127.381	21.652	(37.378)	111.655
Resultado do Trimestre Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	127.381	21.652	(37.378)	111.655
Total do Ativo	38.495.480	520.325	(904.337)	38.111.468
Passivo	36.020.051	202.745	(396.728)	35.826.068

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos,

Notas Explicativas

incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e conseqüentemente, esses dados são representativos.

	31/03/2026			31/12/2025		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	467.460	467.460	-	513.268	513.268
Cotas de Fundos de Investimento	-	467.460	467.460	-	513.268	513.268
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	16.677.699	-	16.677.699	15.131.579	-	15.131.579
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	16.232.110	-	16.232.110	14.595.418	-	14.595.418
Títulos de Dívida de Emissores Privados	445.589	-	445.589	536.161	-	536.161

Não houve transferências de níveis entre os ativos financeiros para os períodos apresentados.

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo.

	31/03/2026				31/12/2025			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	1.944.054	1.859.365	1.310.858	548.507	2.408.350	2.358.540	1.811.378	547.162
Créditos a Inst. Financeiras	5.115.191	5.115.191	-	5.115.191	5.755.762	5.755.762	-	5.755.762
Empréstimos e Recebíveis	12.354.334	12.354.334	-	12.354.334	12.220.771	12.220.771	-	12.220.771
Depósitos de Clientes (1)	24.567.981	23.855.699	-	23.855.699	24.068.733	23.712.229	-	23.712.229
Recursos de Inst.Financeiras(2)	9.760.708	9.514.998	-	9.514.998	10.024.879	10.016.000	-	10.016.000
Títulos de Dívida Emitidos	1.440.887	1.442.542	-	1.442.542	1.284.761	1.284.761	-	1.284.761

(1) Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

(2) Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses.

Notas Explicativas

9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Disponibilidades	194.142	167.962
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	4.777.974	5.427.437
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.068.466	2.228.600
Letras do Tesouro Nacional - LTN	389.999	994.530
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.319.509	2.204.307
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	201.999	516.999
Aplicações Voluntárias no Banco Central	201.999	516.999
Total	5.174.115	6.112.398

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

b. Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	103.657	101.047
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	933.587	941.911
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	71.877	190.386
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	201.999	517.000
Total		1.311.120	1.750.344

10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a. Classificação

Categoria/Papel	31/03/2026				
	sem vencto.	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	41.836	33.388	249.532	142.704	467.460
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	41.836	33.388	249.532	142.704	467.460
Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	-	201.369	347.923	16.128.407	16.677.699
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	26.922	126.349	16.086.479	16.239.750
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	174.546	221.743	49.521	445.810
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(99)	(169)	(7.593)	(7.861)
Mensurados ao Custo Amortizado (CA)	-	5.803.196	1.101.553	154.496	7.059.245
Títulos de Dívida de Emissores Públicos- Brasil	-	5.333.224	251.950	50.072	5.635.246
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	330.371	120.645	-	451.016
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	157.008	734.399	104.448	995.855
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(17.407)	(5.441)	(24)	(22.872)

Notas Explicativas

31/12/2025					
Categoria/Papel	sem vencido.	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)	33.358	32.550	298.835	148.525	513.268
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	33.358	32.550	298.835	148.525	513.268
Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	-	923.655	3.878.861	10.329.063	15.131.579
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	714.293	3.601.131	10.286.870	14.602.294
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	209.799	279.563	47.061	536.423
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(437)	(1.833)	(4.868)	(7.138)
Mensurados ao Custo Amortizado (CA)	-	6.722.035	1.281.305	160.772	8.164.112
Títulos de Dívida de Emissores Públicos- Brasil	-	6.300.509	452.290	48.797	6.801.596
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	318.431	91.860	-	410.291
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	107.672	745.936	113.280	966.888
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(4.577)	(8.781)	(1.305)	(14.663)

b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes

	Saldo 31/12/2025	Ganho	Perda	Impostos	PDD	Saldo
		Não Realizado				31/03/2026
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(21.371)	(1.440)	(10.213)	5.112	(40)	(27.952)

c. Composição do *impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras

Ativos financeiros ao VJORA	31/03/2026				31/12/2025			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Títulos e Valores Mobiliários	(7.861)	-	-	(7.861)	(7.138)	-	-	(7.138)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(7.206)	-	-	(7.206)	(6.187)	-	-	(6.187)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	(29)	-	-	(29)	(345)	-	-	(345)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(405)	-	-	(405)	(344)	-	-	(344)
Debêntures	(221)	-	-	(221)	(262)	-	-	(262)
Total	(7.861)	-	-	(7.861)	(7.138)	-	-	(7.138)

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/03/2026				31/12/2025			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	(2.511)	-	-	(2.511)	(2.813)	-	-	(2.813)
Aplicações no Mercado Aberto	(2.238)	-	-	(2.238)	(2.550)	-	-	(2.550)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(273)	-	-	(273)	(263)	-	-	(263)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	(906)	-	(19.455)	(20.361)	(1.131)	-	(10.719)	(11.850)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	(237)	-	-	(237)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(229)	-	-	(229)	(235)	-	-	(235)
Títulos Públicos Federais - CVS	(14)	-	-	(14)	(18)	-	-	(18)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(22)	-	-	(22)	(25)	-	-	(25)
Debêntures	(193)	-	(19.455)	(19.648)	(225)	-	(10.719)	(10.944)
Letras Financeiras	(212)	-	-	(212)	(193)	-	-	(193)
Nota Comercial	(236)	-	-	(236)	(198)	-	-	(198)
Total	(3.417)	-	(19.455)	(22.872)	(3.944)	-	(10.719)	(14.663)

Notas Explicativas

d. Movimentação do *Impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras

Em 31 de março de 2026:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(7.138)	-	-	(7.138)
Novos ativos financeiros originados	13	-	-	13
Estorno de provisão de operações liquidadas	31	-	-	31
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(767)	-	-	(767)
Saldos em 31 de março de 2026	(7.861)	-	-	(7.861)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(2.704)	-	-	(2.704)
Novos ativos financeiros originados	-	-	-	-
Estorno de provisão de operações liquidadas	-	-	-	-
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	307	-	-	307
Saldos em 31 de março de 2026	(2.397)	-	-	(2.397)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(1.247)	-	(10.712)	(11.959)
Novos ativos financeiros originados	(57)	-	-	(57)
Estorno de provisão de operações liquidadas	256	-	-	256
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	13	-	(8.728)	(8.715)
Saldos em 31 de março de 2026	(1.035)	-	(19.440)	(20.475)

Em 31 de dezembro de 2025:

Ativos Financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)
Novos Ativos Financeiros Originados	(794)	-	-	(794)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	8.002	-	-	8.002
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(55)	-	-	(55)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	(7.138)	-	-	(7.138)

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Novos Ativos Financeiros Originados	(154)	-	-	(154)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	166	-	-	166
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(613)	-	-	(613)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	(2.704)	-	-	(2.704)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)
Novos Ativos Financeiros Originados	(268)	-	-	(268)
Estorno de Provisão de Operações Liquidadas	257	-	-	257
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	530	-	(10.712)	(10.182)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	(1.247)	-	(10.712)	(11.959)

Notas Explicativas

e. Ativos Financeiros Vinculados

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	31/03/2026	31/12/2025
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	97.911	248.259
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	97.911	248.259
Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c	73.802	82.056
Títulos de Renda Fixa - Públicos	73.802	82.056

f. Derivativos

O Banestes opera com instrumentos financeiros derivativos para administrar suas exposições a riscos de mercado associados à variação da taxa de juros.

São contratos de *swap* de taxa de juros, em que são acordadas com contrapartes instituições financeiras, externas ao grupo, a troca de rentabilidade futura (de pré-fixada para pós-fixada, ou o inverso) aplicada sobre um valor referencial (“nocional”).

Atualmente há apenas um contrato vigente, firmado para permitir o amadurecimento dos processos relacionados.

A operação não está designada como *hedge* contábil.

f.1 Por Indexador, valor de nocional, valor de mercado e vencimento (Valores em reais)

	31/03/2026			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Swap - taxa de juros				
Valor de referência	100.000,00	-	-	100.000,00
Valor Justo - Posição ativa	146,76	-	-	146,76
Valor Justo - Posição passiva	-	-	-	-

	31/03/2026			
	Até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Swap - taxa de juros				
Valor de referência	100.000,00	-	-	100.000,00
Nível 2 de valor justo				
Valor Justo - Posição ativa	146,76	-	-	146,76
Valor Justo - Posição passiva	-	-	-	-

f.2 Receitas e despesas líquidas (Valores em reais)

	Banestes Múltiplo	
	31/03/2026	
Swap		203,37

Notas Explicativas

11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	31/03/2026			31/12/2025		
	Bruto	Impairment	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	734.668	(44.691)	689.977	741.929	(47.155)	694.774
Crédito comercial	3.532.349	(157.241)	3.375.108	3.488.668	(156.985)	3.331.683
Imobiliário	2.742.182	(25.738)	2.716.444	2.780.431	(27.981)	2.752.450
Industrial	98.814	(3.277)	95.537	80.203	(1.968)	78.235
Pessoal	4.178.192	(114.700)	4.063.492	4.085.485	(110.543)	3.974.942
Renegociação	276.901	(121.937)	154.964	295.869	(131.226)	164.643
Rural	1.287.283	(28.471)	1.258.812	1.244.260	(20.216)	1.224.044
Total	12.850.389	(496.055)	12.354.334	12.716.845	(496.074)	12.220.771

Movimentação do Impairment

Em 31 de março de 2026:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2026	112.903	72.557	310.614	496.074
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(7.070)	16.306	-	9.236
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.200)	-	13.994	12.794
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(8.234)	62.642	54.408
Estágio 2 para o Estágio 1	12.187	(16.711)	-	(4.524)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	1.375	(10.111)	(8.736)
Estágio 3 para o Estágio 1	11	-	(137)	(126)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	15.225	79	14.496	29.800
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(7.706)	(1.847)	15.076	5.523
Estorno de provisão de contratos liquidados	(4.144)	(2.135)	(92.115)	(98.394)
Total dos movimentos com impactos no resultado	120.206	61.390	314.459	496.055
Perda Esperada em 31 de março de 2026	120.206	61.390	314.459	496.055

Em 31 de dezembro de 2025:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2025	187.613	34.633	251.368	473.614
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(39.767)	35.455	-	(4.312)
Estágio 1 para o Estágio 3	(5.724)	-	139.580	133.856
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(4.857)	21.175	16.318
Estágio 2 para o Estágio 1	1.975	(11.094)	-	(9.119)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	8.984	(43.435)	(34.451)
Estágio 3 para o Estágio 1	63	-	(5.073)	(5.010)
Novos Ativos Financeiros Originados ou Comprados	45.618	25.418	62.605	133.641
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	(34.794)	(4.509)	9.566	(29.737)
Estorno de Provisão de Contratos Liquidados	(42.081)	(11.473)	(125.172)	(178.726)
Total dos Movimentos com Impactos no Resultado	112.903	72.557	310.614	496.074
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2025	112.903	72.557	310.614	496.074

Notas Explicativas

Composição por vencimento

	31/03/2026	31/12/2025
Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis	12.850.389	12.716.845
Prestações Vencidas	192.790	171.327
A partir de 1 dia	192.790	171.327
Prestações a Vencer	12.657.599	12.545.518
Até 1 ano	3.950.582	3.926.800
De 1 a 5 anos	5.066.447	3.333.651
Acima de 5 anos	3.640.570	5.285.067

12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	31/03/2026		31/12/2025	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Trib. e Participações	115.637	115.637	658.055	658.055
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(28.909)	(23.127)	(164.514)	(131.611)
Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	13.971	11.176	51.707	41.366
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.641	7.875	38.336	28.338
Adições (exclusões) de caráter permanente	(8.526)	(2.538)	(1.363)	14.649
Adições (exclusões) de caráter temporário	(7.222)	(5.795)	(16.818)	(13.134)
Total dos Valores Devidos	(20.045)	(12.409)	(92.652)	(60.392)
Realização da Reserva de Reavaliação	2	2	72	58
Incentivos Fiscais	417	-	4.264	-
Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente	(19.626)	(12.407)	(88.316)	(60.334)
Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida	(404)	(319)	(1.403)	(1.141)
Ativo Fiscal Diferido	6.288	5.547	47.862	38.660
Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.742)	(7.179)	(41.857)	(22.815)

* A alíquota efetiva de IR e CS é de 15,49% e 13,00% para o primeiro trimestre de 2026 e 2025, respectivamente.

12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2025	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/03/2026
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	175.048	130.027	(107.685)	197.389
Ações Trabalhistas	30.948	1.530	(1.195)	31.283
Ações Cíveis	28.315	1.282	(1.102)	28.495
Contingências Fiscais	20.462	302	-	20.764
Outras Contingências	15.213	5.609	(4.040)	16.782
Ajustes de IFRS*	(9.417)	576	(4.401)	(9.120)
Total de Adições Temporárias	260.569	139.326	(118.423)	285.593
Crédito Tributário Não Corrente	-	-	-	-
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	260.569	139.326	(118.423)	285.593
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Adoção Inicial / Resolução 4966	101.825	-	(9.161)	92.664
Ajustes ao Valor de Mercado - VJORA	21.031	779	4.641	26.451
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	122.856	779	(4.520)	119.115
Total Geral dos Créditos Tributários	383.425	140.105	(122.943)	400.587
Total dos Créditos Tributários Ativos	383.425	140.105	(122.943)	400.587

* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

Notas Explicativas

a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2025	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/03/2026
Refletidos no Resultado				
Superveniência de Depreciação de <i>Leasing</i>	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	22.830	723	-	23.553
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor Justo - Tít. Disp. P/Venda	(1)	-	-	(1)
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(825)	-	(4)	(829)
Total Geral dos Débitos Tributários	22.004	723	(4)	22.723

b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2026	54.456	43.569	-	-	98.025
2027	35.489	28.391	-	-	63.880
2028	30.248	24.853	-	-	55.101
2029	23.412	18.729	-	-	42.141
2030	23.412	18.729	-	-	42.141
2031 a 2035	55.166	44.133	-	-	99.299
Total	222.183	178.404	-	-	400.587
Valor Presente	164.057	131.750	-	-	295.807
Valor Presente em 31/12/2025	151.467	121.298	-	-	272.765

13. OUTROS ATIVOS

	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamento ao FGC	126.536	-
Depósitos Judiciais dados em Garantia	215.521	210.524
Depósitos Trabalhistas	48.794	45.486
Depósitos Cíveis	56.986	57.192
Depósitos Fiscais (Nota 20)	107.166	105.474
Depósitos de Sinistros	2.207	2.027
Outros Depósitos	368	345
Impostos e Contribuições a Compensar	63.562	61.585
Pagamentos a Ressarcir	61.087	37.625
Serviços Prestados a Receber	2.498	2.335
Adiantamentos e Antecipações Salariais	4.637	7.234
Adiantamentos para Pagamentos	27.306	24.837
Despesas Antecipadas	55.078	63.152
Participações Pagas Antecipadamente	237	19.026
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	106.060	105.059
Devedores Diversos - País	106.910	115.457
Outros Ativos	6.792	6.303
Total	776.224	653.137

a. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	Forma de Remuneração	31/03/2026	31/12/2025
Relações Interfinanceiras		106.060	105.059
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	6.159	3.713
Sistema Financeiro da Habitação		93.677	94.932
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	1.607	2.862
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	103.784	103.784
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	6.224	6.414
Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências		106.060	105.059

Notas Explicativas

14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/03/2026	31/12/2025
Custo de aquisição		
Saldo no Início Do Trimestre	49.518	47.910
Aquisições	5.910	36.804
Alienações / Baixas	(7.419)	(34.469)
Transferências	189	(727)
Total	48.198	49.518
Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda		
Saldo no Início do Trimestre	(1.275)	(1.506)
Desvalorização	(3.191)	(11.318)
Baixas / Alienações	2.965	11.549
Total	(1.501)	(1.275)
Resultado Líquido	46.697	48.243

15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2025	3.606	67.217	35.182	155.282	24.540	8.522	130.618	424.967
Aquisições	-	1.165	194	-	14.230	126	4.418	20.133
Alienações/ Baixas	-	-	(194)	(4.235)	(14.236)	-	(312)	(18.977)
Transferências	-	(189)	(2.035)	1.858	177	-	-	(189)
Saldo Final em 31/03/2026	3.606	68.193	33.147	152.905	24.711	8.648	134.724	425.934
Depreciação								
Saldo em 31/12/2025	(2.280)	(37.103)	(20.245)	(95.080)	(15.760)	(6.737)	(28.353)	(205.558)
Depreciação do Trimestre	(14)	(1.291)	(370)	(2.515)	(255)	(109)	(7.669)	(12.223)
Baixas/Alienações	-	-	176	4.225	161	-	311	4.873
Saldo Final em 31/03/2026	(2.294)	(38.394)	(20.439)	(93.370)	(15.854)	(6.846)	(35.711)	(212.908)
Saldo Líquido Final em 31/03/2026	1.312	29.799	12.708	59.535	8.857	1.802	99.013	213.026
Saldo Líquido em 31/12/2025	1.326	30.114	14.937	60.202	8.780	1.785	102.265	219.409

(*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2025	300.188	12.113	348.391	47.453	708.145
Aquisições	2.828	-	8.168	7.149	18.145
Alienações / Baixas	-	(8)	-	-	(8)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo Final em 31/03/2026	303.016	12.105	356.559	54.602	726.282
Depreciação					
Saldo em 31/12/2025	(130.664)	(8.473)	(164.049)	-	(303.186)
Amortização do Trimestre	(6.286)	(123)	(15.072)	-	(21.481)
Baixas / Alienações	-	8	-	-	8
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo Final em 31/03/2026	(136.950)	(8.588)	(179.121)	-	(324.659)
Saldo Líquido Final em 31/03/2026	166.066	3.517	177.438	54.602	401.623
Saldo Líquido em 31/12/2025	169.524	3.640	184.342	47.453	404.959

(*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

Notas Explicativas

17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2026	31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 31/03/2026	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025
No País:	9.760.708	10.024.879	-	-
Depósitos à Vista	680	653	-	-
Operações Compromissadas	9.075.764	9.430.737	10,99% e 13,18% a.a.	10,43% e 14,90% a.a.
Obrigações por Repasses:	384.972	370.747	-	-
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	173.259	181.999	-	-
BNDES	37.829	37.856	-	-
Finame	73.884	50.892	-	-
Outras Instituições	100.000	100.000	-	-
Depósitos Interfinanceiros	299.292	222.742	0,01% e 14,65% a.a.	3,00% e 14,90% a.a.
Total	9.760.708	10.024.879		
Composição por Vencimento				
Exigível à Vista	680	653		
Exigível a Prazo	9.760.028	10.024.226		
Até 1 ano	9.577.363	9.855.356		
De 1 a 5 anos	182.665	168.870		
Acima de 5 anos	-	-		
Total	9.760.708	10.024.879		

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2026	31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 31/03/2026	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025
Depósitos à Vista	935.271	950.505	-	-
Depósitos a Prazo	18.958.112	18.389.647	0,15% a.a. a 14,65% a.a.	2,00% a.a. a 14,90% a.a.
Depósitos de Poupança	4.669.567	4.719.128	0,66% a.m. e 0,68% a.m.	0,66% a.m. e 0,68% a.m.
Outros	5.030	9.453	-	-
Total	24.567.980	24.068.733		
Composição por prazo de vencimento				
Exigível à Vista	10.614.239	10.518.350		
Exigível a Prazo	13.953.741	13.550.383		
Até 1 ano	2.762.258	2.176.409		
De 1 a 5 anos	10.874.154	11.021.576		
Acima de 5 anos	317.329	352.398		
Total	24.567.980	24.068.733		

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/03/2026	31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
Letras de Crédito Imobiliário	492.062	330.098	11,92% a.a. a 14,90% a.a.	80,00%CDI e 96,00% CDI
Letras de Agronegócio	948.825	954.663	11,92% a.a. a 14,90% a.a.	80,00%CDI e 96,00% CDI
Total	1.440.887	1.284.761		
Composição por prazo de vencimento				
Até 90 dias	-	-		
De 91 a 360 dias	220.629	1.794		
Acima de 360 dias	1.220.258	1.282.967		
Total	1.440.887	1.284.761		

Os passivos financeiros denominados de "Títulos de dívida emitidos" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devam ser registrados.

b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	31/03/2026					31/03/2025				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31/12/2025	68.806	63.218	46.458	183	178.665	63.517	60.807	39.890	433	164.647
Constituições/Atualizações	3.373	2.813	678	-	6.864	4.417	4.354	5.708	325	14.804
Pagamentos/Reversões	(2.628)	(2.483)	-	(183)	(5.294)	(1.198)	(2.251)	(308)	(552)	(4.309)
Saldo Atual	69.551	63.548	47.136	-	180.235	66.736	62.910	45.290	206	175.142

c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória, baseada na Resolução 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 98,49% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria. Em 31 de março de 2026, o SFB possuía provisão trabalhista

Notas Explicativas

de R\$ 69.551 (R\$ 68.806 em 31/12/2025) sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 45.734 (R\$ 42.281 em 31/12/2025) e em depósito recursal a importância de R\$ 3.060 (R\$ 3.205 em 31/12/2025).

d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

e. Processos Fiscais

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza - Fiscal	31/03/2026		31/12/2025	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	16.200	64.060	16.016	63.095
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	28.365	39.227	27.895	38.576
Honorários - Diversas Ações	2.535	29	2.511	-
Outros	36	3.850	36	3.803
Total	47.136	107.166	46.458	105.474

(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

(2) IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991 - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R\$ 7.102 já reconhecido pela União.

Notas Explicativas

f. Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 6.035 (R\$ 10.346 em 31/12/2025).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 308.733 (R\$ 296.225 em 31/12/2025).

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 379 (R\$ 476 em 31/12/2025) referentes a questionamentos judiciais e administrativos de cunho tributário.

21. OUTROS PASSIVOS

	31/03/2026	31/12/2025
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	100.121	102.758
Impostos a Recolher	43.083	46.981
Obrigações por Aquisição de Bens	45.982	47.879
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	131.147	141.691
Obrigações Sociais e Estatutárias	13.367	126.307
Pagamentos a Efetuar	95.670	82.210
Relações Interfinanceiras	620.351	639.023
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	84	115
Credores por Recursos a Liberar	23.415	19.030
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	101.599	142.949
Obrigações por Convênios Oficiais	57.897	52.338
Credores Diversos - País	157.752	163.822
Outros Passivos	45.722	49.438
Total	1.436.190	1.614.541
Total Passivo Circulante	1.328.411	1.504.312
Total Passivo Não Circulante	107.779	110.229

a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	31/03/2026	31/12/2025
até 1 ano	22.194	23.671
de 1 ano a 5 anos	54.639	54.696
acima de 5 anos	23.288	24.391
Total	100.121	102.758

Notas Explicativas

22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

a. Passivo para cobertura remanescente

Em março de 2026:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2025	96.677	(71.884)	24.793
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	44.361	49.111	93.472
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(14.190)	(8.721)	(22.911)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(82)	-	(82)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	11.021	8.827	19.848
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(54.419)	(39.631)	(94.050)
Saldo Final em 31/03/2026	83.368	(62.298)	21.070

Em dezembro de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2024	107.166	(86.706)	20.460
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	201.931	190.030	391.961
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(70.931)	(33.695)	(104.626)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(362)	-	(362)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	54.665	33.840	88.505
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(195.792)	(175.353)	(371.145)
Saldo Final em 31/12/2025	96.677	(71.884)	24.793

b. Passivos de contratos de resseguros mantidos

Em março de 2026:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2025	11.515
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	-
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 31/03/2026	11.515

Em dezembro de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2024	11.515
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	-
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 31/12/2025	11.515

Notas Explicativas

c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro

Em março de 2026:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	38.144	22.934	61.078
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(33.948)	(8.599)	(42.547)
Saldo Final Ajustado	4.196	14.335	18.531

Em dezembro de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	38.068	22.934	61.002
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(21.236)	(14.159)	(35.395)
Saldo Final Ajustado	16.832	8.775	25.607

23. MARGEM FINANCEIRA

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas Financeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	216.432	182.721
Créditos a Instituições Financeiras	28.888	16.451
Empréstimos e Recebíveis	526.581	460.531
Títulos de Investimento	608.130	531.798
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	14.522	16.954
Outras Receitas Financeiras	205	325
Total	1.394.758	1.208.780
Despesas Financeiras		
Recursos de Instituições Financeiras	(335.178)	(308.079)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(666.709)	(554.842)
Depósitos Especiais	(174)	(157)
Outras Despesas Financeiras	(14.022)	(307)
Total	(1.016.083)	(863.385)
Margem Financeira	378.675	345.395

Notas Explicativas

24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas de Prestação de Serviços		
Conta-Corrente / Poupança	29.091	28.144
Cartões de Crédito/ Débito	20.631	19.593
Administração de Fundos de Investimentos	9.373	6.735
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	3.455	3.472
Arrecadações e Convênio	5.401	5.521
Cobrança	3.647	3.857
Corretagem de seguros	18.494	11.404
Serviços de Custódia	243	206
Outras Receitas de Prestação de Serviços	8.364	6.070
Total	98.699	85.002
Despesas de Prestação de Serviços		
Serviços do Sistema Financeiro	(17.907)	(23.400)
Cartões de Crédito	(10.067)	(12.582)
Correspondente Bancário	(3.781)	(3.882)
Informação Cadastral	(965)	(938)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(3.094)	(5.998)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(7.521)	(3.640)
Despesas de Corretagem de Seguros	(9.686)	(6.920)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(887)	(889)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(4.497)	(3.950)
Total	(40.498)	(38.799)
Resultado Líquido	58.201	46.203

25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas		
Instrumentos de Dívidas	-	-
Fundos de Investimento	28.572	14.425
Total	28.572	14.425
Despesas		
Instrumento de Dívidas	-	-
Total	-	-
Resultado Líquido	28.572	14.425

27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	39.558	40.786
Pessoas	55.823	50.586
Total	95.381	91.372
Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	(30.440)	(34.930)
Pessoas	(14.509)	(17.357)
Total	(44.949)	(52.287)
Resultado de Seguros e Previdência	50.432	39.085

Notas Explicativas

28. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	177.254	212.616
Total	177.254	212.616
Despesas		
Provisão de Operações de Crédito	(268.789)	(167.338)
Outras Provisões	(6.785)	(1.697)
Total	(275.574)	(169.035)
Resultado Líquido	(98.320)	43.581

29. DESPESAS DE PESSOAL

	31/03/2026	31/03/2025
Salários	(75.607)	(94.164)
Encargos Sociais Obrigatórios	(24.106)	(23.990)
Benefícios	(28.455)	(24.407)
Participações Estatutárias no Lucro	(8.942)	(8.169)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(2.539)	(2.396)
Treinamento	(580)	(616)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(70)	(78)
Remuneração do Conselho Fiscal	(230)	(218)
Total	(140.529)	(154.038)

30. PROVISÕES

	31/03/2026	31/03/2025
Receitas		
Reversão de Provisões Cíveis	1.131	1.683
Reversão de Provisões Fiscais	-	225
Reversão de Provisões Outras	-	-
Total	1.131	1.908
Despesas		
Contingências Trabalhistas	(3.373)	(4.417)
Contingências Cíveis	(2.849)	(4.354)
Contingências Fiscais	(678)	(5.708)
Contingências Outras	(87)	-
Total	(6.987)	(14.479)
Resultado das Provisões	(5.856)	(12.571)

31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/03/2026	31/03/2025
Contribuição ao Cofins	(23.670)	(21.393)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(4.976)	(4.638)
Contribuição ao PIS/PASEP	(3.981)	(3.606)
IPTU	(440)	(408)
Outras	(162)	(53)
Total	(33.229)	(30.098)

Notas Explicativas

32. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/03/2026	31/03/2025
Depreciações e Amortizações	(33.704)	(25.892)
Serviços Técnicos Especializados	(16.512)	(15.041)
Processamento de Dados	(19.362)	(13.291)
Segurança e Vigilância	(6.651)	(6.119)
Manutenção e Conservação de Bens	(6.764)	(5.023)
Comunicação	(3.497)	(4.229)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(13.268)	(8.476)
Transporte	(2.463)	(2.701)
Água, Energia e Gás	(1.929)	(1.801)
Serviços de Terceiros	(4.493)	(3.908)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(2.387)	(1.944)
Viagens	(578)	(306)
Materiais	(755)	(448)
Aluguéis(1)	(120)	(1.594)
Seguros	(87)	(89)
Contribuições Filantrópicas	(3)	(181)
Outras Despesas Administrativas	(3.619)	(4.291)
Total	(116.192)	(95.334)

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

33. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

	31/03/2026	31/03/2025
Outras Receitas		
Ganho de Capital	-	-
Recuperação de Encargos e Despesas	845	681
Atualizações Monetárias	4.810	2.751
Depósitos Judiciais	4.810	2.741
Outras Atualizações	-	10
Receitas de Aluguéis	221	283
Reversão de Provisões Operacionais	685	2.984
Reversão de Provisões - Recursos Humanos	49	1.246
Variações Cambiais Ativas	39	175
Outras Receitas Operacionais	422	354
Outras Rendas Não Operacionais	191	549
Total	7.262	9.023
Outras Despesas		
Contribuições ao FGC	(6.401)	(6.036)
Despesas com Cartões	(326)	(1.479)
Perda de Capital	(358)	(469)
Ressarcimento de Custos	(2.027)	(1.440)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(3.056)	(3.618)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(215)	(276)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(891)	(448)
Despesa com Processos Cíveis	(41)	(34)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(471)	(458)
Despesa com Regulação de Seguros	(149)	(188)
Variações Monetárias Passivas	(149)	(37)
Variações Cambiais Passivas	(2)	(2)
Outras Despesas Operacionais	(1.926)	(11.111)
Outras Despesas Não Operacionais	-	-
Total	(16.012)	(25.596)
Resultado Líquido	(8.750)	(16.573)

Notas Explicativas

34. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de março de 2026 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 97.856 (R\$ 111.655 em 2025), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 347.504.146. O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 0,28 em 31 de março de 2026 e R\$ 0,35 em 31 de março de 2025.

35. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 254.106.600 ações ordinárias e 93.397.546 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencentes ao Estado do Espírito Santo.

b. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

c2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva para Equalização de Dividendos** - está limitada a 20% do capital social e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

d.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

Notas Explicativas

	31/03/2026	31/03/2025
Base de Cálculo:		
Lucro do Trimestre BRGAAP	90.703	54.542
Reserva Legal	(4.535)	(2.727)
Base de cálculo	86.168	51.815
Total Dividendos e JSCP do Trimestre	55.882	22.500
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários	25.882	-
Juros sobre o Capital Próprio	30.000	22.500
Dividendos	-	-

d.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no trimestre findo em 31 de março de 2026 no montante de R\$ 55.822 (R\$ 22.500 em 2025), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 479 (R\$ 165 em 2025), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 55.403 (R\$ 22.335 em 2025), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, *ad referendum* da AGO 2027.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos períodos de 2026 e 2025:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2026	30.000	(257)	29.743	0,086329905
Juros sobre o Capital Próprio intermediários do 1º trimestre/2026	25.882	(222)	25.660	0,074480035
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	55.882	(479)	55.403	0,160809940

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	22.500	(165)	22.335	0,071222172

d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 26/04/2024 a Política de Dividendos do BANESTES.

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 17 de dezembro de 2024, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o exercício de 2025. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

36. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento BANESTES MEZ I FFIDC, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

Notas Explicativas

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

Fundos	31/03/2026	31/12/2025
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	116.799	123.660
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	155.181	150.251
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.433.802	1.396.412
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	31.247	33.188
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	80.980	88.586
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	4.041.454	4.019.649
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	587.133	527.740
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	207.640	201.896
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	449.894	432.316
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	47.966	52.017
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.725	7.586
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	260.224	256.654
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	361.882	362.008
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	5.116	5.386
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	165.317	160.171
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	9.882	8.626
FUNSES FIC FIM	993.993	935.536
BANESTES Invest Fácil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	2.936	2.298
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	21.409	20.503
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	17.804	17.574
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	15.030	13.135
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	6.148	5.913
BANESTES Reserva Climática FIF Renda Fixa Referenciado DI Responsabilidade Limitada	1.180.663	1.145.075
BANESTES Adm. Rec. Terc. - Banestes FIF Banestes Tenax	13.082	12.275
BANESTES Adm. Rec. Terc. - FIF- Banestes FIF Soberano Simples	111.036	107.327
BANESTES Synergy Long Only FIF	6.892	6.274
Total	10.331.235	10.092.056

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 31 de março de 2026 foram distribuídos Juros sobre o Capital próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 26.093 (R\$ 20.535 em 2025).

Transação	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	(33.190)	(7.631)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(33.190)	(7.631)	-	-
Depósitos à Vista (2):	(12.844)	(18.795)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(12.844)	(18.795)	-	-
Depósitos a Prazo (2):	(5.424.375)	(5.370.379)	(196.213)	(175.266)
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.424.375)	(5.370.379)	(196.213)	(175.266)
Demais Transações (3):	134.095	134.837	2.986	3.397
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(215)	(243)
Companhia Espiritosantense de Saneamento - CESAN (**)	134.095	134.837	4.809	3.640
Prodest Hospedagem Equipamentos TIC em Data Center	-	-	(464)	-
Fundação Banestes de Seguridade Social - Baneses	-	-	(993)	-
Caixa De Assistência Dos Empregados Do Sistema Financeiro Banestes - BANESCAIXA	-	-	(151)	-

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

Notas Explicativas

(**) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

- (1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;
- (2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.
- (3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	31/03/2026				31/03/2025			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	442	2.096	229	70	407	1.989	218	78
Participação nos resultados	48	215	-	-	43	150	-	-
Benefícios pós-emprego	358	65	-	-	-	59	-	-
Totais:	848	2.376	229	70	450	2.198	218	78

38. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025
BRGAAP	2.439.937	2.411.697	90.703	54.542
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM - PDD	(2.006)	(4.453)	2.446	103.675
Contratos de Arrendamento	-	-	-	-
Efeito Fiscal	903	1.773	(870)	(46.928)
Outros	19.790	14.214	5.577	366
IFRS	2.458.624	2.423.231	97.856	111.655
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	18.687	11.534	7.153	57.113

Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

Contratos de Arrendamento

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Outros Ajustes

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

Notas Explicativas

39. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo (RTC), instituída pela Emenda Constitucional n.º 132/2023, promove uma grande alteração no sistema tributário nacional. Este novo modelo foi implantado pelas Leis Complementares n.º 214/2025 e n.º 227/2026, que consolidaram as bases do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto Seletivo (IS), além de regulamentarem a atuação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS).

O cronograma de transição estabelece a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao encerramento de 2026, com a substituição integral pela CBS a partir de 2027. Paralelamente, o IBS terá sua implementação iniciada de forma gradual em 2029, culminando na supressão definitiva do ISS até 2032.

No tocante ao setor financeiro, as alíquotas de IBS/CBS seguirão uma progressão escalonada, com início projetado em 10,85% e evolução gradual até atingirem o patamar de 12,50% em 2033. Em contrapartida, estima-se que as tarifas atualmente oneradas pelo ISS experimentem uma redução em suas alíquotas ao longo do mesmo intervalo temporal.

Por fim, o Banco mantém o monitoramento contínuo da evolução normativa e das regras infralegais exaradas pela Receita Federal e pelo CGIBS. Ressaltamos a necessidade de adaptação dos sistemas e processos internos às exigências vigentes a partir de 2026, embora, no presente estágio, ainda não seja possível mensurar com precisão a totalidade dos impactos financeiros decorrentes deste processo de transição.

b. Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC)

b.1 Recolhimento antecipado de contribuições ordinárias

Em 25 de março de 2026, em observância ao Comunicado 05/2026 do FGC, a Instituição realizou o aporte extraordinário de R\$ 126.536 referente à antecipação de 60 (sessenta) meses das contribuições ordinárias mensais.

A liquidação financeira ocorreu mediante a utilização de saldos mantidos em contas de Reservas Bancárias junto ao Banco Central do Brasil, amparada pela regulamentação que permitiu que a totalidade desse valor seja abatida dos recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista para esta finalidade sistêmica.

O valor recolhido está registrado como Despesa Antecipada no Ativo, sendo amortizado mensalmente à razão de 1/60 (um sessenta avos) contra o resultado do período.

A partir da Base de Cálculo das Contribuições Ordinárias, mensalmente é apurado o valor da despesa de Contribuição Ordinária do mês e é feito um ajuste financeiro junto ao FGC, com pagamento ou recebimento da diferença em relação ao 1/60 que foi pago antecipadamente, de modo que o efeito em resultado decorrente dessa antecipação é nulo.

Notas Explicativas

Destaca-se que essa é uma circunstância sistêmica. Isto é, as instituições associadas ao FGC estão obrigadas a atender aos preceitos do referido comunicado. De acordo com essa regulamentação, a medida tem por finalidade assegurar a solidez patrimonial do FGC e garantir a plena capacidade de cumprimento de suas obrigações, em estrita observância à legislação vigente e às disposições estatutárias.

b.2 Compromissos Adicionais (2027-2028)

Novas antecipações de fluxo de caixa ao FGC estão previstas, conforme cronograma estabelecido no referido comunicado:

- Exercício de 2027: Antecipação equivalente a 12 meses de contribuição ordinária.
- Exercício de 2028: Antecipação equivalente a 12 meses de contribuição ordinária.

40. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 13 de maio de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 13 de maio de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carla Barreto
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Amarildo Casagrande
José Marcos Travaglia
José Roberto Macedo Fontes
Marcello Rinaldi
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

Carlos Artur Hauschild (Presidente interino)
Alcio de Araujo
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Célia Lúcia Vieira
Eliseu José Fidêncio
Murilo de Campos Cuestas
Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Christiano Santos Corrêa
José Roberto Macedo Fontes
Mário Zan Barros (Coordenador)

CONTADOR


Magno Willian Viana da Silva
CRC-ES 020.893/O-0

www.banestes.com.br

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

COMENTÁRIOS DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS GUIDANCE 1º TRIMESTRE DE 2026

O *guidance* do BANESTES é composto por declarações prospectivas. Elas estão sujeitas a riscos e incertezas, visto que se baseiam apenas nas expectativas e premissas da Administração e nas informações de mercado disponíveis até o momento.

	INDICADOR	2026	
		Guidance Projeção (%)	1º Trim. Real (%)
	Carteira de Crédito Comercial ¹	4 - 8	6,1
	Depósito Total ²	5 - 9	9,0
	Margem Financeira Líquida ³	6 - 10	2,3
	Despesas Operacionais ⁴	7 - 11	2,1
	Serviços e Seguridade ⁵	5 - 9	4,9

¹ Trata-se do total dos saldos da carteira de crédito (conceito Bacen).

² Trata-se do total dos saldos de depósitos à vista, poupança, a prazo, interfinanceiros e outros depósitos.

³ Trata-se do total da receita da intermediação financeira descontado as despesas da intermediação financeira e a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

⁴ Trata-se do total das despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

⁵ Trata-se do total das receitas com serviços e tarifas, de prêmios retidos, variações das provisões técnicas, sinistros retidos, despesas de comercialização de seguros e resultado líquido de resseguro.

Obs: As variações estão baseadas em 12 meses.

O Banestes encerrou o primeiro trimestre de 2026 com indicadores majoritariamente alinhados às projeções, demonstrando resiliência operacional e financeira em um cenário de manutenção de taxas de juros elevadas. A gestão focada em eficiência e controle de riscos permitiu que a Instituição navegasse o período com estabilidade, conforme detalhado abaixo:

- i. A Carteira de Crédito Comercial encerrou o período com expansão de 6,1% em doze meses, desempenho em estrita aderência às projeções estabelecidas. A performance foi sustentada, primordialmente, pelo dinamismo nas linhas de Financiamento Rural (+36,7%), Crédito Pessoal (+8,1%) e Cartões (+6,7%).
- ii. O Depósito Total encerrou o período com expansão de 9,0% em doze meses, atingindo o limite superior (teto) das projeções estabelecidas. Esse desempenho foi impulsionado, primordialmente, pelo expressivo avanço de 11,3% nos Depósitos a Prazo e pela alta de 125,8% nos Depósitos Interfinanceiros, consolidando a confiança do mercado e a robustez da estratégia de captação da Instituição;
- iii. A Margem Financeira Líquida registrou crescimento de 2,3% em doze meses, situando-se abaixo das projeções. Esse desempenho foi impactado, primordialmente, pelo incremento nas despesas com Provisão para Perdas associadas ao Risco de Crédito, reflexo do aprimoramento dos modelos de

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

perda esperada em conformidade com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.966/21. Este reforço prudencial visa assegurar a robustez do balanço diante da nova metodologia de mensuração de risco;

- iv. As Despesas Operacionais elevaram-se 2,1% em doze meses, mantendo-se significativamente abaixo do limite inferior da projeção de 7,0% e inclusive menor ao índice de inflação oficial (IPCA = 4,14%^{aa}). Este resultado ratifica a eficiência na gestão de recursos e o rigor no controle dos contratos de suporte operacional; e
- v. O indicador de Serviços e Seguridade registrou expansão de 4,9% em doze meses, situando-se marginalmente (-0,1 p.p.) abaixo do limite inferior projetado. O desempenho foi sustentado pelo avanço de 10,6% nas Receitas de Serviços; em contrapartida registrou-se elevações em Sinistros Retidos (+10,0%) e em Despesas de Comercialização de Seguros (+106,6%).

O BANESTES mantém-se atento aos riscos e desafios dos cenários econômicos nacional e internacional, buscando ativamente soluções para mitigar os impactos em sua estrutura de capital e resultados econômicos - financeiros.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas do
BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo
Vitória - ES

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("Banestes"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banestes, cuja apresentação não é requerida para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão reconciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se as sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2026, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e foram apresentadas separadamente pelo

Banestes, nesta data e sobre as quais emitimos relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, não contendo qualquer modificação, com data de 13 de maio de 2026.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do
BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo
Vitória – ES

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("Banestes") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido (Nota explicativa nº 38)

A conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido ("conciliação BR GAAP e IFRS") das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e das demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), referente ao exercício findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banestes, conforme descrito na Nota explicativa nº 38, é apresentada como informação suplementar para fins do IFRS Accounting Standards. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável. Em nossa opinião, essa conciliação BR GAAP e IFRS foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao Trimestre findo em 31 de março de 2026, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como os Relatórios do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 13 de maio de 2026

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro

Célia Lúcia Vieira
Conselheira

Eliseu José Fidêncio
Conselheiro

Murilo de Campos Cuestas
Conselheiro

Tamires Endringer Depes
Conselheira

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Analizamos os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, auditadas pela KPMG, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Informações Contábeis, Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais e o Relatório de Revisão, sem ressalva, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

Considerando tratar-se de informações contábeis intermediárias e que os trabalhos de revisão dos auditores independentes, não identificaram falhas em sua elaboração, no que diz respeito aos aspectos relevantes, que estivessem em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, cujo efeito pudesse comprometer, de forma material, a fidedignidade dessas informações contábeis, o Comitê de Auditoria emite esta Manifestação favorável à aprovação das Informações Contábeis, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, pelo Conselho de Administração.

Vitória (ES), 13 de maio de 2026

Mário Zan Barros
Coordenador

Christiano Santos Corrêa

José Roberto Macedo Fontes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2026 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 13 de maio de 2026

Carlos Artur Hauschild
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores e de Finanças

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.

Vitória (ES), 13 de maio de 2026

Carlos Artur Hauschild
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores e de Finanças